

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE

SANDYEVA FRANCIONE SILVA ARAÚJO

**PROGRAMA MULHERES MIL E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
A CIRANDA GIRA POR UM NOVO AMANHECER**

NATAL
2023

SANDYEVA FRANÇIONE SILVA ARAÚJO

**PROGRAMA MULHERES MIL E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
A CIRANDA GIRA POR UM NOVO AMANHECER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas e práxis em Educação Profissional

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Cunha Terto

Coorientador: Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo

NATAL

2023

Araújo, Sandyeva Francione Silva.
A663p Programa mulheres mil e economia solidária : a ciranda gira por
um novo amanhecer / Sandyeva Francione Silva Araújo. – 2023.
114 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

Orientadora: Daniela Cunha Tertó.

Coorientador: Márcio Adriano de Azevedo.

1. Programa Mulheres Mil (PMM). 2. Economia solidária. 3.
Política de educação profissional - Vulnerabilidade social. 4.
Autonomia profissional. I. Título.

CDU 377:364

SANDYEVA FRANCIONE SILVA ARAÚJO

**PROGRAMA MULHERES MIL E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
A CIRANDA GIRA POR UM NOVO AMANHECER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação.

Dissertação apresentada e aprovada em / / , pela seguinte Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Daniela Cunha Terto - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
 DANIELA CUNHA TERTO
Data: 11/03/2024 10:39:46-0000
Verifique em <https://brasil.gov.br>

Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo – Coorientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
 MÁRCIO ADRIANO DE AZEVEDO
Data: 11/03/2024 09:49:52-0000
Verifique em <https://brasil.gov.br>

Prof. Dr. José Moisés da Silva Nunes – Titular Interino
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
 JOSÉ MOISÉS NUNES DA SILVA
Data: 11/03/2024 14:58:24-0000
Verifique em <https://brasil.gov.br>

Profa. Dra. Lenina Lopes Soares Silva – Suplente II
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
 LENINA LOPES SOARES SILVA
Data: 11/03/2024 10:48:34-0000
Verifique em <https://brasil.gov.br>

Profa. Dra. Nilvânia dos Santos Silva – Titular Externa
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 NILVÂNIA DOS SANTOS SILVA
Data: 12/11/2023 10:06:39-0000
Verifique em <https://brasil.gov.br>

Prof. Dra.  Sônia Cristina Ferreira Maia – Suplente Externa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

À minha mãe, Samara Francione, pelo apoio incondicional e incentivo, me dando as mãos na ciranda que gira por um novo amanhecer.

AGRADECIMENTOS

Minha mãe costuma ouvir um mantra que diz “eu agradeço, eu agradeço”, mantra esse que ouço enquanto escrevo com tanta emoção. Fechar um ciclo que por muitas vezes se mostra solitário, me fez perceber a necessidade de momentos solidários, e reforça o sentimento de gratidão ao reconhecer o bom afeto de todos e todas que estiveram comigo nessa trajetória.

Relembrar todo o processo do mestrado me enche da certeza de que esta dissertação é uma construção coletiva. Ao me olhar no espelho hoje, percebo faltar espaço para o reflexo de todas as mulheres que vieram antes de mim, que lutaram por minha existência e de todas aquelas que resistem comigo. Eu sou uma soma de todas elas.

Com o sentimento de que esta ciranda não é minha só, eu agradeço à Professora Dra. Daniela Cunha Terto, minha orientadora, pela parceria fundamental neste processo, por estar presente e me proporcionar o suporte acadêmico necessário à minha formação.

Eu agradeço ao Professor Dr. Márcio Adriano de Azevedo, inicialmente meu orientador, por me receber no programa, me ouvir e com sua sensibilidade incentivar e estimular o tema proposto, e agora meu coorientador.

Eu agradeço à banca avaliadora, constituída pelo professor Dr. Moisés Nunes da Silva e a professora Dra. Lenina Lopes da Silva, membros internos e integrantes do PPGEP/IFRN, e às professoras Dra. Sônia Cristina Ferreira Maia e Nilvânia dos Santos Silva, membros externos pela disponibilidade, pelo interesse e pelas valiosas contribuições. E, às mulheres que participaram da pesquisa, por confiarem em mim, e compartilharem suas experiências dando sentido ao que este trabalho representa, assim como à Rita Rocha, coordenadora do Programa Mulheres Mil no IFRN/*Campus* Santa Cruz, pela disponibilidade nos momentos de dúvida e necessidade.

Eu agradeço a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN que contribuíram e propiciaram uma formação humana na pós-graduação; todos e todas são influências e referências para a profissional que almejo ser.

Eu agradeço, de forma particular, à Professora Dra. Lenina Lopes Soares Silva, pelo incentivo desde a graduação, por ter segurado minha mão e me mostrado o caminho da pesquisa, e por me ensinar a respirar (mesmo que por vezes eu ainda

esqueça o quão necessário é). Serei uma eterna aluna.

Eu agradeço, de forma única, à Samara Francione, minha mãe, pelo suporte, apoio e acolhimento sempre regados de energia, força, carinho, cuidado e providências.

Eu agradeço aos meus colegas de curso, pelo incentivo e conversas despreziosas e necessárias que humanizaram o processo, em especial, aquelas que em algum momento que não sei ao certo, me deram as mãos na ciranda da vida, Joice, Janayna e Laiz.

Eu agradeço à Ariclésia Mendes, pela parceria, providência e acolhimento quando precisei de um lar em Natal, seu apoio, compreensão e incentivo fortaleceram minha caminhada. À minha sobrinha, Sâmila Kauane, por alegrar meus dias com sua leveza e inocência, ao meu irmão Elvys Samuel e minha cunhada Camilla Mirelle, por estarem ao meu lado e pelo suporte cuidando do meu cachorro e do meu gato em minhas ausências.

Eu agradeço, eu agradeço, eu agradeço!

“Só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta”

(BEAUVOIR, 1967, p. 448)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o Programa Mulheres Mil (PMM), uma política de educação profissional exclusiva para mulheres em situação de vulnerabilidade social, que relaciona em suas metas a categoria trabalho a partir da organização cooperativa como alternativas de inclusão produtiva. O Programa é uma possibilidade de romper o vínculo exploratório inerente ao regime de acumulação vigente, no campo da educação. Está implícita na formação proposta pelo PMM a presença da expectativa solidária, digna e emancipadora para as trabalhadoras. O objetivo geral desta dissertação é analisar as contribuições do Programa Mulheres Mil para a autonomia profissional das mulheres vinculadas à Cooperativa Agropecuária Cacho de Ouro (COOPERCACHO), a partir do trabalho na perspectiva da Economia Solidária. A indicação da COOPERCACHO como instituição coparticipante dá-se pela relação com o IFRN/*campus* Santa Cruz na execução do PMM através do projeto TRAMAS, no processo de implementação e articulação das mulheres da região que o *Campus* atende, e pelo seu reconhecimento como um Empreendimento Econômico Solidário. Optamos então, pelo materialismo histórico-dialético como método para desenvolver a pesquisa e como procedimentos técnicos a revisão de literatura, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas com três mulheres beneficiárias do projeto TRAMAS no IFRN/*Campus* Santa Cruz, as quais foram interpretadas à luz de Singer (2002; 2005). Os resultados da pesquisa evidenciam que o PMM apresenta em sua proposta formativa a combinação entre o conhecimento técnico e o desenvolvimento da plena cidadania. Ainda que o disposto no desenho da política não garanta que os resultados esperados sejam alcançados, no IFRN/*Campus* Santa Cruz, o PMM materializado no TRAMAS contribuiu para ampliar a autonomia das egressas e oportunizou a essas mulheres uma chance de visibilidade e qualidade de vida, sendo um importante passo para a emancipação destas como cidadãs e trabalhadoras. Conclui-se que as contribuições do PMM vão além da possibilidade de geração de renda a partir da realização de atividade remunerada na área do curso ofertado, destacando-se a importância do Programa para a construção da subjetividade e autonomia das egressas, consolidando sua crença nas possibilidades que o trabalho associado e cooperativo representa para um novo amanhecer.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil; Economia Solidária; trabalho; educação.

ABSTRACT

This research has as its object of study the Thousand Women Program (PMM), an exclusive professional education policy for women in situations of social vulnerability that includes in its goals the work category from the cooperative organization as alternatives for productive inclusion. The Program is a possibility to break the exploratory link inherent to the current accumulation regime in the field of education. Implicit in the training proposed by the PMM is the presence of solidary, dignified, and emancipatory expectations for female workers. The general objective of this dissertation is to analyze the contributions of the Mulheres Mil Program to the professional autonomy of women linked to the Cacho de Ouro Agricultural Cooperative (COOPERCACHO), based on work from the perspective of the Solidarity Economy. The indication of COOPERCACHO as a co-participating institution is due to the relationship with the IFRN/Santa Cruz campus in the execution of the PMM through the TRAMAS project, in the process of implementation and articulation of women in the region that the Campus serves, and for its recognition as an Enterprise Solidarity Economic. We then opted for historical-dialectic materialism as a method to develop the research and as technical procedures the literature review, documentary analysis, and semi-structured interviews with three women beneficiaries of the TRAMAS project at IFRN/Campus Santa Cruz, which were interpreted in light by Singer (2002; 2005). The research results show that the PMM presents in its training proposal the combination of technical knowledge and the development of full citizenship. Even though the provisions of the policy design do not guarantee that the expected results will be achieved, at IFRN/Campus Santa Cruz, the PMM materialized in TRAMAS contributed to expanding the autonomy of graduates and provided these women with a chance for visibility and quality of life, being an important step towards their emancipation as citizens and workers. It is concluded that the contributions of the PMM go beyond the possibility of generating income from carrying out paid activities in the area of the course offered, highlighting the importance of the Program for building the subjectivity and autonomy of graduates, consolidating their belief in possibilities that associated and cooperative work represents for a new dawn.

Keywords: Thousand Women Program; Solidarity Economy; work; education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres	17
Figura 2 – Prioridades do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	18
Figura 3 – Formas de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários	47
Figura 4 – Cursos ofertados no Projeto TRAMAS.....	78
Figura 5 – Matriz Curricular – Curso de Processamento de Frutos.....	80
Figura 6 – Matriz curricular – Curso de Artesanato com material reciclável.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
COOPERCACHO	Cooperativa Agropecuária Cacho de Ouro
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PNES	Plano Nacional de Economia Solidária
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PMM	Programa Mulheres Mil
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ESSA CIRANDA NÃO É MINHA SÓ, A EDUCAÇÃO SE FAZ COM VÁRIAS MÃOS.....	26
2.1	PLANO BRASIL SEM MISÉRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CIRANDA DO PROGRAMA MULHERES MIL	26
2.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRABALHO-EDUCAÇÃO SE FAZ COM VÁRIAS MÃOS	38
3	NINGUÉM LUTA POR SI MESMO, A LUTA É SOLIDÁRIA.....	51
3.1	ALGUNS ASPECTOS DO ECONOMICISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: PONTOS E CONTRAPONTO.....	52
3.2	A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO: AVANÇOS E RECUOS.....	65
4	A HORA E A VEZ DAS MULHERES NA CIRANDA.....	75
4.1	TRABALHO, MULHERES, ARTES E SUSTENTABILIDADE: A CIRANDA DO PROJETO TRAMAS.....	75
4.2	RESULTADOS SOCIAIS DA CIRANDA	82
4.2.1	Trabalho.....	84
4.2.2	Economia Solidária.....	88
4.2.3	Educação.....	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	109
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	110
	ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA	112

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como objeto de estudo o Programa Mulheres Mil (PMM), que podemos considerar uma política pública de educação profissional com recorte de gênero¹. Ela é executada pensando o desenvolvimento produtivo de mulheres em vulnerabilidade social por meio de sua qualificação profissional, e apresenta a articulação teórica e social com a Economia Solidária através do exercício de suas práticas como alternativa para sua inclusão produtiva, tendo como beneficiárias aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Dito isso, reconhecemos a importância de uma breve apresentação da pesquisadora, as motivações pessoais e de qual contexto social parte esta análise compreendendo que, de acordo com Ciavatta (2019), a realidade na qual a pesquisadora está inserida influenciará no processo interpretativo e analítico da pesquisa e é esta postulação que norteia nossa investigação.

O desenvolvimento da pesquisa parte de uma visão militante da economia solidária, feminista, LGBTQIA+ e Nordestina. Desde criança, tive contato com a dinâmica de associações, na rotina de reuniões, desenvolvimentos e participação em diferentes projetos, como qualquer criança que apenas acompanhava os pais. Com o tempo, participei de projetos da associação comunitária da minha comunidade, destinados ao grupo de jovens, insistindo que a idade não impediria o meu desempenho. Em 2010, tive meu primeiro contato com a discussão da Economia Solidária também como ouvinte, acompanhando minha mãe Samara Francione, que ministrava um curso estadual para educadores e educadoras populares no Rio Grande do Norte. No entanto, só em 2013 interagi com a Cooperativa Agropecuária Cacho de Ouro (COOPERCACHO), um Empreendimento Econômico Solidário, e participei do primeiro encontro de juventudes promovido pelo Fórum Potiguar de Economia Solidária (FPES), meu primeiro espaço de discussão, e a partir daí foi construída a minha militância no movimento onde dei as mãos para ser parte da ciranda.

Naturalmente, encontrei nas agendas do FPES o movimento feminista,

¹ Compreende-se que o debate envolvendo a temática “gênero” considera aspectos sociais, culturais e políticos em uma ampla discussão, mas adotaremos esta nomenclatura ao nos referir à política do Programa Mulheres Mil reportando-nos ao ser mulher. Como justificativa para tal, optamos por manter a coerência entre a literatura visitada e nossa abordagem para o desenvolvimento da pesquisa.

mulheres lutando e resistindo às desigualdades e violências presentes em diferentes realidades, mas mulheres de força que me ensinaram e me inspiraram. Com o tempo, me inseri nos espaços políticos como representação jovem da COOPERCACHO, a saber: o Fórum Potiguar de Economia Solidária, o Conselho Estadual de Economia Solidária. É deste lugar que parte a motivação para a pesquisa que aqui apresentamos. Pelo anseio de que haja as mudanças sociais, para que o bem viver seja uma realidade e para que nós mulheres tenhamos direito e autonomia sobre nossa existência. É pela vida das mulheres!

Caracterizando nossa escrita, apresentamos na estrutura do texto referência à **ciranda** como representação da luta coletiva dos trabalhadores nos diversos movimentos populares. Conhecida pela formação de um círculo onde as pessoas dão as mãos, cantam e dançam juntas em um movimento repetitivo para fazer a roda girar, a ciranda é uma ação característica do movimento de Economia Solidária para dar início à programação das agendas, representando a união, a solidariedade e o cuidado, trazendo para o momento o fluxo de energia entre todos e todas.

É sabido que o PMM chamou atenção de muitos pesquisadores e pesquisadoras no campo da educação profissional e da avaliação de políticas públicas. Azevedo, Duarte e Araújo (2022) apresentam um levantamento das produções à nível *stricto sensu*, investigando o período 2013-2021, obtendo como resultado 68 (sessenta e oito) pesquisas desenvolvidas com este objeto de estudo, entre teses e dissertações. No entanto, ao analisar as discussões presentes na investigação mencionada, não identificamos menção às práticas da Economia Solidária como fio condutor das pesquisas, assim como também não foi encontrada na revisão bibliográfica da temática realizada para fundamentação desta pesquisa.

É nessa lacuna que se forma a nossa ciranda, com o PMM e a Economia Solidária dando as mãos para incentivar e fortalecer a qualidade de vida das mulheres por meio da qualificação profissional, pensando no trabalho digno e coletivamente organizado. A pesquisa que nos propomos a desenvolver representa um olhar diferente sobre o Programa, delimitando sua vinculação com um público particular, pressupondo o debate da Economia Solidária acerca do trabalho como um diálogo caro e pertinente para a defesa da formação humana na educação profissional como política pública. Ela contribuirá de forma significativa e possibilitará à comunidade acadêmica e à sociedade conhecer os resultados da materialização da política, contribuindo para a análise crítica em um cenário mais amplo que vise debater a

influência do mercado e o uso de políticas educacionais para manutenção da mão de obra, servindo de base teórica representativa do contexto da prática e dos resultados em uma contextura específica.

Assim, pensando a Educação Profissional como uma formação para emancipação da classe trabalhadora e seu pleno desenvolvimento, buscamos com esta dissertação, responder ao seguinte questionamento: o Programa Mulheres Mil contribui para a autonomia das mulheres inseridas na organização do trabalho cooperativo?

Para responder a esta inquietação apresentamos como objetivo geral da pesquisa analisar as contribuições do Programa Mulheres Mil para a autonomia profissional das mulheres vinculadas à COOPERCACHO, tendo como referência e suporte analítico a concepção de trabalho da Economia Solidária.

Como suporte teórico deste objetivo, selecionamos os seguintes passos como objetivos específicos: identificar as concepções e princípios que fundamentam a Economia Solidária e sua concepção de trabalho; analisar a execução do Programa Mulheres Mil em articulação com a Economia Solidária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)/*Campus* Santa Cruz; investigar os resultados sociais do Programa Mulheres Mil para as egressas vinculadas a COOPERCACHO.

Ao apresentar uma política da educação profissional como objeto de estudo, é necessário entender que há uma instância privilegiada onde as políticas públicas são formuladas. O ambiente institucional do Estado proporciona um caráter de autoridade para as forças políticas organizadas na definição de objetivos e metas de um programa, representando a participação de diversos agentes na disputa de intenções e prioridades (ARRETCHE, 2001). Esse momento de interação política entre os grupos inseridos e interessados no seu desenvolvimento é considerado um dos cinco contextos do ciclo da política pública indicados por Mainardes (2006), a saber, o contexto da influência.

A análise que propomos no objetivo deste trabalho tem como foco o contexto dos resultados que, para Mainardes (2006), se mostra mais coerente à substituição pelo termo efeitos, dando as mãos à avaliação de políticas caracterizada por Dagnino *et al.* (2002), ao passo que investigamos criticamente os efeitos produzidos em um grupo específico com fronteiras sociais determinadas, as mulheres egressas do projeto Trabalho, Mulheres, Artes e Sustentabilidade (TRAMAS), que possuem vínculo

com a COOPERCACHO. Buscamos relacionar elementos emergentes no processo de análise de conteúdo com uma referência de racionalidade indicada nos objetivos do PMM, identificando como a política incide sobre esse grupo. A sua intencionalidade nesta pesquisa torna-se apreender a realidade fazendo uso de relações de causalidade, determinação de contexto socioeconômico, descrição e explicação das interações (DAGNINO *et al.*, 2002).

Para tanto, compreendemos como seria ingênuo pressupor que os resultados de uma política correspondam ao desenho de sua formulação. Essa conduta desconsidera como o processo de implementação envolve outros agentes que não estiveram na elaboração do seu texto e nas tomadas de decisões da política, mas que seguem, dentro da regulamentação, suas próprias referências de execução. Tal percepção decorre do processo em cadeia e dialógico que inclui desde a produção do seu texto até a execução local, espaço, temporalmente definidas, observando que, “a despeito dos esforços de regulamentação da atividade dos implementadores, estes têm razoável margem de autonomia para determinar a natureza, a quantidade e qualidade dos bens e serviços a serem oferecidos” (ARRETCHE, 2001, p. 48).

Por meio da produção textual, os formuladores da política não conseguem controlar os significados atribuídos à sua proposta, assim como não podem garantir que estes sejam implementados sem que seja necessário a realização de mudanças pelos implementadores para que se adequem à realidade na oferta do programa e formem parcerias com outros agentes locais (MAINARDES, 2006). Nesse processo, a cooperação entre entidades representativas não governamentais locais e as instituições responsáveis por fazer da proposta política uma realidade, apresenta-se como um dado a ser inserido no processo de análise, visto que, ao dar as mãos, somam-se as referências e influências nos aspectos metodológicos e decisórios da oferta, adequando-se ao escopo do texto original compreendendo que,

A implementação de políticas supõe (pelo menos) dois tipos de agentes situados em pontos distintos: agentes encarregados da formulação dos termos de operação de um programa - os quais têm autoridade para definir os objetivos e o desenho de um programa - e agentes encarregados de executá-lo, traduzindo suas concepções em medidas concretas de intervenção. Na prática, são estes últimos que *fazem* a política (ARRETCHE, 2001, p. 53-54).

As referências sociais e políticas dos agentes implementadores não são estáticas, logo, elencando suas prioridades e combinando-as com as ferramentas

disponíveis à execução do programa, resulta em um movimento de mudanças na prática, com a possibilidade de assumir a racionalidade que lhes for conveniente, seja convergente com os agentes políticos formuladores da política, ou não. Dessa maneira, representa o contexto da prática, onde as representações textuais da política são interpretadas e ressignificadas (MAINARDES, 2006).

Definimos então um ponto de partida na realidade em que o sentido do trabalho está centrado na maximização do lucro. Esse é o significado atribuído à relação das classes nos processos de produção somado à separação radical entre trabalhador e os meios de produção, arrematados como propriedade privada do capital. Como as engrenagens de uma máquina, o sistema capitalista interliga as várias nuances da vida humana e em sociedade, amarrando sua subjetividade, sua forma de vida, trabalho, educação e consumo, definindo um arquétipo comportamental e civilizatório (SCARENO, 2015).

Com esse cenário posto em debate e se debruçando sobre as condições de existência das mulheres, o Brasil esteve presente na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (CMSM), realizada em Pequim, em 1995. O maior e mais plural debate temático que se iniciou como espaço de diálogo com a I CMSM em 1975 entre os países-membros das Nações Unidas. Esse espaço de diálogo definiu áreas prioritárias para atuação Nacional voltadas à intenção de mitigar a situação de vulnerabilidade das mulheres. Ao formar a ciranda dessas prioridades, interpretamos em Pequim (1995), que a agenda política precisa transversalizar diversos elementos para que haja um avanço real neste cenário, formulando estratégias para superar a desigualdade na participação das estruturas econômicas e nas atividades produtivas e a fragilidade dos mecanismos institucionais que promovam o avanço e pleno desenvolvimento das mulheres, considerando sua participação nas questões ambientais. Assim,

A erradicação da pobreza deve ser baseada em um crescimento econômico sustentável, no desenvolvimento social, na proteção ambiental e na justiça social, e requer a participação da mulher no processo de desenvolvimento econômico e social [...] (PEQUIM, 1995, p. 152).

No Brasil, a mobilização social e o diálogo entre sociedade civil e governos têm possibilitado, não em um processo de avanço linear, a visibilidade e reivindicação do espaço para essas pautas na agenda das políticas públicas. O apreço do Governo

Lula (2003-2010) pela inserção de pautas sociais na sua agenda, deu lugar ao movimento nacional que se estabelece na luta pela vida das mulheres como uma influência social, dialogando com o que passou a representar o PMM. No contexto das influências, as conferências como espaços de debate e mobilização social orientam a elaboração de Planos Nacionais, instrumentos orientadores para políticas públicas, com objetivos, metas e prioridades nas quais o governo pode se apoiar para fortalecer sua atuação em resposta às demandas populares, promovendo a relação entre a sociedade e o Estado.

Figura 1 – Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres¹



Fonte: Elaboração da autora (2023)

No momento político em que o PMM é criado no Brasil como projeto-piloto, temos em curso a realização da II Conferência Nacional de Política para as Mulheres (CNPM) (2004) e em vigor o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) (2004). Assim, nos é de interesse apresentar através do infográfico a seguir as prioridades reconhecidas pelo Estado como demanda social da conferência.

¹ A V Conferência ainda não foi realizada devido à pandemia da Covid-19 que se instaurou no Brasil e no mundo durante o processo de organização e mobilização. E o III PNPM se mantém em vigência em 2023, mesmo já havendo a realização da conferência subsequente àquela que lhe deu corpo.

Figura 2 – Prioridades do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres



Fonte: Elaboração da autora com base em Brasil (2004)

Observa-se que, as prioridades 1 e 2 se entrelaçam no que se propõe uma política como o PMM, uma vez que, de acordo com os objetivos do Programa, no viés econômico o acesso ao mercado de trabalho que obedece à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o desenvolvimento produtivo de caráter individual como empreendedora, ou a materialização da organização de produção coletiva podem se apresentar como resultado exitoso. Particularmente, para a pesquisa que nos propomos a desenvolver, apontamos para uma promoção da autonomia por meio do associativismo e cooperativismo como um indicativo para o desenho do PMM. Durante a vigência do I PNPM, foi firmado o acordo bilateral entre o Brasil e o Canadá,

O Mulheres Mil, no princípio, foi gestado como uma estratégia de enfrentamento às desigualdades sociais e de gênero, mediante uma oportunidade comercial canadense que envolvia intercâmbios de experiências e conhecimentos no campo da formação profissional (ROCHA, 2017, p. 97).

O progresso dos projetos-piloto visou contribuir para o alcance das metas do milênio, definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000. As metas foram divididas por objetivos, dos quais nos interessa expor o Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome, e o Objetivo 3: Promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia feminina, como um compromisso político internacional (SILVEIRA, 2013).

O II PNPM (BRASIL, 2008) manteve em seu texto as prioridades 1 e 2 expostas na Figura 01, o que demonstra a necessidade da autonomia das mulheres como um

tema atual para a II CNPM. Esse novo plano esteve vigente no período 2008-2012, em que o PMM finalizou a etapa piloto dos projetos (2010) e tornou-se uma política de cobertura nacional por meio do Plano Brasil Sem Miséria (2011).

As discussões alimentadas na III CNPM (2011) contribuíram para a construção do III Plano (BRASIL, 2013), ainda vigente em 2023. Nele encontramos explicitamente a qualificação profissional por meio do PMM como meta para atuação do governo, definindo 100 mil mulheres até 2014 (ano em que o programa se integrou ao Pronatec), reconhecendo a política como uma ferramenta potencial para a luta das mulheres e reafirmando sua importância social e econômica.

O debate acerca da autonomia das mulheres acontece em diferentes ambientes. Nota-se a convergência, indicada nos objetivos e metas contemplados pelos instrumentos norteadores, na defesa pela sua qualificação profissional, intencionando sua autonomia e emancipação, apontando com recorrência o cenário de desigualdade entre homens e mulheres, mas que também está imerso na desigualdade social entre as classes e grupos representativos.

Outro instrumento que dá as mãos nesta ciranda é o I Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), resultado da III Conferência Nacional de Economia Solidária (III CONAES) (2014). Reconhece e aponta como estratégia de fortalecimento do seu ideário de emancipação para a classe trabalhadora, as interfaces e integrações na implantação de políticas públicas de educação como o Pronatec e programas desenvolvidos por meio de projetos extensionistas, como observamos acontecer no PMM.

No entanto, no período previsto para a vigência deste Plano, ocorreu a destituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária, instrumento pelo qual o movimento almejava o reconhecimento das prioridades e efetivação das propostas sistematizadas. Após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a política institucional da Economia Solidária que vislumbrava conquistas futuras no âmbito federal, sofreu um retrocesso com a sequência de reduções após ser destituída a SENAES. Sua última alteração foi a redução à Subsecretaria do Ministério da Cidadania, com a Lei nº 13.844 de 2019. Apesar de Dilma Rousseff (PT), eleita como representante da classe trabalhadora, significar esperança aos passos que o Governo Lula (2003-2010) não deu, ela não conseguiu frear os interesses da burguesia instaurada no Estado (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017). É perceptível que a resistência política da classe trabalhadora, no ambiente do privilégio institucional, é

uma luta diária e sob constante ameaça. Isso se dá na articulação de diversos fatores que se expressam nos contextos da política pública, e ao adentrar no mundo concreto toma forma a cada particularidade.

Ao compreender as conexões entre o objeto de pesquisa e as variáveis do fenômeno social que se apresenta no movimento da realidade, optamos pelo uso do método do materialismo histórico e dialético para o percurso metodológico, estruturada nas categorias da contradição, da historicidade e da totalidade, a partir de autores como Barata-Moura (2012), Kosik (1969) e Ramos (2021). A partir dele, definimos um aporte teórico, nossas técnicas e instrumentos de investigação.

Para estabelecer um referencial teórico que nos ampare no processo de análise dos dados e que demonstre a construção do conhecimento na temática, utilizou-se a revisão bibliográfica, articulando autores que contribuíram para a discussão das temáticas do PMM, da unidade trabalho-educação e da educação profissional. Explicitamente na temática da Economia Solidária, fazemos uso da historicidade como categoria do método, objetivando demonstrar a construção do termo, além de demonstrar o que o trabalho representa como pauta central de acordo com autores do campo de estudo. Na etapa de revisão documental, nos debruçamos sobre instrumentos políticos do PMM e projetos pedagógicos do projeto TRAMAS, executado no IFRN/*Campus* Santa Cruz, compreendendo que com essa análise facilitamos o acesso do leitor a informações pertinentes para a pesquisa (BARDIN, 1997).

Pressupomos haver contribuições significativas como efeitos produzidos pelo PMM para autonomia das mulheres egressas, uma vez que o conhecimento das práticas da economia solidária está incluído como um dos objetivos da qualificação. Esse pressuposto é reforçado quando encontramos a parceria estabelecida entre o IFRN/*Campus* Santa Cruz e a COOPERCACHO para execução das primeiras turmas do projeto TRAMAS.

Partimos assim, de uma representação caótica e de superposição de uma percepção abstrata da realidade, e dela definimos as particularidades delimitando o tempo e espaço na construção do nosso objeto, a fim de que, após a análise, as mediações exponham a realidade concreta determinada por suas relações. Assumimos não ser possível conhecer um fenômeno em todos os seus aspectos e relações, de forma que os nossos resultados apresentam uma validade limitada no espaço, e temporalmente a partir do alcance da investigação (KOSIK, 1969).

A concepção de trabalho que norteia nosso objetivo geral é pauta nas discussões da resignificação e da valorização da classe trabalhadora, pois,

Em certa etapa do seu desenvolvimento (o modo de produção), as forças produtivas materiais e a sociedade entra em contradição com as relações de produção existente, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então (MARX, 2008, p. 47).

Nos referimos a um ponto de mutação, onde o desenvolvimento pode vir a tomar outra direção. Nesse processo, trabalhamos com o modo capitalista de produção indiscutivelmente como polo dominante, representando a hegemonia social, política e econômica com características de individualidade, competitividade, desvalorização do trabalho e do trabalhador, uma máquina que opera nos objetivos do capital e da acumulação de riqueza e poder, pautada na economia mercantil.

No cenário descrito, o modo de produção da Economia Solidária aparece como polo determinante, uma proposta de humanização do trabalho e de possibilidades de superação das amarras mercantis, uma racionalidade que visa uma nova estrutura de sociedade, de economia e de poder. É um movimento de resistência dos trabalhadores por uma nova vida. Temos evidenciada uma unidade da contradição como aborda Barata-Moura (2012).

Para estruturar a pesquisa, orientamos a etapa de coleta e análise de dados a partir de categorias operacionais definidas conforme o avançar do estudo. Com essas categorias buscamos abordar elementos coerentes com os princípios, que dão suporte à concepção de trabalho discutida, a fim de estimular o discurso das entrevistadas, possibilitando a análise de conteúdo como técnica de tratamento dos dados subjetivos na abordagem qualitativa das entrevistas, além de evidenciar as mediações com o nosso objeto de estudo e definição de uma relação de causalidade.

Para Ramos (2021, p. 46), o campo operacional “trata-se de uma dimensão organizativa da pesquisa, visando à construção dos dados empíricos”, delineando e orientando o instrumento de investigação. Assim, apresentamos *trabalho, economia solidária e educação* como as categorias que estruturam nosso roteiro de entrevista.

A escolha do uso de entrevistas como coleta de dados e a interação com os sujeitos da política tem por referência a importância da avaliação participativa, onde a participação social tem um papel essencial no ciclo das políticas públicas. A partir dessa participação, podemos desvelar fragilidades e desconexões entre a política

ofertada e a realidade das mulheres (SILVA; ALBUQUERQUE, 2010). A inserção da empiria, como interação com as entrevistadas, no percurso metodológico da pesquisa, dar-se-á no sentido de,

Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (MINAYO, 2010, p. 57).

Assumimos que o uso da entrevista nos proporciona a possibilidade de apreender a realidade vivida por essas mulheres, tendo assim uma intenção científica que direciona o foco da interação, buscando responder ao objetivo traçado na pesquisa, transformando o discurso em conhecimento científico.

Dessa forma, a pesquisa que desenvolvemos implica em abordagem qualitativa dos dados, considerando os sujeitos e suas interações com o objeto em uma representação em que “[...] a realidade objetiva é construída pelas interações sociais, a valorização do papel do pesquisador, a utilização de trabalho de campo, uma estratégia de pesquisa indutiva e resultados descritivos como produto” (BARATA-MOURA, 2012, p. 349).

Como instrumento de investigação, elaboramos duas versões do roteiro de entrevista. A primeira, levamos a campo em janeiro de 2023 como pré-teste. Realizamos seis entrevistas para observar a compreensão das sete perguntas, suprimindo a pergunta número quatro, pois as mulheres que se disponibilizaram para participar do pré-teste conheciam a COOPERCACHO, mas não tinham vínculo com ela. Essa ação teve a intenção de verificar se o retorno das entrevistas convergia com os discursos e elementos que buscamos, se nos parecia possível uma análise direcionada às subcategorias. Com o resultado do pré-teste, adaptamos a linguagem para o roteiro definitivo submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, que foi aprovado.

Para reunir os dados qualitativos pertinentes à nossa pesquisa, o roteiro, além de questões referentes ao perfil socioeconômico das entrevistadas, contou com questões que versaram sobre as três categorias operacionais que orientam nossa análise de conteúdo e a identificação das percepções dos elementos que as referem.

Na coleta dos dados empíricos foram realizadas três entrevistas no mês de junho de 2023, que nos possibilitaram traçar o seguinte perfil socioeconômico: as

mulheres participantes apresentam faixa etária entre 35 e 50 anos, residentes na Zona Rural e participaram do curso de artesanato no ano de 2014.

Como preparação para o momento de interação com as participantes, Caria, Biltés e César (2012, p. 3) defendem que, “a relação de entrevista naturalizará a assimetria de poder simbólico existente, entre o formato científico e especializado da informação pretendida e a capacidade de expressão do entrevistado para ajustar o ‘senso comum’ ao formato requerido e apresentado”, nos sensibilizando e precavendo para possíveis atropelos na captação dos dados.

A etapa seguinte à realização das entrevistas foi sua interpretação e a análise dos resultados, o que exigiu um pressuposto teórico que relaciona a coleta de dados com o objetivo da pesquisa conduzida pelo uso de um instrumento específico, a saber: o roteiro de entrevista. Bardin (1977, p. 44) indica a análise de conteúdo como uma técnica que busca os significados e representações das palavras emergentes na construção do discurso, a qual “visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares”, dados estes que revelam o significado atribuído pelos sujeitos e suas relações, e não podem ser traduzidos em números.

Para auxiliar na interpretação das palavras na análise do conteúdo, e identificação para quais significados os discursos nos conduziram, inferimos a compreensão desta pesquisa para cada categoria definida como operacional, como referencial para análise da correlação teórica e exposição das contribuições do PMM que as entrevistadas apresentam.

A construção da categoria trabalho é amparada na concepção contida em Marx (1974), em consonância com Arruda (2005), apresentando o caráter humano do trabalho em harmonia com a subjetividade do trabalhador e da trabalhadora, e sua interação com a natureza. Uma atividade de produção e reprodução da vida, que se despe da exploração e da estranheza que a associação com o dinheiro no regime de acumulação desenfreado lhe atribuiu.

A categoria Economia Solidária faz referência às intencionalidades para mudança social proposta na carta de princípios², disponibilizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Como aspectos teóricos, nos fundamentamos em Singer

² Disponível em: [Carta de princípios da Economia Solidária | FBES](#)

(1995; 2001) para seguir uma perspectiva socioeconômica de sustentabilidade ambiental, de reconhecimento e fortalecimento da emancipação da classe trabalhadora, da organização autogestionária e produtiva exposta em Brasil (2015, p. 3) como,

democratização da gestão da atividade econômica; justa distribuição dos resultados alcançados; participação junto à comunidade local em processos de desenvolvimento sustentável; preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e com a preservação do meio ambiente; e relações com outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório.

Defendemos que o trabalhador e a trabalhadora possam compreender que estas características articuladas apresentam o potencial transformador contido no significado do trabalho debatido neste campo.

Na categoria Educação, intencionamos a avaliação da política, a importância da qualificação profissional na proposta do PMM na vida das egressas, considerando todos e quaisquer elementos que possam emergir como critérios para elas. Nossa referência de análise se ampara na associação das palavras à discussão de construção da subjetividade e da autonomia diante de um processo formativo que se propõe a reconhecer suas especificidades e qualificar profissionalmente para inclusão produtiva se orientando por uma concepção de trabalho em seu caráter humano, conscientes de que,

Não é da natureza da utopia ser realizada plenamente, embora algumas ideias utópicas eventualmente o sejam; ela é a metáfora das hiper carências que enfrentamos e demanda uma arqueologia virtual do presente, para identificar o que há de comum com ela, a ser potencializado. As condições de potencialização são fornecidas fundamentalmente pelas novas subjetividades (VERONESE, 2009, p. 165).

Nesse sentido, Boullosa (2020) manifesta a importância da sintonia entre o público que, de forma direta, possa assumir o papel de avaliador, e o objeto, uma relação que pode permitir a presença de aspectos democráticos, simbólicos e subjetivos na avaliação participativa, dando ao resultado desta pesquisa um caráter coletivo de construção, adotando a importância de cada participante, de mãos dadas com a pesquisadora.

A significação contida nas respostas das entrevistas através do uso de elementos que caracterizam a constituição das categorias e suas mediações, sintetiza os resultados da ciranda de modo que nos remete ao objetivo geral da pesquisa.

Desenvolvemos então um trabalho estruturado em três capítulos, precedidos por esta introdução e sequenciados pelas considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado *Essa ciranda não é minha só*, a Educação se faz com várias mãos. Apresentamos o Programa Mulheres Mil como nosso objeto a partir do seu projeto piloto e inserção no Plano Brasil Sem Miséria; discutimos também a relação trabalho-educação como unidade.

No segundo capítulo, intitulado *Ninguém luta por si mesmo, a luta é um estado coletivo*, apresentamos uma construção histórica da Economia Solidária como um movimento organizado pelos trabalhadores, discutindo um significado do trabalho pautado na humanização e valorização, assim como o cooperativismo representando o principal formato de organização produtiva dos trabalhadores e das trabalhadoras.

No terceiro capítulo, *A hora e a vez das mulheres na ciranda*, apresentamos a execução do Programa Mulheres Mil no IFRN/Campus Santa Cruz, o diálogo com a COOPERCACHO neste processo e os resultados da pesquisa empírica utilizando a entrevista como instrumento.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos a síntese dos achados no processo de pesquisa, a definição dos nossos resultados e uma sugestão para pesquisas futuras que fortaleçam o debate da emancipação das trabalhadoras, apoiado na construção de uma economia solidária promovida no campo das políticas públicas de educação profissional.

2 ESSA CIRANDA NÃO É MINHA SÓ, A EDUCAÇÃO SE FAZ COM VÁRIAS MÃOS

*Vou construindo uma rede solidária
que vive o sonho de uma vida melhor
A rede cresce no sonho da liberdade
une nossas utopias, vidas, mãos e corações
(Ciranda da Economia Solidária)*

Como uma ciranda, o processo de formação integral que esta pesquisa defende se faz com diversos atores em diferentes campos de atuação, considerando sua intenção, sua execução e seu lugar na sociedade justa que almejamos.

Assim sendo, organizamos o capítulo em dois subcapítulos: o primeiro, intitulado *Plano Brasil Sem Miséria e Economia Solidária: redesenhando o Programa Mulheres Mil*, tem como objetivo apresentar o Programa Mulheres Mil como política de gênero e sua inserção no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), e como a Economia Solidária, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), dá as mãos como estratégia para superação da extrema pobreza.

O segundo, denominado *Economia solidária: trabalho-educação se faz com várias mãos*, tem por objetivo dar luz às diversas conexões presentes na unidade trabalho-educação, como na formação de uma ciranda, afirmando sua indissociabilidade.

2.1 PLANO BRASIL SEM MISÉRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A CIRANDA DO PROGRAMA MULHERES MIL

Antes de apresentar o Programa Mulheres Mil como nosso objeto de estudo, precisamos compreender o perfil socioeconômico das mulheres no Brasil, e entender como uma estratégia que, combinada com outras ações, pode reduzir as desigualdades e promover a qualidade de vida para as mulheres. Assumimos como pressuposto a importância da presença dos movimentos sociais nos espaços de discussão da Agenda política, compreendendo a existência de conflitos e jogos políticos, e até mesmo de contradições.

Manifestamos, assim, a defesa pela permanência da formação humana integral por intermédio das políticas públicas de Educação Profissional, um elemento estrutural para a afirmação da mudança social através da relação trabalho-educação

como pauta de discussão e articulação dos movimentos sociais. Dentre tantos movimentos que fazem a frente de luta contra a hegemonia, a desigualdade, a exploração e as exclusões como o Movimento Negro, o Movimento Estudantil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, este trabalho estabelece um diálogo mais próximo com o Movimento de Economia Solidária e o movimento feminista.

As vertentes do movimento feminista no Brasil, nominadas de a *Marcha Mundial das Mulheres* e a *Marcha das Margaridas*, adotaram, para caracterizar a luta feminista no século XXI, o slogan “*é pela vida das mulheres*”, interpretando-se neste os diversos aspectos necessários a vida digna pela qual tanto se busca. Assim, Silva e Muhl (2021) conceituam o movimento feminista como “um movimento ideológico, político, social e de filosofia, tendo como objetivo a luta por direitos justos e vivência humana por meio do empoderamento feminino [...]” (SILVA; MUHL, 2021, p. 2).

Na perspectiva marxista, essa organização de mulheres tem como uma das frentes de resistência a divisão sexual do trabalho associada à superação ao capitalismo e às amarras do patriarcado através do trabalho (SILVA; MUHL, 2021). Nisto, Araújo, Azevedo e Terto (2022) discutem o diálogo entre instrumentos norteadores desses dois movimentos: o III Plano nacional de políticas para as mulheres (2013-2015) e o I Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019). Esses planos vislumbram a emancipação das mulheres em suas múltiplas dimensões encontrando como resultado,

a coerência social e o diálogo de estratégias para emancipação das mulheres e superação da feminização da pobreza, elucidando objetivos comuns e ações que se relacionam diretamente com a Educação Profissional humana e integral, como se propõe a ser o Programa Mulheres Mil (ARAÚJO; AZEVEDO; TERTO, 2022, p. 8).

A contribuição ideológica da Economia Solidária nesta luta parte da defesa do trabalho digno, da produção sustentável e do caráter de luta pela classe trabalhadora, onde une-se às pautas do movimento feminista pela igualdade social, superação da divisão sexual do trabalho e pelo fim do sistema patriarcal que coloca as mulheres no lugar de exclusão. As mulheres inserem no debate do trabalho digno a visibilidade das mulheres e seu lugar de dor, que muitas vezes se torna invisível em debates e decisões. Em um discurso objetivo,

[...] ao se qualificarem, tornam-se capazes de obter renda por meio de

trabalho não doméstico. A ação fora do ambiente familiar lhe confere mais poder nas decisões dentro da família, pois o trabalho em casa sem remuneração em geral é desconsiderado no cômputo das contribuições das mulheres para a prosperidade da família. Empregando-se em atividades remuneradas, as mulheres passam a titularizar propriedade e a acumular patrimônio independentemente. Quando a contribuição feminina é reconhecida como produtiva de maneira inequívoca, as mulheres conquistam, pelo mérito e não por meio de concessões, participação mais ativa na família e, em consequência, na sociedade (SILVEIRA, 2013, p. 15-16).

Observa-se de forma clara que o acesso das mulheres ao trabalho digno desperta uma reação em cadeia que articula as dimensões da vida econômica e social reivindicada nas pautas do movimento no uso dos termos de autonomia, emancipação e liberdade. Isso para as mulheres representa a garantia da vida e da existência enquanto cidadã.

Em uma leitura descuidada e desassociada, o debate proposto por esse movimento pode representar o comodismo à pobreza e à precariedade, ao colocar a acumulação como referencial comparativo de bem-estar e qualidade de vida. Porém, essa afirmação trata-se de mais um equívoco. Em alguns casos, até de uma tentativa de descredibilizar e deslegitimar a sua luta (ESTEVES; ANDRADA, 2017).

A luta da classe trabalhadora se firma na organização orgânica dos espaços de discussão e ações coletivas que denunciam, social e politicamente, as mazelas de um determinado contexto, reivindicando melhorias. Nesses espaços se constroem as pautas para que mudanças necessárias aconteçam.

Na inserção dessas pautas na agenda do Estado, o Governo Lula (2003-2010) possibilitou a articulação de políticas públicas à demanda social de modo que “os diálogos que o governo federal empreende com os movimentos sociais podem ser entendidos como uma possibilidade de intervenção dos trabalhadores nos processos decisórios” (VIEIRA, 2013, p. 19). Um governo propor o acesso e a participação de organizações sociais em sua agenda demonstra a visibilidade da luta, o reconhecimento de um povo plural, além de demonstrar que o Estado deve ser um instrumento para este povo, ainda que não represente uma garantia de resultados. Como um processo público, a estruturação de uma política pública prevê o exercício da cidadania por meio das representações sociais e institucionais, como os conselhos.

Precisamos reafirmar a importância de um Estado plural, que funcione na perspectiva social e articule as políticas públicas de Educação Profissional, visando a qualidade de vida de trabalhadores e trabalhadoras reconhecendo que,

[...] em uma sociedade marcada por tão profundas desigualdades de toda ordem — a começar pela distribuição de renda — e distribuída de forma tão heterogênea pelo território nacional, enfrentar a questão da pobreza significa formular programas e políticas sociais que contemplem a distinção entre aqueles voltados para o alívio da pobreza e para a superação da pobreza (COHN, 1995, p. 6).

Dito isso, os elementos e significados do trabalho e suas formas organizativas precisam ser estabelecidos como alternativa estratégica na agenda dos Governos democráticos-populares, não apenas nas ações pontuais de combate à fome, mas como eixo central para o desenvolvimento econômico do país, considerando mudanças estruturais e reconhecendo seu potencial para geração de renda e distribuição de riqueza (MANCE, 2004).

Como um processo contínuo, na esperança de consolidar as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, e ampliar o alcance da intervenção social do Estado, o Governo Dilma Rousseff (2011-2016) instituiu um Plano Nacional que abarcou diversos programas e ações, apresentando como objetivo a superação da pobreza (BRASIL, 2011a). Esse Plano, instituído como Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), carregava a expectativa de atuação nas diversas dimensões que caracterizam a vulnerabilidade social e aprofundam a pobreza no Brasil. Assim, “Gestores públicos, acadêmicos, representantes da sociedade civil organizada e lideranças políticas contribuíram para o que seria a base do programa de Governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016)” (CAMPELLO; MELLO, 2014, p. 37). Isso demonstra o interesse do Governo para que houvesse a participação social no ciclo das políticas públicas, apresentando-se como o conjunto de programas e ações propostas no PBSM.

Para a elaboração do PBSM, foi utilizado o Censo de 2010 como uma das principais referências para mapeamento da população em extrema pobreza. Esse Censo indicou que dos 16,2 milhões de pessoas em extrema pobreza, 70% eram negras ou pardas, 50,5% eram mulheres e 59,1% nordestinas (BRASIL, 2011b). Admitindo essa informação, o PBSM teve como proposta fortalecer as ações iniciadas pelo Programa Fome Zero³ e expandir o enfrentamento às barreiras que o Programa não conseguiu transpor, apresentando assim um objetivo ousado, no qual se buscava

³ O Programa Fome Zero foi criado em 2003 pelo Governo Lula (2003-2010) com o objetivo de combater a fome, propondo um conjunto de políticas públicas direcionadas às suas dimensões como o Bolsa Família, dedicado a transferência de renda e o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) (MANCE, 2004).

o fim das diversas expressões da miséria e garantindo o acesso a bens, serviços e oportunidades (CAMPELLO; MELLO, 2014).

A formulação do PBSM reuniu Ministérios em uma força tarefa intersetorial. Através do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi acionada a SENAES, levando assim a Economia Solidária a compor a maior e mais ambiciosa articulação política pelo fim da pobreza extrema no Brasil (CAMPELO; MELLO, 2014).

A II CONAES (2010) apresentou em sua sistematização, a partir do acúmulo no campo das políticas públicas, a diretriz de *abordagem territorial integradora de espaços e de intervenção intersetorial*, que no contexto do PBSM abarca as ações integrativas nos processos que constituem o fortalecimento econômico e social. Houve uma atuação coerente aos objetivos de criação da própria SENAES. Sua missão consistiu em contribuir, dentro da racionalidade do movimento, junto ao governo, a superação da pobreza, a auto-organização e autogestão da população vulnerável, e fortalecer a Economia Solidária como alternativa para o desenvolvimento sustentável (SILVA; SCHIOCHET, 2013).

Dessa forma, sendo a SENAES uma ferramenta institucional que prezou pelo diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária⁴, instância de representação Nacional criada em 2003, ao alinhar sua atuação aos acúmulos e debates promovidos pelas Conferências Nacionais de Economia Solidária, levou à formulação da política do PBSM a participação social desta luta.

O ideário de uma organização associativa do trabalho compôs a política como uma das estratégias para a inclusão produtiva, estando presente em ações que visavam o fortalecimento da auto-organização e a autogestão de grupos já organizados, assim como impulsionar estas iniciativas nas comunidades que apresentavam o cenário de vulnerabilidade social de sua população, pensando o desenvolvimento sustentável. Encontramos esse debate presente no âmbito da II CONAES, um espaço para a voz de representações dos grupos e organizações que entendem a necessidade de se pensar as mediações do trabalho produtivo como um processo formativo articulado, e lutam para dar lugar a esta concepção na educação. Nesse sentido, a III CONAES (2014) apontou como diretriz a

⁴ O Fórum aponta como duas principais finalidades: representação, articulação e incidência na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas de economia solidária e no diálogo com diversos movimentos sociais, inserindo-se nas lutas e nas reivindicações sociais sem perder seus princípios e sua autonomia; e apoio ao fortalecimento do movimento de economia solidária a partir das bases.

[...] inserção do eixo da educação nas ações integradas de economia solidária, com ações de formação cidadã e qualificação social e profissional com base nas potencialidades socioeconômicas locais de investimentos, iniciativas de economia solidária, fluxos de produção e de consumo, aptidões pessoais e vocações socioculturais (III CONAES, 2014).

Pode-se fazer uma relação do discurso político na diretriz citada com as articulações institucionais que já estavam se fortalecendo desde a formulação do PBSM. Assim, o Plano propôs para as organizações produtivas dos trabalhadores da Economia Solidária sob a nomenclatura de Empreendimentos Econômicos Solidários, como cooperativas e associações que funcionam nos preceitos da solidariedade, o pacto de apoio dos entes governamentais para demandas como “assessoria técnica, formação profissional, abertura de crédito e assessoria para a constituição de bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito” (SINGER; SILVA; SCHIOCHET, 2014, p. 427).

Cabe aqui fundamentar que a condição de vulnerabilidade social decorrente da extrema pobreza não tem a distribuição de renda como única variável. Essa característica carrega em si a ausência dos provimentos do Estado, o acesso a serviços sociais públicos e a oportunidades de mobilidade socioeconômica. Expressa-se na insegurança alimentar, na baixa escolaridade, na falta de estrutura e resulta na debilidade social da população (FIGUEIREDO; NORONHA, 2008). No modelo comportamental do capital, é possível ser internalizado pelo sujeito como uma conformidade da culpa, mas estruturalmente trata-se de um projeto perverso do sistema (FREIRE, 1996).

Seguindo esta concepção, as ações desenvolvidas no âmbito do PBSM abordam os grupos prioritários de acordo com o Censo 2010. As mulheres representam um desses grupos e inseri-las na agenda institucional demonstra o reconhecimento desta pauta como uma responsabilidade do Estado.

Conforme Medeiros (2019), a pobreza expressa na classe trabalhadora trata de um produto da exclusão desta no desenvolvimento econômico; para enfrentar esse projeto, as políticas com foco nos grupos de exclusão, como acontece com as mulheres, e a política na sua transversalidade com a educação profissional, devem fomentar a independência da mulher no aspecto de sua criatividade e de suas condições de trabalho, fortalecendo seu potencial produtivo. Essa estratégia precisa ser pensada como uma responsabilidade dos direitos humanos, além da obviedade

da justiça social.

Nessa conjuntura, em 2007, foi criado o Programa Mulheres Mil, como o resultado de um acordo bilateral entre o Brasil e o Canadá, uma política afirmativa pensada para as mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, no intuito de qualificá-las como estratégia para o enfrentamento das desigualdades através da Educação Profissional. Estiveram à frente deste acordo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), representando o interesse do Brasil, e a Agência Canadense para Desenvolvimento Internacional (ACDI) como representante do Canadá.

De acordo com Corcetti, Souza e Loreto (2018), o desabrochar do PMM no Brasil aconteceu em 2005, no Rio Grande do Norte. A primeira turma com este formato para qualificação profissional teve o caráter experimental. Em 2007, como projeto piloto, o PMM se ampliou “com ações focadas nas regiões Norte e Nordeste, totalizando 13 projetos-piloto que beneficiaram 1191 mulheres, entre 2007 e 2010” (p. 925).

Para Rocha (2017), o Programa é uma ação política estratégica com recorte de gênero, que discursa e objetiva a emancipação das mulheres e o enfrentamento às desigualdades, utilizando-se da formação inicial na Educação Profissional na tessitura do empreendedorismo, das organizações associativas e da empregabilidade. O vislumbre da superação das atrofias sociais provocadas pela ideologia política do capital, reivindica intervenção do Estado através de ações que fluam em um movimento articulado entre seus campos estruturais. Nesse sentido, o PMM representa uma política pública que almeja superar a desigualdade e as mais diversas dimensões que constituem a vulnerabilidade social, através da qualificação profissional.

Sobre os projetos piloto mencionados, dispomos no Quadro 01 a distribuição dos treze desenvolvidos nos Institutos Federais através de Subprojetos Mulheres Mil, conforme Rocha (2017).

Quadro 1 – Experiências piloto dos Subprojetos Mulheres Mil nos Institutos Federais

Instituto Federal	Projeto	Área de formação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL	O doce Sabor de Ser	Alimentos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA	Um Tour em Novos Horizontes	Turismo e Cuidador de idosos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE	Mulheres de Fortaleza	Turismo, Manipulação de alimentos e Governança
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA	Alimento da Inclusão Social	Técnicas de conservação e manipulação de alimentos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB	Desenvolvimento Comunitário – Impacto na Qualidade de Vida e ambiental	Pesca, Artesanato e Meio ambientes.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE	Culinária Solidária	Culinária
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI	Vestindo a Cidadania	Moda e confecção
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN	Casa da Tilápia	Beneficiamento do couro do peixe, Alimentos e Artesanato
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFSE	Do lixo à Cidadania/Pescando Cidadania e Arte	Artesanato com reaproveitamento de resíduos sólidos e Arte na culinária

Fonte: Rocha (2017)

No Rio Grande do Norte, o subprojeto denominado “Casa da tilápia”, contou com a participação de Instituições Brasileiras parceiras como a Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), e na contrapartida do Canadá participou o *College Cégep de la Gaspésie et des Îles*. De forma mais objetiva.

Os projetos piloto foram executados na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC). Esse processo de execução deu corpo ao Guia Metodológico, um instrumento norteador que sistematiza estratégias pensadas para viabilizar o alcance das metas e dos objetivos do PMM fundamentado na metodologia de Avaliação e Reconhecimento da Aprendizagem Prévia (ARAP) (ROCHA; SILVA, 2016). A ARAP se mostra presente no planejamento dos cursos no Instituto Federal do Espírito Santo quando Corcetti, Souza e Loreto (2018) percebem que a escolha dos cursos teve a zona proximal de conhecimento das mulheres da região como motivo sobreposto à possibilidade da empregabilidade do mercado.

Em 2011, o (re)desenho do PMM passou a ter cobertura nacional através da

Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, sendo integrado como ação do PBSM, estruturado na transversalidade entre Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, e sendo considerado então uma política afirmativa. A partir de 2014, através da parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), todos os programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) foram incorporados à estrutura do Pronatec (COSTA *et al.*, 2014).

No caso dos Institutos Federais, a execução do Programa se deu através de projetos de extensão submetidos à Pró-Reitoria de Extensão, sendo necessário e fundamental ter como base de construção as ações de interação com o público-alvo como busca ativa, identificando o perfil, a territorialidade e as potencialidades das mulheres, e pensar, a partir desses dados, estratégias para mobilização, sensibilização e acompanhamento em todas as etapas do projeto (IFRN, 2012).

Avena e Lovatti (2013) experienciam a execução do PMM salientando a importância da conexão entre a educação profissional, construção cidadã e a valorização dos sujeitos, indicando nesta articulação que ao alcançar posições melhores na geração de renda, há melhora significativa na qualidade de vida de toda a família. Sendo essa mobilidade recorrente e progressiva, esses efeitos poderão ser vistos como uma contribuição consistente, um padrão.

No entanto, a sistematização de Cardoso Filho e Pereira (2013) nos mostra como a etapa do acesso representa o primeiro desafio para o processo de qualificação das mulheres. Não podemos relativizar a possível ausência de ingresso de mulheres no Programa pela simples falta de vontade ou interesse; há que se considerar a possibilidade de que em alguns casos os obstáculos sejam as expressões de violências que o próprio Programa se propõe a combater, como também diferentes cenários em que as mulheres não se identifiquem com a qualificação profissional ofertada e assim não visualizam um resultado futuro a partir desta.

A execução do Programa, através dos Módulos de Acesso, Permanência e Êxito prevê como primeiro passo a identificação da demanda na comunidade, conhecendo a realidade da comunidade, observando as carências e as potencialidades locais, reconhecendo a influência que estas informações apresentam na estruturação dos eixos tecnológicos e o impacto que trará em seus resultados. Rocha (2017) apresenta com detalhes esta metodologia de trabalho que consiste em um estudo local para diagnóstico a partir do reconhecimento do público-alvo,

sensibilização e mobilização, com profissionais qualificados estruturando uma equipe multidisciplinar.

Além da equipe multidisciplinar, composta por servidores e parceiros para viabilizar as ações internas e externas à instituição, exigida para elaboração dos projetos que materializam a implantação do PMM. A etapa conta também com o diálogo com outras instituições e organizações sociais locais, esta prática tem por finalidade a proximidade entre cursos ofertados e a realidade produtiva das mulheres participantes (BRASIL, 2012).

Percebemos então que, cabe aos agentes implementadores e executores dos projetos no âmbito do PMM, decidir o espaço que cada temática de inclusão econômica ocupa no processo formativo. Uma vez que as metas do PMM não se estruturam exclusivamente no associativismo e cooperativismo, a política também apresenta o empreendedorismo mercadológico como alternativa.

Assim, ainda que a materialização da política seja uma conquista diante das demandas sociais, o PMM apresenta em seus documentos um texto político de expectativas que acalma os anseios da inclusão e da superação das mulheres. No entanto, ao observar as atividades laborais que já são destinadas às mulheres na divisão sexual do trabalho como opções (apesar de não ser uma regra) de qualificação, abre um caminho interpretativo ambíguo que deixaremos como uma reflexão, visto que sua investigação não cabe no objetivo deste trabalho. A reflexão é: a geração de renda a partir do potencial produtivo como um aproveitamento do universo conhecido para organização *versus* a manutenção da divisão sexual do trabalho, tornando o Programa uma ferramenta para formação de mão de obra sexista e imediata para o mercado. Ao incorporar os elementos de contradição como coexistentes no projeto formativo, os formuladores reforçam e possibilitam a diversidade dos sentidos simbólicos nos efeitos da política para cada particularidade, conforme discute Mainardes (2006).

Vê-se o acesso das mulheres como o primeiro passo para fomentar o empoderamento e enfrentamento às desigualdades enfrentadas por elas, fomentando a liberdade do potencial produtivo. O suporte desse processo contempla a elevação da escolaridade propondo a articulação com o Estado e municípios a qualificação no eixo tecnológico e a (re)inserção no mundo do trabalho através da inclusão produtiva no desenvolvimento econômico local, oportunizando a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida.

O módulo de acesso tem como propósito preparar a instituição ofertante para acolher as mulheres e suas especificidades, estreitando o diálogo com o público-alvo, fazendo uso de ferramentas como questionários, entrevistas e mapa da vida, que possibilitam aproximar o processo formativo das demandas e realidades destas mulheres, identificando seus conhecimentos prévios e o potencial territorial para construção dos cursos (CORCETTI, 2018).

A atenção dada ao módulo permanência e êxito tem a intenção de minimizar as dificuldades presentes durante o processo formativo do Programa, planejando o atendimento às demandas específicas das mulheres, como acesso a serviços assistenciais. A integração do PMM ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), uma política que reúne diversas ações e iniciativas preexistentes à sua implementação com objetivo de expandir e fortalecer as políticas de educação profissional, seguindo um regime de colaboração entre as esferas de poder, possibilitou a este módulo dispor de um acompanhamento envolvendo outras políticas ou serviços de apoio. Essa necessidade deixa ainda mais evidente a educação como eixo central da desigualdade (PEDROSA, 2016).

É mencionado em Brasil (2014) um arranjo de articulação entre a participação no Programa e políticas públicas de apoio, sustentado na premissa que, se através do PMM as mulheres têm acesso a outros programas sociais de assistência, isso fortalecerá seu vínculo ao Programa. Ao nosso olhar, essa afirmação traz resultados quantitativos de ingresso e permanência no programa, podendo influenciar nos resultados qualitativos da formação.

Ao fazer parte do Pronatec, o PMM mantém sua estrutura formativa e para quem se direciona, não sendo identificados prejuízos para as mulheres ingressantes; as mudanças acontecem em sua operacionalização. A Rede dos Institutos Federais, não exclusivamente, se torna parceira ofertante, e é responsabilidade das prefeituras municipais sinalizar a demanda formativa. Essa ação tem por justificativa viabilizar a proximidade com a realidade local e o acesso das mulheres em extrema pobreza reconhecidas pelo Cadastro Único (CadÚnico) realizado pela Rede Socioassistencial de cada município. As alunas passam a ter, como auxílio para sua permanência nos cursos ofertados, o direito à bolsa-formação com um valor x associado aos dias de aula assistida. Para Oliveira, Vieira e Feldens (2016, p. 257),

A bolsa que as estudantes recebem pode ser vista tanto pela ótica positiva,

já que se constitui em mais um auxílio e atrativo para a permanência nos cursos, o que é compreensível se pensarmos nas condições econômicas das famílias, quanto pela ótica mais crítica que nos faz refletir até que ponto o pagamento da bolsa pode ou não se tornar o foco da aluna ao frequentar o curso, em detrimento da busca pela qualificação profissional a inserção do mundo do trabalho.

A análise do recebimento da bolsa por uma ótica crítica nos preocupa, pois partimos da premissa de que não é possível afirmar que o foco das alunas no recebimento da bolsa prejudicará o seu processo formativo. Precisamos assumir que diferentes desdobramentos podem vir disso, assim como podem existir diversos motivos para tal, como as alunas tomarem a garantia da bolsa como um incentivo para concluir o curso com resultados satisfatórios para sua vida ou mesmo a possibilidade de uso da bolsa para garantir minimamente a subsistência das alunas⁵.

A metodologia proposta no PMM aborda temas como saúde, direitos das mulheres, cooperativismo, responsabilidade ambiental, dentre outros, complementando a qualificação técnica do curso ofertado, com o intuito de complementar a formação e promover a igualdade de gênero nas diferentes dimensões que constituem o estado de vulnerabilidade social (BRASIL, 2014).

Mas, de que forma essa certificação apresenta mudanças na vida dessas mulheres? Ao estabelecer a concepção de vulnerabilidade social e perseguir a superação da pobreza por meio da qualificação profissional, o PMM almeja, como resultado satisfatório, a inserção destas mulheres no mundo do trabalho dito produtivo através do qual seja possível gerar renda, possibilitando a sobrevivência e a dignidade através da mobilidade econômica como um dos pilares. No entanto, prevendo também prevendo mudanças subjetivas que remontam ao ser social da mulher.

A educação profissional que defendemos deve formar cidadãos e cidadãs conscientes da relação direta que existe entre o trabalho e a educação, reconhecendo as possibilidades de autonomia para seu pleno desenvolvimento. Assim, discutiremos no próximo subcapítulo essa relação na perspectiva de unidade, considerando e alinhando a discussão do trabalho digno como prática promovida na execução dos projetos no Programa Mulheres Mil.

⁵ Faz-se necessário retomar que a proposta política da qualificação profissional se refere a uma população em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza, o que nos leva a defender que a discussão acerca do auxílio financeiro à formação precisa considerar um campo mais amplo e dirigido de estudos, avaliações e proposições para a temática.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRABALHO-EDUCAÇÃO SE FAZ COM VÁRIAS MÃOS

O sentido pedagógico do que é educação, e de como educar, orienta-se apoiado nos significados manifestados nas interações dos indivíduos entre si, destes com a natureza, suas relações sociais, construídas histórica e dialeticamente, e do regime de acumulação em curso.

Para compreender o mundo como objetos em movimento em uma determinada particularidade, precisamos conhecer sua estrutura, em que relações e condições se fundamentam, e para isso partimos da necessidade de decompor o todo (nosso objeto), conhecer sua estrutura, o contexto social no qual se manifesta e, assim, construir o conhecimento

Tornando o referencial de pesquisa tão importante quanto sua intencionalidade, Ciavatta (2019) discute a relação trabalho-educação como unidade, apresentando neste termo a compreensão da indissociabilidade, e assumindo o caráter passível de diferentes discursos conforme a perspectiva adotada. A configuração definida pela construção simbólica desta relação, quer seja material ou imaterial, movimenta consigo também a construção simbólica da subjetividade dos sujeitos. E a importância de estabelecer as mediações do nosso objeto como particularidade da nossa pesquisa.

Observamos o processo dialógico presente na relação trabalho-educação, visando a formação social através da educação na intenção de superar o estreito vínculo entre esta e a lógica do mercado de trabalho, na economia mercantil, reconhecendo sua importância política e entendendo que, “O trabalho humano, enquanto atividade consciente, não é de caráter causal, mas teleológico. Engendra por isso opção, escolha e liberdade” (FRIGOTTO, 2001, p. 17).

Resgatamos então que essas escolhas são tecidas na estrutura determinada no processo teleológico das relações sociais e de Poder, assim, a ideia da liberdade de escolha não pode ser presumida quando as condições impostas ao trabalhador, em especial às trabalhadoras, demarcam o *ser* e o *fazer*, colocando a estas, padrões daquele como referencial para que seja concebível uma possível igualdade. Isso expressa a demarcação escancarada da desigualdade sexual nas relações de trabalho. A simples possibilidade de um dia gerar uma criança tem um peso suficiente e incabível para determinar o perfil profissional das mulheres, da sua qualificação à

sua ocupação (ARAÚJO, 2018).

Para o regime da acumulação flexível, que substitui o regime fordista/taylorista de produção, exigiu-se da Educação um trabalhador adaptável, em posse de competências, principalmente para auxílio e operacionalização das tecnologias de modo eficiente para a produção de mercadorias e a serviço do lucro, como um instrumento mecânico da esteira de produção; que se adapte não apenas mecanicamente, mas também às relações de empregabilidade e submissão.

Em Braverman (2011) o capitalismo tornou o processo de trabalho específico para expandir seu capital, apresentando um método de administração ciente de si e calculista, baseada no controle, vigilância, manipulação e fixação de cada etapa do processo produtivo, desde a concepção à sua execução. Um controle gerencial fundamentado nos métodos de Taylor, dividiu os homens em partes como instrumentos de produção, objetivando tirar deles o conhecimento do processo geral, fragmentando-o em realização de tarefas limitadas.

Articulado a este movimento, Segundo Clarke (1991), Ford se empenhou para moldar os princípios e valores dos trabalhadores e suas famílias, fazendo uso de recompensas financeiras como a promessa de salários mais altos e bonificações, condicionados a testes de moralidade e comportamento. Para adaptar os indivíduos aos seus valores e crenças, Ford criou igrejas e programas de orientação moral, tendo como punição a demissão no caso de reprovação nos testes.

De acordo com Harvey (1993), o regime de acumulação flexível traz como proposta a flexibilidade nos processos de trabalho, no mercado de trabalho, nos produtos e padrões de consumo. Pode ser compreendida como a inovação que confrontou a rigidez característica do fordismo, com mudanças no setor financeiro, tecnológico, organizacional e nos padrões do desenvolvimento desigual, focada no interesse particular de cada empresa. Como consequência, potencializou a pressão e controle dos empregadores sobre seus trabalhadores, tirando proveito do desemprego estrutural para impor contratos e regimes de trabalho mais flexíveis, aumentando a rotatividade dos chamados trabalhadores flexíveis.

Pensando a práxis, temos neste conceito a indissociabilidade do pensar e o fazer, de forma que, para confinar o trabalhador no estado de aceitação e passividade, a estratégia tornou-se privá-lo da informação e do conhecimento, oferecendo-lhe uma formação fragmentada, descontextualizada e mecânica, com reforço nos aspectos de liberdade individual, competição, descentralização, apresentando um significado vazio

do trabalho, pautado no lucro e na subserviência (MOURA, 2015; NETO, 2012).

Para a Economia Solidária, em um (contra)movimento, o trabalho tem o significado de participação ativa na transformação das pessoas, das relações e da natureza, reconhecendo o trabalhador como parte essencial na reprodução da vida e possibilitando ao trabalhador e à trabalhadora um grau de liberdade que carrega em si a justiça social, o respeito ambiental e a sustentabilidade econômica, valores invisibilizados e não subsumidos no arquétipo capitalista de sociedade (VERONESE, 2009).

Esse significado de trabalho é postulado associando às faculdades do *ser*, *fazer*, *criar*, como uma ação de transformação e humanização. Atividade para além da produção de mercadoria, que se atrela ao capital na condição do *ter*. E, engloba a compreensão de que o trabalhador possa ter para si os frutos de seu trabalho, nos diferentes arranjos de propriedade e inserção dos avanços tecnológicos (ARRUDA, 2005).

Observamos na unidade trabalho-educação o trabalho como atividade, e seu processo dialógico com a formação social através da Educação, a intenção de superar o estreito vínculo educacional à lógica da economia mercantil do mercado de trabalho, reconhecendo a importância política atribuída à Educação e entendendo que, “O trabalho humano, enquanto atividade consciente, não é de caráter causal, mas teleológico. Engendra por isso opção, escolha e liberdade” (FRIGOTTO, 2001, p. 17).

Ao considerar o trabalho como princípio educativo, resgatamos seu papel na construção da identidade social e humana do trabalhador. A configuração do trabalho atrelada ao regime de acumulação em curso, ocupa o papel de orientar o modo de ser da Educação enquanto projeto político, definindo as diretrizes e objetivos do processo educativo e determinando as habilidades esperadas como cidadãos e como trabalhador produtivo. Apresentam-se, assim, em acordo com o molde de trabalhador que se deseja (SAVIANI, 2022).

Ao tecer esse caminho, identificamos que a intenção pedagógica contida nesta afirmação pode se materializar como crítica ou alienante. Diante da premissa da divisão e exploração do trabalho, o princípio educativo que se manifesta no regime de acumulação flexível, como esperado, dado seu caráter mercantil, é direcionado a interesses antagônicos à classe trabalhadora, somando-se a outros aspectos que convergem para a estranheza produtiva do trabalho. O seu significado é moldado assim nas características da alienação.

Desvelando a categoria da contradição presente no método histórico-dialético, conforme discute Barata-Moura (2012), percebemos então uma ressignificação do trabalho:

[...] trabalho não mais como “tortura”, como castigo, como alienação, mas sim como criação, como espaço de convivência e de aprendizagem, de afetividade: trabalho que permite ressignificar a vida. Para isso, são muito importantes os novos valores nos quais a proposta da Economia Solidária se assenta e a possibilidade de novas relações que, sob sua inspiração, se estabelecem (BONUMÁ, 2015, p. 91).

Seguindo assim a perspectiva crítica da formação que anseia da educação a oferta de uma formação completa como direito fundamental, desconsiderando a distinção entre o saber técnico, por ora fragmentado e passivo, e o saber crítico, consciente.

Malassis (1973) chamou de técnico-culto o que hoje debatemos como formação omnilateral, apontando que a educação não se limita à produção de bens, mas que resulta também na formação dos sujeitos, cidadãos e cidadãs, influencia atitudes, relações e aspirações. Essa característica formativa precisa harmonizar com os saberes técnicos de forma que,

O homem omnilateral não se define pelo que sabe, domina, gosta, conhece, muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades... as mais diversas. O homem omnilateral é aquele que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre (SOUZA JUNIOR, 2008, p. 286).

Nisto, concordamos quando Silva (2021) aponta que uma pedagogia que não prevê a formação histórico-crítica, reforça a cultura da desinformação, do desconhecimento das potencialidades e da existência social do trabalhador. Assim, o trabalho autogestionário é pautado na possibilidade da reconstrução do saber fragmentado intencionalmente pelo capital.

Ocupando o papel de uma das principais referências pedagógicas para a economia solidária, Freire (1970) afirma que a educação não deve prever os alunos como corpos vazios, a quem se pode fragmentar e programar, depositar-lhe uma função e mecanizar seu comportamento. A formação técnica para o trabalho é importante, mas fundamentar a formação na atividade humana que é, faz da educação

libertadora que acontece fundamentada na práxis do conhecimento coletivo, tendo como condição inicial a realidade, e desta germinando o ensino, a pesquisa, a reflexão e a avaliação, transformando o sujeito e possibilitando transformar a si mesma. Para esta Educação,

[...] Emancipação pressupõe um conceito de inteligência mais amplo do que o saber formal e científico. Ela pressupõe uma inteligência concreta que entende o pensar e a realidade num processo dialético. A educação deve preparar o ser humano para o confronto com a experiência real e não para experiência alienada de mundo. O indivíduo estaria alienado, sobretudo pela técnica, e não saberia mais orientar-se na realidade concreta, somente na realidade cultural e social que não é produzida por ele (AMBROSINI, 2012, p. 386).

Relembramos que o nosso objeto de pesquisa está imerso na discussão da autonomia das mulheres por meio da qualificação profissional. Assim, faz-se necessário ir além dos aspectos comuns para os trabalhadores e trabalhadoras enquanto recorte de classe, e acrescentar elementos condicionantes à formação das trabalhadoras em uma sociedade machista.

Identificamos em Bonumá (2015) um processo ainda divergente na vivência das mulheres inseridas na discussão do trabalho sustentável, digno e organizado. No entanto, essas mesmas mulheres contribuem de forma incisiva nas frentes do movimento e no desenvolvimento da economia local, fazendo de sua organização produtiva uma extensão da esfera reprodutiva na perspectiva da comercialização como estratégia para a autonomia.

As atividades impostas pelo caráter patriarcal como necessidades domésticas e reduzidas à submissão e cuidados para a família, reconfiguram-se no cenário do PMM como resistência em defesa da vida das mulheres, não se atendo apenas ao objetivo monetário, mas construindo relações e transformações para além das fronteiras domésticas, indicando a importância de políticas específicas à população feminina.

Para Grossi e Reis (2012), a educação deveria promover a formação para a vida, o empoderamento das mulheres em todas as esferas, garantindo a qualificação profissional com uma base geral e sólida para sua emancipação social, cultural e econômica.

Alinhando a discussão na perspectiva da educação profissional para as mulheres, Silva, Azevedo e Rocha (2019) trazem no debate do modelo de

desenvolvimento proposto pelo Estado, a proximidade entre as pautas visibilizadas nas questões de gênero e as inquietações no campo da educação democrática. Nos encontramos então, em uma discussão transversal que se funda culturalmente no “[...] entendimento racional dos mecanismos patriarcais que criam falsas dependências”. Por exemplo: as mulheres são frágeis, não entendem de máquinas, dentre outros preconceitos muitas vezes verbalizados” (MARQUES *et al.*, 2021, p. 28).

Nessa realidade, as políticas públicas precisam ser delineadas em harmonia com seu público real, considerando a democratização do conhecimento e das tecnologias, oportunizando o conhecimento organizado, analítico e crítico para todas as pessoas.

Como uma das principais referências para o desenho político pedagógico da educação na economia solidária, Freire (1996, p. 42) destaca que a prática pedagógica no viés democrático vai além do ensino puro do conteúdo. A educação acontece de forma a “endereço-se até sonhos, ideais, utopias e objetivo, que se acha o que venho chamando politicidade da educação”. Esse desenho se fundamenta na autonomia, na formação para liberdade em seu sentido emancipador, respeitando a relação entre o educando e o educador como uma partilha de saberes, e a relação do educando com a vida na concepção de sociedade reproduzida pelo princípio educativo do trabalho como ação humanizadora (SINGER, 1995).

Coerente a este discernimento, a intenção pedagógica da educação que forma para autonomia, compreende a formação social do sujeito na ciência da desigualdade. A competitividade, a individualidade e a exploração decorrente do sistema de classes e dos privilégios do capitalista, são sintomas de uma sociedade doente (SINGER, 2005).

Sendo a educação um projeto de disputa, torna-se insuficiente apenas apontar princípios que conduzam a construção do conhecimento e formação profissional, sem inseri-los na sua execução ou no perfil multiplicador do professor ou professora. Para resultados coerentes, nas relações humanas e nos processos de trabalho, é necessário que se faça comumente a formação. Tendo a mudança social como seu caráter político, é necessário que a prática pedagógica que forma o cidadão e trabalhador, seja coerente com esse ideal, integrando essa interpretação à relação trabalho-educação.

Cabe, assim, aos atores da educação, acreditarem que existe uma mudança possível e que implica necessariamente no processo dialógico entre a denúncia da

realidade e a possibilidade da superação (FREIRE, 1996).

A força de trabalho feminina enfrenta, não de forma exclusiva, o desemprego e a precarização, mas de forma especial se combinam à sujeição ao assédio moral e sexual, que transcreve o sistema machista de dominação estabelecido nas relações de trabalho. Dada a íntima relação,

O silêncio é uma prática desenvolvida e reforçada socialmente, que reprime as denúncias das injustiças e as reivindicações. Para as mulheres, em que o silenciamento é fruto dos processos educativos, verbalizar as violências se voltam subjetivamente contrárias a um conforto emocional, pois o sentimento de culpa se faz presente e regula a máxima de que se calar é mais protetivo, que o uso da palavra (SILVA, 2021, p. 5).

Ao expor a necessidade da voz das mulheres nos processos de formação profissional e suas relações, apontamos como exemplo a experiência sistematizada por Albuquerque e Cavalcante (2015), fruto da política EJA EcoSol. Ela apresenta o interesse das mulheres de um Empreendimento Econômico Solidário na formação pautada pelo diálogo entre a educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária, reconhecendo as contribuições positivas da formação para a organização e autonomia do grupo produtivo e para sua emancipação.

Assim, observamos o diferencial na formação que traz a economia solidária como base, identificando em Moraes (2015) a importância de articular os valores e preceitos defendidos pela Economia Solidária à concepção de educação, e como uma via de mão dupla, na relação trabalho-educação, se transformam mutuamente. Nesse processo, as ciências precisam ser construídas e ensinadas de modo a possibilitar que o trabalhador e a trabalhadora reconheçam e reconstruam sua subjetividade, assim como os elementos que as constituem individualmente quem são e quem almejam ser.

A competitividade doentia promovida pelo mercado capitalista, para Singer (2002), não é um comportamento natural, assim como a solidariedade da sobrevivência e vivência coletiva em uma relação mútua e horizontal também não é. Ambos representam um conjunto de saberes que é reproduzido pela educação, o adestramento do capital se apresenta como resultado de um processo histórico e político evidenciado na luta de classes. Para Gonçalves, Santos e Santos (2021), isso é uma estratégia de controle do trabalhador, um modo de regulação para o processo de trabalho. Nesse sistema, a solidariedade é restrita aos laços de afetividade, não

fazendo parte da formação do trabalhador para o mercado. Assim, complementamos que,

A pedagogia da Economia Solidária requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como o fazem os jogos cooperativos. Importa aqui menos o aprendizado do comportamento adequado do que o sentimento que surge da prática solidária. Tanto dando como recebendo ajuda, o que o sujeito experimenta é a afeição pelo outro e este sentimento para muitos é muito bom. Tanto em competir como em cooperar, o sujeito sente-se feliz. Só que no primeiro caso, essa felicidade só é completa se ele vence e demonstra sua superioridade sobre os demais. No último, a felicidade é gozada toda vez que se coopera, independentemente do resultado (SINGER, 2005, p. 16).

Para Singer (2005), seria um equívoco pautar uma formação comum que torne possível o conhecimento para diferentes modos de gestão e de produção, desvincilhando da reprodução do trabalhador unicamente para o capital, nas condições econômicas atuais de coexistência. O que pareceria viável e coerente no discurso por uma educação que promove o poder de escolha, na verdade, apresenta fragilidades que levariam os grupos solidários a se distanciarem dos seus princípios, além de que, seria considerar uma igualdade inexistente no mundo do trabalho, que ultrapassa os contornos da educação. No entanto, afirmar isso pode nos tirar do foco de que, apesar da educação ser um eixo central da transformação, isolada não oportuniza o trabalho e o comércio justo, necessitando assim da articulação com outras dimensões do trabalho, dando sentido à perspectiva politécnica da formação profissional da classe trabalhadora, que em Saviani (2003, p. 140)

[...] trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna.

Ao afirmar isso, Singer (2005) coloca em perspectiva as relações e mediações que fazem o sistema econômico funcionar como o regime de acumulação propõe, como as regras de relações externas, por exemplo. Consideramos essa uma preocupação relevante, mas não podemos tomá-la como determinante no contexto temporal em que a economia solidária ainda não representa um modelo forte o suficiente para balançar a estrutura hegemônica do capital. Assim, ainda que a formação se proponha a abarcar os diferentes modos de gestão e produção, de forma isolada torna-se apenas demonstrativa.

Como exemplo desse cenário, há no Brasil Empreendimentos Econômicos Solidários que se envolvem com o mercado capitalista na esfera da comercialização, mesmo que seus princípios de criação, modo de produção e gestão estejam intimamente relacionados à Economia Solidária. Essa informação, levantada e criticada por Wellen (2014), invalida a construção do movimento? Resgatemos então que a sua construção luta para se estruturar no terreno inóspito do mercado capitalista, trata-se da busca por um novo jeito de se organizar, produzir, consumir e claro, comercializar, ao passo que o trabalhador busca sua subsistência. Conseqüentemente, o escoamento da produção via mercado tradicional tem essa necessidade, visto que o comércio justo e a intervenção do Estado através das compras governamentais, ainda não absorvem toda a produção dos Empreendimentos Econômico Solidários, garantindo a sustentabilidade pautada pela Economia Solidária. Logo, os apontamentos de Wellen (2014) não invalidam esse movimento, apenas expõem a realidade.

O mapeamento realizado por Silva e Carneiro (2016) no Sistema de Informação em Economia Solidária, demonstra as formas de comercialização utilizadas por 19.708 empreendimentos econômicos solidários identificados no sistema, como disposto a seguir:

Figura 3 – Formas de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários

Para quem é feita a comercialização (N=10.741)	Total	%
Venda direta ao consumidor final	9.189	86,0
Venda a revendedores/atacadistas	4.149	39,0
Venda a órgão governamental	1.602	15,0
Venda para empresa privada de produção	959	8,9
Venda a outros empreendimentos de economia solidária	976	9,1
Troca com outros empreendimentos	421	3,9
Mercado de venda e/ou troca de produtos (N=10.741)	Total	%
Mercado/comércio local ou comunitário	7.765	72,3
Mercado/comércio municipal	7.205	67,1
Mercado/comércio territorial ou microrregional	2.483	23,1
Mercado/comércio estadual	1.927	17,9
Mercado/comércio nacional	817	7,6
Mercado/comércio externo (exportação)	315	2,9
Espaços de comercialização (N=10.741)	Total	%
Lojas ou espaços próprios	3.208	29,9
Espaços coletivos de venda (centrais de comercialização, Ceasa)	1.888	17,6
Feiras livres	5.801	54,0
Feiras e exposições eventuais/especiais	3.549	33,0
Feiras de economia solidária e/ou agroecologia	2.568	23,9
Entrega direto a clientes	5.818	54,2
Outros	639	5,9

Fonte: Silva e Carneiro (2016)

Identificada a diversidade de estratégias para a comercialização, observamos que o arranjo global para a viabilidade econômica de uma proposta não se caracteriza pela escolha isolada. É preciso considerar os processos necessários para sua concretização. As características de autogestão e trabalho coletivo fazem desse modelo organizativo uma proposta social que se aprende na prática e não apenas nas teorias. A relação humana da autogestão acontece pela reciprocidade e pela vivência (SINGER, 2005).

A educação é indiscutivelmente um elemento estruturante em qualquer projeto de sociedade. Saviani (2003, p. 132) aponta que, “toda educação organizada se dá a partir do conceito e do fato do trabalho”, cada regime de acumulação caracteriza o princípio pedagógico que fortalece a si ao ponto que, como afirma Saviani (2022, p. 2), “aos modos de produção correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação”.

A discussão entre o que Malassis (1973) chama de educação da sociedade industrial com características e processos direcionados à modernização e globalização e a educação da sociedade tradicional centrada para o trabalho manual

com a representação social da família presente nas relações e produção, converge com a perspectiva do lugar do trabalho na sociedade, onde temos a instrumentalização para o crescimento econômico em um dos polos e no outro, a criação da nova vida, evidenciado contrapontos em objetivos, estruturas e métodos.

Ao discutir essa ideia, a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) em 2006, apresentou como proposição que,

A formação para a economia solidária deverá valorizar a educação popular e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização na perspectiva da autogestão, viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas, e despertar a consciência crítica dos trabalhadores/as. Deve ser feito um esforço para inserir as práticas e valores da economia solidária nos currículos e projetos pedagógicos nos vários níveis de ensino, além da ampliação da inserção da Economia Solidária nos programas existentes voltados para a elevação de escolaridade e qualificação social e profissional. Ademais, faz-se necessária a formação sistemática de gestores públicos para implementação de ações de economia solidária nos diversos níveis governamentais. Para atender às demandas de formação, é preciso incentivar a criação de Centros de Formação em Economia Solidária (I CONAES, 2006, resolução 61).

Para Nascimento (2003), a formação integral compreende a combinação da formação técnica, social e política. A formação cultural e moral requer diferentes saberes que muitas vezes são excluídos do currículo da escola formal. Observamos nesta afirmação a essencialidade da experiência das relações humanas, experiências culturais de forma proporcionada pela Educação Popular⁶.

[...] a gestão de projetos de educação não escolar, realizada por entidades do chamado terceiro setor e/ou por organizações não governamentais – ONGs –, tem configurado um novo cenário para as experiências de educação fora do âmbito escolar[...] (MOURA; ZUCCHETTI, 2010, p. 634).

Assim, no que envolve a discussão da temática pela I CONAES (2006), a Educação formal e a Educação Popular são concebidas como indissociáveis, uma vez que a concepção dos saberes não se limita aos muros da escola, reconhecendo nesta articulação a potencialidade para construção e exercício da criticidade a partir da leitura e compreensão do mundo, direcionando a uma formação educacional progressista, dialógica e que reconhece a pluralidade que constitui a vida humana em

⁶ “A educação popular pode ser compreendida como diálogo de saberes que constrói conhecimento e amplia o universo de sentido dos sujeitos envolvidos. Diálogo este que possibilita trilhar o caminho de uma concepção dialética onde se reconhecem determinações ou condicionamentos das estruturas econômicas na conformação das subjetividades sociais” (ADAMS, 2013, p. 4).

seu maior valor (OLIVEIRA; LIMA, 2015).

Ansiando por fortalecer a relação trabalho-educação na perspectiva do trabalho associado e autogestionário, a II CONAES (2010), ao pautar uma Política Nacional de Economia Solidária, apresentou na resolução 127 do Documento Final, a indicação da articulação desta com políticas públicas de Educação em seus diferentes níveis e modalidades,

Deve-se buscar também a articulação com políticas de educação, formação, ciência e tecnologia, como: alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino fundamental, médio e superior, pós-graduação, ensino profissionalizante, qualificação profissional e social, incubação e tecnologia social, extensão rural etc. (II CONAES, 2010).

A intenção pedagógica desta reivindicação segue um delineamento que expressa uma nova metodologia. Incorporando a pedagogia da alternância, a formação é composta por uma metodologia autogestionária, pelas tecnologias sociais, e sistematização e compreensão da realidade. Apresenta-se habitualmente no modelo de Educação Popular; considera-se assim a formação socioprofissional como mecanismo de resistência e enfrentamento à exclusão e ao desemprego (GADOTTI, 2009).

Visto isso, Kruppa (2005, p. 27) coloca como passos urgentes

- 1) perceber e falar/denunciar o conflito entre as práticas educativas dominantes e a forma autogestionária trazida pelos trabalhadores da Economia Solidária;
- 2) pôr-se no conflito, enquanto educadores e pesquisadores; e
- 3) nomear, ao construir coletiva e processualmente com os trabalhadores, várias outras práticas educativas que tragam para a escola um outro conteúdo e forma.

Nesse processo, reconhecemos a existência e a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária. O debate da relação trabalho-educação precisa estar alinhado à compreensão das categorias enquanto fenômeno, trabalho e educação, e se fazer real em sua materialização.

A construção de políticas públicas para vitalizar a Economia Solidária requer a luta dos trabalhadores por condições dignas de trabalho, perpassando pela educação humana e emancipadora, e por uma cultura política que priorize a vida. Esse projeto tem se estabelecido com diferentes movimentos que se relacionam de forma a constituir o trabalho digno como modelo viável e sustentável, sendo a educação uma

categoria indissociável deste novo cenário, como demonstramos neste subcapítulo, trabalho-educação apresenta-se como uma unidade.

Diante do exposto, reforçamos que a luta contra-hegemônica enxerga a classe trabalhadora como um grande coletivo, de forma que as reivindicações não cabem na individualidade e não produzirão efeitos no eco de vozes isoladas. Essa luta precisa se amparar em uma grande ciranda da qual o PMM faz parte, onde damos as mãos não apenas por nós mesmos, mas pelo outro e pela outra no resgate do trabalho humanizado, uma luta construída no movimento histórico de resistência e na insistência dos debates institucionais como apresentaremos no próximo tópico.

3 NINGUÉM LUTA POR SI MESMO, A LUTA É SOLIDÁRIA

*O termo “luta”
Nos diz de um bom afeto,
De algo que nos anima,
Inspira e instiga.
(TIBURI, 2018, p. 53)*

Iniciamos este capítulo tomando emprestado uma passagem de Márcia Tiburi, instigando a busca pela vida digna de todos os trabalhadores e, especialmente, de todas as trabalhadoras, transmitindo energia e cuidado mão a mão, no movimento da ciranda.

A vida digna requer a construção e defesa de um projeto societário que considere as diversas dimensões e relações da unidade trabalho-educação apresentada no capítulo anterior. Convergindo com o significado do trabalho postulado no objetivo principal da pesquisa, este capítulo discorrerá acerca do movimento histórico e político das práticas que representam o termo “Economia Solidária”, e de forma concisa apresentaremos a sua articulação no Estado como um espaço institucional necessário a tal projeto.

Para isso, construímos a discussão da categoria trabalho, pautando sua ressignificação e sua representação de emancipação concreta para a classe trabalhadora, no debate desenvolvido no campo da Economia Solidária, considerando que,

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1974, p. 211).

Marx (1974) apresenta o trabalho como uma atividade natural de inserção e apropriação da vida, objetivando o bem-estar e a subsistência humana através do uso de seu corpo e consciência, a ação que tem em seu fim a produção da vida. Uma ação que se justifica no valor de uso.

Ao descrever o trabalho, Braverman (1977) traz sua conceituação como atividade que distingue o ser humano dos outros animais, uma vez que é realizado de

forma intencional e comandado pela consciência humana, podendo a ideia de um ser executado por outro. Nela, se altera a natureza em prol de si mesmo, transpondo a ação instintiva e moldando o mundo que conhecemos.

O trabalho é o pilar que sustenta o ser social, e a centralidade de sua humanização, seja para garantir sua existência ou para manutenção da sociedade, na determinação do seu modo de vida. É, dessa forma, uma propriedade inalienável do ser humano. Com potencial diverso de atividades produtivas, podemos produzir mais do que consumimos, e a burguesia viu nesse excedente uma fonte para exploração. Tornou-se assim a força motriz do capitalismo na geração de valor, materialização e acumulação de riqueza.

A ascensão do modo de produção capitalista se circunscreve na separação dos meios de produção daqueles que realizam o processo de trabalho, tirando do trabalhador a possibilidade de produzir para si, passando a exploração da sua força de trabalho a uma peça fundamental para a construção do império capitalista. O trabalho constitui a essência da humanidade, a maneira como se relaciona e modifica a natureza. Quanto ao ser social, o processo histórico de avanço tecnológico visa a transformação da natureza de forma prática e sofisticada. Mas na divisão manufatureira/técnica do trabalho, característica do sistema de fábricas a partir do século XVIII, essa atividade tornou-se alienada, nociva e estranha aos trabalhadores e às trabalhadoras.

Na interpretação de Marx, em Mollo (2013), na generalização de tornar tudo mercadoria, inclui-se também a força de trabalho que tem como especialidade gerar valores superiores aos seus. De forma que o lucro só poderia ser explicado por uma venda a preço mais alto ou consumo por preço mais baixo. É no processo de produção que é gerada a mais-valia, e onde conseqüentemente ocorre a exploração.

3.1 ALGUNS ASPECTOS DO ECONOMICISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: PONTOS E CONTRAPONTOS

Ao perceber a desigualdade como uma característica necessária para o funcionamento dos ideais neoliberais, o sistema do capital busca incansavelmente a manutenção dessa condição social. Onde as desvantagens e os privilégios são passados por gerações, alimenta uma economia competitiva em que os capitalistas se mantêm com força política e econômica, assegurando vantagens para uma classe

já privilegiada enquanto o trabalhador é devorado pelo sistema, lutando pela sobrevivência. Para Proudhon (1840), a divisão da sociedade em classes é alimentada pela distinção entre o trabalho produtivo, aquele realizado pelo trabalhador gerando a riqueza, e o trabalho improdutivo da burguesia, que apenas se apropria da riqueza gerada pelos trabalhadores.

Na ascensão da burguesia, o acesso ao trabalho torna-se um direito, se desassociando, em discurso, do traço coercitivo inerente à escravatura. Porém, a venda da força de trabalho passa a ser alternativa de garantia da subsistência, tomando, assim, a forma de mercadoria (MARX, 1974).

Em Scareno (2015), encontramos que, na lógica mercantil do capital, a estrutura de trabalho assalariado distende a teia entre a taxa de lucro e o salário em troca da força de trabalho, com a proporção de reduzir o salário físico e aumentar a jornada de trabalho, maximizando os lucros apoiados na flexibilização, colocando o trabalho assalariado em condição de escravização. Assim, “O capitalismo ao dominar a força de trabalho intensificou a exploração e a precarização da força global do labor, fazendo do trabalho humano uma forma de alienação” (p. 5).

Ferreira (1994) traz objetivamente a urgência do debate acerca do economicismo, expressão que se refere ao reducionismo do funcionamento da sociedade às questões econômicas. Para Souza (2013), as bases de pensamento que fundamentam o economicismo estão confirmadas em Néri (2008) e Pochman (2012), que se contrapõem às suas ideias, mas não discordam totalmente. A expressão fundamental da essência economicista é o conceito de “classe econômica”, definindo um economicismo pautado na distribuição, uma vez que coloca as condições econômicas do indivíduo como única variável determinante para o pertencimento deste a uma classe. Explorando a distribuição de renda a caráter estatístico, como movimento ascendente da renda domiciliar na definição da nova classe média, Néri (2008, p. 9) diz,

Enfocamos a trajetória das famílias entre diferentes extratos sociais, conferindo ênfase à análise de dois segmentos, a saber: a miséria situada na cauda inferior da distribuição de renda per capita e em especial a chamada classe média situada no miolo da distribuição de renda total dos domicílios.

Souza (2013) denuncia a cegueira desse economicismo quando se vai além do capital econômico tendo em vista que a sociedade contemporânea é estruturada em

um conjunto de aspectos a serem considerados para a compreensão da totalidade do ser. Esse economicismo se torna fator central na condução do comportamento humano, inserido no modelo hegemônico, um sistema estruturado no individualismo e na fragmentação das relações sociais, e a imposição da esfera econômica na determinação da vida social (MARSI, 2007). Imersos nesse contexto de economia indiferente à vida e ao bem-estar dos indivíduos, sentimos a necessidade de questionar: qual caminho trilhar na tentativa de superar a ganância capitalista? Como resposta a essa pergunta, apresentamos uma discussão acerca das concepções da Economia Solidária como um projeto societário, que visa, a partir do seu modo de produção, ressignificar e reavivar as relações sociais (COSTA JÚNIOR; SULZBACH, 2019).

O termo “Economia Solidária” como expressão de uma vivência social da economia, ganha força por volta de 1990, mas as práticas conhecidas hoje, como o cooperativismo e o trabalho associado, têm sua experiência embrionária com Robert Owen (1771-1858) na Inglaterra no século XIX. Situando-se no período da primeira Revolução Industrial e divisão de classes, incorporou a humanização no processo de produção e comercialização dentro da sociedade de mercado, defendendo princípios de autogestão, solidariedade e compartilhamento, caráter antagônico à mercadorização do homem, imposta pela Economia de Mercado (Capitalista) (COSTA JÚNIOR; SULZBACH, 2019). As práticas socialistas pensadas por Owen ocorreram no interior do hostil ambiente da economia capitalista.

Com o discurso de “mudar o meio para mudar o homem”, Owen⁷ convenceu os acionistas de sua fábrica a adotar suas reformas, galgando a lucros resultantes dos preceitos humanistas. Ainda assim, na condição de classe trabalhadora, os operários continuavam sendo escravos e a condição de escravidão era uma limitação ao bem-estar do trabalhador, conforme destaca Faria (2011, p. 54). Em adição, complementa,

A propriedade privada se lhe afigura neste momento como irracional: o trabalho, a fonte de toda a riqueza, é frustrado do seu resultado, que lhe é roubado pela irracionalidade da acumulação individual e o egoísmo generalizado, voltando aos proprietários.

⁷ Marx considera no sistema socialista de Robert Owen um sentido utópico ao tentar implementar uma ideia pessoal desconsiderando a ação e revolução política, o antagonismo de classes e as condições materiais para a emancipação da classe trabalhadora (MARX; ENGELS, 2017).

Owen idealizava uma sociedade onde não houvesse as formas inferiores de existência, propôs conglomerados cooperativos com o objetivo de promover o bem-estar de seus membros, com uma capacidade produtiva eficiente. Acreditando que a educação era responsável pelo estímulo às relações capitalistas como competitividade, desigualdade e guerras, propôs uma pedagogia inovadora no *New Institute for the Formation of Character*, em *New Lanark* (Escócia), alimentando a criatividade, a liberdade e a tolerância às diferenças, um ensino laico e universal (PIOZZI, 1999).

Owen elaborou um plano para reinserir desempregados, consequência da recessão na Inglaterra, na produção e distribuição econômica local. Seu plano visava a aquisição de terras e a construção de Aldeias Cooperativas pelo Estado, para garantir a sobrevivência das famílias pobres, “para ele a reforma não dependia da ação política nem da tomada de poder e sim de organização da sociedade de forma racional para acabar com a pobreza e miséria.” (SANTOS, 2018, p. 7). Com o sentimento de ameaça pelas semelhanças entre o Owenismo e o comunismo, a burguesia criticou duramente a proposta, que foi rejeitada pelo governo inglês, tendo tido, contudo, um breve sucesso em 1825, na implementação pelo Governo Americano em *New Harmony* (Estados Unidos).

O projeto social discutido revela as enfermidades causadas pelo capitalismo já apontadas por nós anteriormente: a pobreza, a desigualdade, o desemprego e a exploração. Sofre também grande repressão dos grupos burgueses instalados no governo, pois defendia a transformação do sistema social (PIOZZI, 1999).

No período entre 1955 e 1985, temos a experiência institucionalizada da Cooperativa de Mondragón, na Espanha, como outro marco no processo histórico que culminou no movimento de Economia Solidária. Tornou-se concreta a partir da relação de diversos atores, grupos e organizações. Desenvolveu-se através da relação entre o grupo cooperativo ULARCO (criado pela união das empresas Ulgor, Arrasate, Copreci e Ederlan), a *Escuela Profesional* e a *Caja Laboral*. Esse grupo foi responsável pelo diálogo entre a empresa Ulgor e as empresas que desta se ramificaram, e com a orientação de José María Arizmendiarieta (1915-1976) foi elaborado um conjunto de princípios com o objetivo de preservar a autonomia organizativa em paralelo ao crescimento de cada uma destas. Identificando, na amostra temporal de 30 anos, um alto crescimento econômico entre 1955 e 1975, e uma baixa no período da crise da década de 1970, que envolveu a rede de

cooperativas entre os anos de 1975 e 1985 (ALTUNA; URTEAGA, 2014).

Como resultado contrário das indústrias à crise, no grupo cooperativo não houve desemprego, mesmo que tenha sido exigido esforços e sacrifícios em prol da comunidade, o que fortaleceu a confiança dos trabalhadores na organização cooperativa. Ao final da década de 1980, o grupo deu início à reinstitucionalização com o nome *Mondragón Corporación Cooperativa*, tornando-se pioneira no processo de internacionalização de cooperativas (ALTUNA; URTEAGA, 2014).

Com a Experiência de Mondragón, identificamos a gestação da transformação ideológica que Singer (2001) descreve em muitas ramificações do trabalho e da organização social, no intuito de superar a situação de pobreza, mas também atuando nos problemas sociais que o sistema capitalista finge não ver.

Em 1968, há os coletivos de intervenção que nasceram da necessidade de uma dinâmica alternativa à fragmentação do trabalho e à expropriação da Revolução Industrial. Os padrões economicistas estavam sendo denunciados e confrontados. Laville (2009, p. 11) diz que

No início, desejavam praticar formas de democracia direta e de não se satisfazer com as modalidades da democracia representativa incluídas no estatuto cooperativo. Para além disso, dada a natureza dos bens e serviços que propunham, queriam também trabalhar no sentido da preservação do ambiente ou da redução das desigualdades.

Buscava-se relações de trabalho diferentes das relações capitalistas da indústria, que ultrapassaram os limites das relações de trabalho e das práticas econômicas na exploração do trabalhador que estavam também a expropriar sua cultura e sua qualidade de vida. Visando a vida para além das atividades econômicas, os coletivos de intervenção atuaram também no campo da organização social, política e cultural. Inicialmente como uma forma de trabalho associativo e mais tarde se moldando como cooperativas, resgatando ideias originadas por Owen (LAVILLE, 2009).

Com Proudhon (1840), encontra-se a ideia do crédito solidário através de associações de trabalhadores, conceito hoje contido nas finanças solidárias, mais um apêndice da Economia Solidária, com proposições que determinam os Empreendimentos de Finanças Solidárias como sem finalidade lucrativa, com função social sobreposta ao propósito econômico, e como iniciativa democrática incentiva o controle social do dinheiro. E cada Empreendimento de Finanças Solidárias se

constrói a partir do contexto real de cada localidade (SILVA, 2017).

As práticas de caráter coletivo, seja na propriedade dos meios de produção seja nos processos de trabalho e na gestão do empreendimento, fortalecem o enfrentamento aos problemas da comunidade na luta pela cidadania, florescendo a criação ou reforçando entidades representativas como associações, redes federativas e cooperativas, no passo em que as tornam um meio de subsistência, emancipador. Constroem uma frente de luta e manutenção dos direitos da comunidade como saúde, educação e preservação ambiental, negando a dicotomia entre o campo social e Econômico. Gaiger (2004) apresenta isso como Economia solidária.

Perpassando pela concepção de economia social, referindo-se ao cooperativismo europeu, e economia popular enquanto contexto de mobilização de movimentos sociais na América Latina, foi nomeada “Economia Solidária” inicialmente na França, nas obras de Laville, e teve um tratamento teórico com importantes contribuições de intelectuais brasileiros, onde se destaca Paul Singer (1932-2018). Ele disseminou o termo no Brasil e sistematizou suas dimensões políticas e históricas, ancorando-se também no socialismo de Robert Owen.

Experiências de práticas da Economia Solidária carregam uma nova práxis de trabalho, rejeitando a exploração e degradação do trabalhador e da natureza. Superam a posição de descartável inferida ao trabalhador na valoração/valorização do mercado. Como princípio educativo, permitem, através da autogestão, educar e transformar os sujeitos, formando-os para a reflexão e reprodução de valores ideológicos de igualdade, participação e solidariedade, como ação de enfrentamento às ações economicistas produzidas pelas relações capitalistas.

De acordo com Santos (2018), a Economia Solidária pode ser abordada a partir de dois referenciais que até certo ponto dialogam. O primeiro deles segue as obras de Paul Singer (2002; 2005), onde a Economia Solidária representa uma transição para o socialismo, com essência autogestionária nos empreendimentos construídos por trabalhadores. Para Singer (2002), esse modelo não pode e não deve ser visto como um mecanismo de contenção social, uma estratégia temporária para os períodos de crise do capitalismo. Se assim for, não haveria sentido questionar e problematizar as contradições do capitalismo, uma vez que não se tem a intenção de transformar a sociedade, tratando-se então de uma complementaridade da economia capitalista, garantindo a estabilidade dos fatores de produção enquanto o sistema se reorganiza e se reinventa em um mercado cada vez mais exploratório. Para ele, trata-

se de um fenômeno indissociável da luta de classes.

A segunda abordagem parte dos estudos de Laville (2009), autor que compreende uma possível coexistência. Na existência de uma economia plural, a Economia Solidária ocupa o papel apenas de alternativa à Economia Capitalista. Polanyi (2000) define alguns princípios dos quais a Economia Solidária se vale, sendo estes a domesticidade como a produção e armazenamento (de retorno financeiro ou não) para uso próprio, para suprir as necessidades do núcleo familiar, a reciprocidade, como a partilha dos produtos com os vizinhos e amigos, construindo uma relação de segurança e confiança — hoje compartilho e amanhã me será dado. Além destes, há a redistribuição, papel necessário e hoje cumprido pelo Estado através das políticas sociais; trata-se do apoio àqueles que, por alguma razão, precisam de apoio para sobreviver, tornando possível a redistribuição da acumulação do grupo, e por último o mercado como representação da oferta e demanda dos bens e serviços.

Observa-se um evidente contraponto entre Singer (2000; 2002) ao apresentar a Economia Solidária como um processo de transformação, e Laville (2009; 2014), que não a prevê como mudança social e política, mas apenas um refúgio dos desempregados excluídos do mercado. Acreditamos que a transformação apontada por Singer (2000; 2002) é possível, pois existe um potencial emancipador na organização dos trabalhadores e das trabalhadoras que nos mostra um horizonte no qual se preserva o bem viver, um momento histórico em que a postulação do trabalho que norteia esta pesquisa se tornará um fato, uma mudança dos paradigmas econômicos.

O campo de discussão da Economia Solidária se dá em aspectos teóricos, como no meio acadêmico, e militantes, em redes de colaboração, espaços de troca de experiência e debates políticos como os Fóruns, onde se estreitam os laços entre os três pilares do movimento: os Empreendimentos Econômicos Solidários, as Instituições de Apoio e Fomento, e os Gestores.

Ao se constituir um campo político e de pesquisa, institucionaliza-se como “objeto de políticas públicas, de ações extensionistas universitárias e de marcos jurídicos regulatórios” (BRANCALEONE, 2021, p. 343). Partindo desse pressuposto, não apresentamos aqui um modelo único e rígido, mas um que se manifeste e se adeque legitimamente às várias demandas e direitos da sociedade (GAIGER, 2004). Andrade e Esteves (2017, p. 173) apontam a Economia Solidária como um movimento de segundo grau uma vez que,

[...] atrai, põe em rede e aglutina trabalhadores/as de outros movimentos sociais, com reivindicações e processos organizativos próprios: trabalhadores assentados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores, ribeirinhos, agricultores familiares, trabalhadores de fábricas recuperadas, catadores de resíduos urbanos, artesãos, artistas de rua, usuários de serviços de saúde mental, membros de comunidades tradicionais encontraram-se e de alguma forma, amalgamaram suas lutas na Economia Solidária.

Para Proudhon (1840), a reforma política aconteceria como consequência da reforma econômica, em vistas à libertação do proletariado da subserviência patronal como meio da garantia do emprego, ainda que em condições precárias. E foi ele a erigir pela primeira vez o modelo de conjunto social de grupos autônomos, incorporando o princípio da autogestão⁸.

A autogestão, como um dos principais pilares da Economia Solidária, surge como uma reação à expropriação da Revolução Industrial e ao “trabalho em migalhas”, termo utilizado por Laville (2009) que aborda a temática como uma alternativa de gestão das unidades produtivas, mas que acontecem dentro da lógica do mercado capitalista.

Nessa perspectiva, segundo Carvalho (2011), Proudhon (1840) indica a associação entre os grupos mencionados não apenas nas funções econômicas, mas também nas questões políticas. As empresas autogestionárias, insurgentes também de empresas recuperadas, mas em sua maioria cooperativas, inseridas na racionalidade da Economia Solidária, têm sua administração pautada na democracia, onde tanto as responsabilidades quanto os direitos se valem de igual maneira a todos os membros. Nela, “A acumulação deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores” (EID, 2007, p. 59).

De acordo com Schiochet (2009), a aposta na Economia Solidária reinventa e energiza a classe trabalhadora no Brasil durante a crise em 1980, diante do crescente desemprego, mas suas práticas ganharam visibilidade na década de 1990. Podemos destacar alguns movimentos a partir do que Lechat (2004) organiza em sua tese, um

⁸ O formato associativo (cooperativo) de organização dos grupos de trabalho é característico dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), mas também pode ser utilizado pelos empresários como uma máscara social, o que torna o EES essencialmente um grupo produtivo nos preceitos da Economia Solidária o modelo da autogestão. Para Tiriba (2008, p. 83) “No sentido político, econômico e filosófico, autogestão é um conceito que encerra a ideia de uma forma de organização social em que os sujeitos têm autonomia e autodeterminação na gestão do trabalho e em todas as instâncias das relações sociais. Tem como pressupostos a propriedade comum e a posse dos meios de produção da vida social e, por conseguinte, o controle coletivo e soberano das relações que os grupos sociais estabelecem com a natureza e entre si no processo de produção da existência humana.”

esquema cronológico da história da Economia Solidária no Brasil, associando sua fase de expansão aos campos científicos e políticos. Na década de 1990, é registrado o movimento das Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERT) e a Organização de Associações e Cooperativas do Movimento Sem Terra (MST).

Pela definição de Ruggeri (2004), as Empresas Recuperadas por Trabalhadores trata-se de empresas que originalmente funcionavam como uma propriedade privada, orientada pela gestão capitalista, e, que, por algum motivo, foi à falência, sendo então ocupada pelos trabalhadores e organizadas com base na autogestão.

Seguindo, Lechat (2004) aponta, nos anos de 2001 e 2002, as organizações de Empreendimentos Econômicos Solidários e o reconhecimento enquanto movimento social. Já em 2003, para os primeiros passos da institucionalização da Economia Solidária no âmbito Federal. E, a partir de 2004, para a organização do movimento em Rede, construindo um diálogo entre Fóruns Regionais, Estaduais e Nacional, Conselhos, Empreendimentos, Entidades de apoio e fomento, além de Gestores.

Um movimento de resistência ao modelo hegemônico apenas faz sentido e vale a pena se prevê melhorias na saúde do trabalhador, nas condições de trabalho, em suma, na vida dos indivíduos e da sociedade. E nesse aspecto, Eid (2007) avalia experiências do trabalho cooperado em algumas regiões do Brasil com renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho, a autogestão como benefício aos coletivos, promoção do desenvolvimento intelectual e profissional, além da valorização da autoestima do trabalhador, ressignificando o trabalho com a dignidade.

Partindo da reflexão provocada por tantos questionamentos levantados por Tauile (2004), nos inquieta a percepção do caráter ambíguo de aplicabilidade do qual a Economia Solidária não pode se guardar. Além disso, existe a possibilidade de apropriação de suas práticas de trabalho e de seu discurso ideológico com a finalidade de transformar os empreendimentos autogestionários em mais um instrumento de precarização e legitimação da irresponsabilidade social do capital.

É impreciso tratar de uma desigualdade homogênea da classe quando a própria classe se constitui múltipla. Assim, ao discutir o PMM como política para mulheres, torna-se evidente a importância dessa visibilidade, pois, “A análise das relações sociais produzidas do/no mundo do trabalho, só podem ser compreendidas na sua

completude se considerarem a divisão sexual do trabalho como um de seus estruturantes” (COSTA; PEREIRA; CRUZ, 2008, p. 1).

A divisão sexual não se expressa apenas na realização da atividade do trabalho, mas também no contexto político das relações que o envolve. Ao investigar as mulheres no campo da Economia Solidária, Bonumá (2015) observa que, na prática, a presença de mulheres nos grupos produtivos e nas organizações coletivas se dá em maior número quando comparada aos homens. Entretanto, a participação ativa na esfera política e administrativa dos empreendimentos diminui conforme aumenta o número de sócios e sócias do coletivo. A luta das mulheres pela visibilidade política nos processos de construção e de decisão, infelizmente, é sempre atual.

A hierarquização do sexo, que subsidia a divisão sexual do trabalho, se faz presente na vida das mulheres com muitas formas e versões. No significado de trabalho discutido nesta pesquisa, o fim da exploração e da exclusão é uma luta em construção, suas bases e frentes tomam forma no interstício do sufocante sistema capitalista, e mesmo que em discurso se trate de um movimento que se opõe aos pilares de sustentação do capital, não está totalmente isenta da reprodução de algumas de suas práticas. Como uma manifestação política e social diante desses adventos, apresentamos a seguir a Carta aberta das mulheres da Economia Solidária presentes na IV Plenária do FBES,

Nós, mulheres, que somos a grande maioria na Economia Solidária, que participamos do movimento de mulheres, do movimento feminista, do movimento agroecológico, da luta pela terra, pela reforma urbana e rural, trabalhadoras da Economia Solidária do campo e da cidade, negras, índias, extrativistas, brancas, jovens, lésbicas, de todas as crenças e de todas as regiões desse país.

Nós, mulheres, que contribuimos com a construção de uma nova sociedade com igualdade e justiça para todos as mulheres e homens, que somos responsáveis pela produção e reprodução da vida, e pela soberania alimentar e conservação da biodiversidade do planeta.

Queremos registrar a nossa indignação pela invisibilidade das mulheres no documento base da IV Plenária, pela inteira ausência das nossas falas, questões e propostas vindas dos nossos estados e territórios.

Reafirmamos um espaço próprio de auto-organização das mulheres no FBES, reconhecendo e valorizando a participação das mulheres enquanto sujeitos políticos e econômicos em todas as instâncias e processos dos Fóruns, municipais, estaduais e regionais.

Luziânia, 29 de Março de 2008 (Brasil Local)

Assim, dentre as diretrizes do Plano Nacional de Economia Solidária, construído na III CONAES (2014), destacamos,

Garantia de que todas as ações voltadas para a Economia Solidária (programas, projetos, editais públicos em geral) tenham um recorte transversal com a questão de gênero, e que estes prevejam ações e recursos que permitam às mulheres participarem ativamente das atividades de formação, produção e comercialização, tendo suporte de creches e outros cuidados com seus filhos, familiares idosos e com necessidades especiais (PNES 2015-2019, p. 35).

Defendendo a emancipação dos trabalhadores e das trabalhadoras, a Economia Solidária direciona-se não ao assistencialismo e à pobreza, mas à afirmação do direito ao trabalho e à renda, com sustentabilidade atemporal, assim como impulsiona um processo de descentralização dos meios de produção, reconhecendo “o trabalho como princípio educativo e ato político, na construção de conhecimentos e de relações sociais que rompem com a cultura individualista, patriarcal e da divisão sexual do trabalho” (V Plenária, 2013, p. 66).

Ao introduzir a concepção de solidariedade estamos nos debruçando sobre uma lógica econômica que se norteia por um termo carregado de princípios e outros significados do trabalho, que destoam das condições precárias, desassociadas e estranhas. Em seu sentido ontológico, o trabalho representa a produção e reprodução da vida, em todas as suas dimensões; precisamos enxergá-lo como termo de um fenômeno social em movimento histórico, político e econômico (CIAVATTA, 2019).

O FBES, instância de representação nacional, apresenta princípios para caracterizar a luta pelo trabalho nessa lógica solidária, reunindo pautas convergentes aos diversos grupos de resistência, como a valorização social do trabalho, o incentivo da relação respeitosa com a natureza, o reconhecimento e a reafirmação do lugar da mulher na sociedade e na economia, a cooperação e a solidariedade. Demonstra assim, uma discussão centrada na classe trabalhadora e no bem viver.

Sendo uma das principais referências de organização dos trabalhadores que coloca em prática um processo evolutivo dos princípios expostos pelo FBES, o tema do cooperativismo chegou ao Brasil anos antes do que conhecemos hoje pelo termo Economia Solidária. No entanto, ocupa um lugar de destaque quando o eixo de discussão é a organização produtiva dos trabalhadores, e para além, atuando como entidades de apoio e articulação no contexto social e sua transformação.

Como instituição coparticipante desta pesquisa, a COOPERCACHO compreende o que Gaiger, Ferrorini e Veronese (2018) tratam por ampla aceitação, o termo Empreendimento Econômico Solidário. Esse conceito aplica-se aos grupos organizados que se enquadrem nas características apresentada na Resolução nº 56

do texto de referência da III Conferência Nacional de Economia Solidária (2014), quais sejam:

- I. Ser uma organização coletiva, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios são trabalhadores do meio urbano ou rural;
- II. Realizar atividades de natureza econômica, socioambiental e cultural que devem ser as razões primordiais da existência da organização;
- III. Ser uma organização de autogestão cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania da assembleia e singularidade de voto dos sócios, cumprindo o seu estatuto ou regimento interno;
- IV. Ser uma organização permanente, considerando tanto os empreendimentos que estão em funcionamento quanto aqueles que estão em processo de implantação, desde que o grupo esteja constituído e as atividades econômicas definidas (III CONAES, 2014, p. 21).

Observamos então, de forma já esperada, a concordância entre definições da sistematização da III CONAES (2014) e o instituído pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que trata do regime jurídico do cooperativismo. No Art. 4, distingue-se a sociedade cooperativa das demais pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Em resumo, as cooperativas e associações como arranjos organizativos compostas por pessoas que compartilham de objetivos comuns, podem ser objeto de confusão entre os que são desfamiliarizados, o que nos leva a apresentar esta distinção. As associações são formadas com o intuito de melhorar a vida de um

determinado grupo ou comunidade através de ações coletivas comunitárias, possibilitando o acesso destes a políticas públicas, mas sem fins lucrativos.

Por outro lado, as cooperativas⁹ têm diferentes nichos, e, no caso da COOPERCACHO, sua principal atuação é a comercialização e oportunidade de geração de renda através do trabalho digno. Para participação nas atividades da cooperativa, é possível que uma associação se coopere através de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, como acontece na COOPERCACHO.

É conhecida a destreza do capital em tomar para si não só os meios de produção, mas as relações no processo de trabalho, de forma que, sem surpresas, o arranjo cooperativo na apresentação jurídica da organização também foi um alvo. Não nos enganamos achando que essa apropriação se dá em virtude de o capital perceber nos empreendimentos econômicos solidários uma ameaça econômica imediata. Ainda não chegamos lá. O interesse nesse tipo de organização coletiva de produção tem um motivo mais profundo e focalizado do que uma disputa econômica em si, qual seja, o potencial emancipador.

Os cooperados (ou associados) têm autonomia para criar e gerir a cooperativa sem interferências externas. O protagonismo dessa construção é dos trabalhadores e trabalhadoras, no entanto identificamos que o papel do Estado enquanto instrumento regulador de políticas públicas é imprescindível para que as práticas do trabalho justo e organizado não voltem a ser experiências efêmeras de socialistas utópicos, mas que se consolide quanto um projeto societário concreto.

A construção conceitual da Economia Solidária e a apresentação da organização de trabalhadores e trabalhadoras no formato do cooperativismo, indica o alcance do objetivo proposto para este subcapítulo, apoiado na categoria da historicidade. A partir desta, compreendemos que o movimento expressa a necessidade de parceria do Estado para viabilizar seu projeto societário, uma vez que nas relações de força econômica ele se molda no interstício do capitalismo, e para que se concretize, não pode renunciar aos seus princípios, percebendo a possibilidade e até a necessidade de ter o Estado como parceiro na luta dos

⁹ As cooperativas de trabalhadores alargam a democracia participativa ao âmbito econômico e, com isso, alargam o princípio de cidadania à gestão das empresas. Semelhante alargamento da democracia tem efeitos emancipadores evidentes, por cumprir a promessa da eliminação da divisão que impera na atualidade entre a democracia política, de um lado, e o despotismo econômico (isto é, o império do proprietário sobre os trabalhadores no interior da empresa), do outro (SOUZA, p. 16, 2009).

trabalhadores por dignidade, por trabalho, por renda e pela vida, mostrando-se necessário compreender o seu papel no subcapítulo a seguir.

3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO: AVANÇOS E RECUOS

Faz-se necessária a discussão do papel do Estado diante da Economia Solidária. Para isso, esta seção direciona a sua concepção e relação com a Economia Solidária no âmbito das políticas públicas. Estabeleceu-se ao longo do tempo a incorporação do Estado como entidade opressora e controladora. Existiu desde sua institucionalização, o Estado Absolutista, o Estado Liberal com interferência mínima na economia, o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) como Estado atencioso as necessidades da população adotando um caráter de assistência ao bem-estar, e então o atual, Estado democrático com influência Neoliberal¹⁰.

Para Mandel (1977), o fenômeno da divisão de classes sociais marca a origem do Estado e estrutura sua existência. Seu modelo embrionário está na sociedade Feudal. Em Bobbio (2005), a representação institucional da organização social simbolizada pelo termo Estado, é compreendida como um instrumento através do qual um corpo coletivo intervém no campo social, político e jurídico, articulando as relações entre as instituições políticas e a sociedade. Marca a transição para a era moderna, concentrando o poder em um determinado grupo de indivíduos que passa a tomar decisões sobre um território. E, para Hobbes (1651), este Estado se institui no acordo entre os homens, de que um deles, ou um coletivo, tem o direito de representar em atos e decisões a todos, incluindo os que não concordaram (não votaram), comungando para o bem e proteção de todos.

Segundo Costa (1998), o Estado não foi criado por uma força externa à sociedade; ele nasceu da necessidade de um Poder que legitime as diferenças entre as partes na relação de produção, tornando-se um instrumento de proteção e manutenção dos interesses capitalistas para criar e preservar uma estrutura propícia

¹⁰Para Anderson (1995, p. 6) o Neoliberalismo “Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional”. Se estrutura como “[...] um discurso e um conjunto de regras práticas de ação (ou de recomendações), particularmente referidas a governos e a reformas do Estado e das suas políticas” (DRAIBE, 2009, p. 88).

às suas práticas. Tendo o Estado um poder legítimo, o seu controle e seus processos de decisão passaram a incorporar as estratégias administrativas concebidas pelos ativistas neoliberais, um Estado forte para o mercado, que passou por uma profunda crise na recessão de 1973, buscando através da disciplina orçamentária a estabilidade monetária. Essa disciplina consistia na contenção de gastos sociais, reformas fiscais e a produção do desemprego fundamental para a manutenção do mercado (ANDERSON, 1995).

Friedman (1988) definiu o funcionamento do Estado como ferramenta para,

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo (p. 22).

O sentido de menos Estado e mais mercado foi organizado para garantir que se exerça a livre concorrência, e, quando não for possível, que o planejamento deste Estado sirva para auxiliar o mercado a restabelecer seu pleno funcionamento. Mesmo quando essa evidente parcialidade efervesce o clamor popular, o Estado apresenta como estratégia ações no âmbito social de forma que possa estabelecer um equilíbrio confortável para o desenvolvimento econômico mercantil.

Para os pensadores neoliberais, a assistência básica do Estado àqueles que precisam de saúde, educação, previdência e moradia, representa um potencial obstáculo à conformidade das condições precárias do trabalhador, que vende sua força de trabalho ao capitalista, desestruturando a base do esquema para o funcionamento desse mercado. Como características dessa racionalidade temos a naturalização da desigualdade, estabelecida pelo empobrecimento da maioria da população. Há também o intencional cessar do poder sindical como representação organizada dos trabalhadores, a redução de impostos às grandes fortunas, o exército de reserva, o abandono do pleno emprego, a estabilidade monetária, a privatização, o corte de gastos sociais, e o desemprego como mecanismo de eficiência do mercado (ANDERSON, 1995).

Em 1991, mais uma recessão deu uma injeção de ânimo aos defensores neoliberais. O Consenso de Washington foi instrumento de articulação nos limites ao papel do Estado na América Latina, promovendo influência nos Governos de

Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002). Medidas como a redução dos gastos sociais, desregulamentação das leis trabalhistas, dentre outras, foram impostas. Esse conjunto aprofundou a precarização do trabalho e do trabalhador como “uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho” (ARAÚJO, 2020, p. 84)

Na década de 1990, dentre as ações que demonstram o caráter neoliberal do governo FHC, Setti (2006) destaca o ajuste fiscal, as privatizações, a abertura comercial e a participação do mercado brasileiro no mercado global, além da reforma administrativa e a desregulamentação da relação entre trabalhador e capital. De acordo com França e Silva (2012), o FHC executou a política da reforma agrária no Brasil, mas o que parecia uma mudança estrutural na redistribuição de terras, como governo que assentou o maior número de famílias, não passou de uma estratégia para efetivar a inserção da questão agrária no mercado do capital.

Com o avanço da democracia, intensificaram as reivindicações para a atuação do Estado no bem-estar da sociedade, sendo este definido pelo próprio Estado em consonância com as diretrizes e objetivos políticos do governante, manifestando-se através de áreas como Saúde e Educação. A diversidade da sociedade implica na prioridade das demandas de um grupo em detrimento de outros.

No Brasil, as mazelas personificadas no neoliberalismo são uma realidade na vida da população que compreende a classe trabalhadora, o que fez com que o Governo Lula (2003-2010) “assumisse uma postura híbrida, buscando associar aos princípios neoliberais certo nível de intervenção, principalmente no que diz respeito às políticas sociais” (CALBINO; BARRETO; DINIZ, 2011, p. 134).

O campo das políticas públicas engloba as ações estatais como atos, programas e estruturas. Mastrodi (2019) reúne algumas definições que seguem critérios diferentes, apontando que não há uma definição única do termo. No sentido ontológico, essas ações apresentam características descritivas, normativas e políticas. Voltando-se para o caráter funcional, para considerar política pública, a ação tem que funcionar, gerar resultados e servir a um propósito. Em uma definição simples, seria tudo o que o Estado faz.

Na construção das políticas públicas no regime institucional brasileiro, se faz necessário o entrelaço entre as dimensões da representatividade, dos instrumentos de participação e dos controles burocráticos estatais, por meio de arranjos

institucionais específicos.

Para que uma política pública aconteça, é preciso um ciclo de ações inter-relacionadas que norteiam as ações governamentais. Wu *et al.* (2014) descreve esse roteiro colocando como primeiro passo o processo de identificação dos problemas que a sociedade apresenta, a seleção de suas prioridades e a definição da agenda. A segunda trata-se da formulação e da construção de um conjunto de escolhas coerentes e viáveis para que a política corresponda ao problema identificado. O próximo passo é a tomada de decisão, momento em que os atores envolvidos na construção da política, baseados em fatores técnicos e políticos, decidem qual a melhor escolha. A fase de implementação é o processo de materializar a política e sua execução. E a quinta etapa é a avaliação.

No processo de avaliação das políticas públicas, as fragilidades e potencialidades das escolhas anteriores se manifestam, demonstrando a eficácia dos percursos escolhidos. A partir de seus resultados, redirecionam-se ações do órgão executor (AZEVEDO, 2018). Para Silva e Albuquerque (2010), a avaliação participativa requer a participação social como papel essencial desta atividade, assim, é no público destas políticas onde precisamos buscar os resultados, e nessa avaliação podemos desvelar fragilidades e desconexões com a realidade.

Essas ações governamentais têm finalidades específicas que influenciam na vida dos cidadãos do grupo ao qual elas se direcionam, podendo ser apoiadas ou rejeitadas de acordo com sua intenção ou real necessidade. Podem se efetuar como políticas distributivas, regulatórias, constitutivas ou redistributivas¹¹, apresentando elementos como distinção entre as promessas e o efetivo, envolvimento de diversos atores, abrangência que não se limita às leis, e mesmo que se efetue em curto prazo, seus frutos a caracterizam como longo prazo (DORSA, 2021). Diante dos descompromissos sociais e a ascensão da agenda neoliberal no cenário político, Vitullo (2006) diz que,

Só quando as vítimas do sistema conseguem se organizar e sair às ruas é que se abre a possibilidade de terminar com o neoliberalismo e ensaiar novos arcabouços político-estatais que atendam às necessidades das grandes massas populares, tantas vezes postergadas ao longo das últimas décadas

¹¹ A quem interessar, os modelos de políticas estão conceituados em Martins e Malcomes (2017, p. 6). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315661529_Modelos_de_analise_de_politicas_publicas_teorica_e_pratica.

(p. 10).

O I Fórum Social Mundial (FSM) como mobilização social direcionado a questionar a instalação da política neoliberal, aconteceu no Brasil em 2001. Foi um espaço de reflexão, discussão e “de resistência ao pensamento hoje hegemônico no mundo: o neoliberalismo e a globalização que lhe convêm” (SGUISSARDI, 2001, p. 292). A oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, programação do I FSM, alimentou debates envolvendo a organização dos trabalhadores e trabalhadoras, políticas públicas e a conjuntura dos cenários econômico e social de trabalho e renda.

O I FSM culminou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003, como representante Nacional do Movimento de Economia Solidária. No mesmo ano foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) pela Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) pelo Decreto nº 4.764, de junho de 2003. Paul Singer foi o Secretário nomeado para ocupar a Secretaria (SENAES), então buscou-se o diálogo entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano, com uma estreita relação entre a Secretaria e as representações do Movimento na construção das políticas.

Como resposta à demanda popular, o primeiro governo Lula se comprometeu com a implementação de políticas que contemplassem diversas formas de organização do trabalho. Mas, antes de chegar neste patamar, a política de Economia Solidária já estava em algumas municipalidades como Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Recife (PE) e Belém (PA) (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017). A integração da SENAES ao tem possibilitou a expansão das responsabilidades do Ministério, que até então direcionava seu foco aos trabalhadores assalariados.

Apesar da iniciativa do espaço político e institucional nas políticas sociais, o governo Lula o fez de maneira tímida e para fins de governabilidade, o que não proporcionou continuidade e permanência, vinculando sua funcionalização ao seu governo como forma de garantir que o povo o mantivesse no poder em troca de assegurar a política social, “o caráter neoliberal na condução da política econômica permaneceu o mesmo do mandato anterior, o que limitou as conquistas em termos de direitos sociais e distribuição de renda” (NOVAES, 2015, p. 81).

O que Novaes (2015) descreve como “uma política marginal e incapaz de alterar as condições de enfrentamento ao domínio do capital financeiro sobre o Estado

brasileiro” (p. 84), e como um dos possíveis motivos citados pelo autor, temos a luta de classes como obstáculo conjuntural para ascensão de uma gestão humana, democrática e social.

Mandel (1977, p. 19) diz que, “postular que o proletariado possa tomar o poder é uma espécie de jogo, porque, coletivamente, como classe num sistema capitalista, este mesmo proletariado está esmagado, está impossibilitado de um completo desenvolvimento do seu potencial criativo”. O que significa que todo o arranjo financeiro e material que alimenta a administração do Estado está atrelado à relação capitalista com a classe dominante. E isso se mostra verossímil ao constatar a redução da SENAES a uma diretoria, poucos meses depois do *impeachment* da Presidenta Dilma (PT).

Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita presidenta do Brasil (2011-2016), e em seu primeiro mandato (2011-2014) manteve a indicativa da política de equilíbrio no jogo de interesses que representa as reivindicações dos poderosos burgueses e as demandas dos trabalhadores, mantendo o investimento nas políticas sociais, mas reajustando os benefícios econômicos do capital, provenientes do Estado.

As políticas públicas de Economia Solidária representam maior aproximação entre a sociedade civil e a gestão pública, além do necessário diálogo entre as diversas áreas que a fazem acontecer. Para que se efetive a distinta essência da Economia Solidária, as políticas que a seguem devem preconizar além da geração de renda, a cidadania, a educação e o desenvolvimento social. O governo Dilma (2011-2016) consolidou essa ideia, incorporando, dentre muitas ações, o Programa Mulheres Mil na política intersetorial do Plano Brasil Sem Miséria.

No entanto, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a política institucional da Economia Solidária que vislumbrava conquistas futuras no âmbito federal, sofreu um retrocesso com a sequência de reduções após ser destituída a SENAES. Apesar de Dilma (PT), eleita como representante da classe trabalhadora, significar esperança aos passos que o governo Lula (2003-2010) não deu, ela não conseguiu frear os interesses da burguesia instaurada no Estado (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017).

Diante dessa conjuntura e do reconhecimento da necessidade da formulação de políticas de educação profissional, intencionando outro perfil da classe trabalhadora que direcione e pensando particularmente para as mulheres, é preciso que se admita a exclusão sistêmica e sua conexão com a divisão sexual do trabalho.

Discutir a política e deixar esse fenômeno em segundo plano é estereotipar que as condições sociais e políticas são favoráveis à emancipação e subjetividade da mulher em uma sociedade machista. Observamos em Rocha (2016, p. 10) que, “por um longo período, os cursos profissionais oferecidos às mulheres objetivavam, na verdade, não formar uma profissional, mas disciplinar a mulher à condição de boa esposa e mãe”. A exclusividade ao trabalho doméstico e a servidão ao marido não só como um papel socialmente naturalizado, mas moralmente obrigatório, invisível, não remunerado e considerado não produtivo.

Alves (2017) abre um parêntese para essa afirmação: a dedicação exclusiva ao lar e à manutenção da família não representa todas as mulheres, pois, ao tangenciar com a classe social, as mulheres pobres somavam a esta jornada de trabalho, o trabalho considerado produtivo, em condições precárias e igualmente invisibilizadas.

Andrade (2007) afirma que as mulheres representam a parcela da população mais suscetível ao trabalho mal remunerado e explorado mundialmente, condição fundamentada nas características de sua divisão sexual. O trabalho repetitivo, submisso e sem qualificação.

Dada a relação trabalho-educação, a Educação Profissional é marcada pela divisão social e sexual do trabalho, com a separação de a quem pertence qual tipo de trabalho. Na lei de instrução de 1827, por exemplo, em seu Art. 12, é clara a limitação da instrução das mulheres, excluindo delas o estudo da geometria e da aritmética para além das quatro operações, direcionando-as aos saberes da economia doméstica (BRASIL, 1827).

Ainda no século XIX, há a inserção das mulheres no magistério, acompanhada de críticas e preocupações sociais no que concerne ao prejuízo da profissionalização da imagem da mulher. Sua responsabilidade docente limitada aos anos iniciais pode ser encarada como uma extensão do seu dom do cuidado. Vê-se que, ainda que a mulher ocupe o espaço profissional, o estereótipo da natureza feminina a acompanha (ALVES, 2017).

Em 1835, foi instalada, em Niterói no Rio de Janeiro, a primeira Escola Normal, e em 1874 estava aberta também em Natal/RN. Sua existência se baseava na preparação para o exercício do magistério. Inicialmente, exclusivas ao público masculino. Apenas a partir de 1862 as mulheres conseguiram se inserir na oferta dessa formação, sendo ainda mantida a distinção curricular como também a

necessidade da autorização de um homem, pai ou marido (PRADO, 2020).

Como um movimento gradual, as mulheres foram se inserindo nos espaços de educação profissional e do mundo do trabalho, conquistando o direito e o espaço de estar em diferentes cursos e diferentes salas de aula, exercendo diferentes funções fora do trabalho doméstico, mas também como uma extensão deste, e neste processo de luta, marcado por exclusões e limitações, é nítida a influência da divisão sexual do trabalho como elemento histórico na vida das mulheres.

Com isso, as mulheres se tornaram um número expressivo no ensino formal, e em um contexto global, assim também tem sido no ensino superior. No entanto, a inserção das mulheres na educação e no trabalho produtivo, com os avanços que têm apresentado, não configuram a superação da desigualdade e precariedade que advém enraizado na divisão sexual e suas expressões nas dimensões constituintes da vida, sendo prescritas habilidades e comportamentos. Biroli (2016, p. 721) fundamenta sua discussão em dois axiomas:

Axioma 1 – A divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que produzem uma posição desigual para as mulheres.

Axioma 2 – Essas hierarquias de gênero assumem formas diferenciadas segundo a posição de classe e raça das mulheres. A divisão sexual do trabalho não encontra, no entanto, um limite nas vantagens de classe e de raça – impacta as mulheres por serem mulheres, ainda que isso não signifique padrões resultantes comuns.

Reafirmamos que a análise de um fenômeno social isolado não corresponde à expressão do real, uma vez que a realidade se veste de muitas nuances, ao tempo que o método histórico-dialético aponta que a verdade se limita ao tempo e espaço da singularidade do nosso objeto. As divisões de classe e raça somam-se e desencadeiam cenários e vivências diferentes. Na construção do conceito, divisão sexual indica sua influência da relação de poder entre os sexos na autonomia das mulheres, abarcando não só seu poder econômico, mas a garantia de vida plena que deste decorre.

A divisão sexual do trabalho resulta da interdependência entre o sistema capitalista e o sistema doméstico, com conflitos e harmonias, mas que colocam comumente a mulher no papel de submissão, vindo do patriarcado no ambiente familiar o comportamento de dominação e opressão, reproduzido social e culturalmente (CASACA, 2009).

Em um sistema socioeconômico essencialmente machista, a presença das mulheres na educação e no ambiente profissional teve idas e vindas em acordo com os interesses patriarcais, visando a priorização estrutural do homem e a subordinação histórica das mulheres, “Este entendimento era considerado no processo educativo, assim como levou a um desprestígio monetário e social das áreas ocupadas por mulheres” (ROCHA, 2016, p. 6).

No cenário onde a subjetividade das mulheres é colocada em um padrão normativo de subserviência, o acesso delas à educação e ao trabalho remunerado digno, ao colocar o homem como provedor financeiro da família, deixou à deriva as mulheres solteiras, mulheres que passam a chefiar sua família, assim como famílias que não se enquadram no modelo heteronormativo. Compreende-se que existe um sistema global de exclusões, que se ramifica e se emaranha a ponto de tomar uma aparência natural à sobreposição de grupos sociais em detrimento dos direitos básicos de outros.

A política fragmentada não carrega em si a solução do problema, seja ele qual for, mas apresenta uma contradição com a qual concordamos com Soares (2011), enxergando na execução destas a expropriação da luta, distorcida, confluindo com o teatro neoliberal de preocupação social perante a classe trabalhadora, uma mera reforma. Precisamos de políticas específicas para grupos específicos e que sejam complementadas nas demais esferas que conjugam a totalidade da classe e de todos os seus atores. Logo,

[...] passou-se a reproduzir nos campos teórico e político, que a pobreza feminina deveria ser o foco da ação para redução da pobreza, pela via de sua inserção em postos de trabalho, e, principalmente pela efetivação de políticas sociais focalizadas nas mulheres pobres (SOARES, 2011, p. 6).

O I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), vigente de 2005 a 2007, apresentou como prioridade “promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio” (BRASIL, 2004, p. 42), sendo esse nosso destaque por apresentar as características discutidas no campo da Economia Solidária. E como objetivo de suas ações o “Reconhecimento da responsabilidade do Estado na implementação de políticas que incidam na divisão social e sexual do trabalho” (BRASIL, 2005, p. 11), buscando minimizar as desigualdades vividas neste contexto social. No II PNPM

(2008) a prioridade mencionada se mantém.

A indicativa do I e do II PNPM nos direciona ao desenho metodológico do PMM, demonstrando a importância da transversalidade na formulação das políticas públicas. Para Rocha (2017), o Programa é uma ação política estratégica com recorte de gênero, que discursa e objetiva a emancipação das mulheres e o enfrentamento às desigualdades, utilizando-se da formação inicial na Educação Profissional na tessitura do empreendedorismo, das organizações associativas e da empregabilidade.

A partir do exposto neste capítulo, apreendemos que o vislumbre da superação das atrofias sociais provocadas pela ideologia política do capital, reivindica intervenção do Estado através de ações que fluam em um movimento articulado entre seus campos estruturais e em diálogo com as organizações populares, para que seja possível a materialização da perspectiva humana do trabalho debatida no campo da Economia Solidária. Esse assunto será investigado no próximo capítulo, com enfoque na execução do PMM no IFRN/*Campus* Santa Cruz e os resultados produzidos nas mulheres egressas vinculadas a COOPERCACHO.

4 A HORA E A VEZ DAS MULHERES NA CIRANDA

*Para se dançar ciranda
Juntamos mãos com mãos.
(Ciranda da Economia Solidária)*

O desenvolvimento deste capítulo se orienta pelo objetivo de apresentar a execução do Programa Mulheres Mil, através do projeto TRAMAS (2012-2019), no IFRN/Campus Santa Cruz, considerando a relação do Instituto com a COOPERCACHO na implementação da política. Na vez das mulheres, apresentamos a análise dos resultados das entrevistas realizadas com as egressas do Programa Mulheres Mil vinculadas à COOPERCACHO. Essa análise segue a estruturação das categorias operacionais dispostas no roteiro de entrevista, a saber: Trabalho, Economia Solidária, e Educação.

4.1 TRABALHO, MULHERES, ARTES E SUSTENTABILIDADE: A CIRANDA DO PROJETO TRAMAS

Ao conhecer o Programa Mulheres Mil, seus objetivos e metas, encontramos nossa particularidade delimitando sua execução ao IFRN/*Campus* Santa Cruz, no período de referência de 2011 a 2019, considerando sua articulação com a COOPERCACHO no processo de implementação e execução do Projeto Trabalho, Mulheres, Artes e Sustentabilidade (TRAMAS).

Como município polo da região e, estando o IFRN disponível às demandas da comunidade, o *campus* acolheu as reuniões realizadas pelo Colegiado Territorial do Trairi, uma das instâncias de gestão social como ação do Programa Territórios da Cidadania, visando o desenvolvimento local e sustentável. Os colegiados foram formados por representações da sociedade civil organizada e dos gestores públicos, e nesse espaço foi gestada a Cooperativa Agropecuária Cacho de Ouro (COOPERCACHO).

De acordo com a ATA de fundação, a Cooperativa registrou-se em 2011. No referido documento constam 23 cooperados fundadores, todos homens. Para assinar a ATA foi necessária a liquidação da quota-parte (a quota-parte é o proporcional que

cada cooperado precisa contribuir para se tornar membro da cooperativa)¹². Mesmo que algumas mulheres tenham participado das assembleias que culminaram no registro da organização, elas não puderam assinar a ATA de fundação por não conseguirem liquidar a quota-parte no processo de regulamentação, como por exemplo, a ex-vice-presidente Samara Francione (2019). A relação de cooperados e cooperadas disponibilizada pela Cooperativa no mês de maio de 2023 conta com 18 (dezoito) mulheres vinculadas através do CPF, e 17 vinculadas através do CNPJ da associação na qual estão associadas somando 35 (trinta e cinco) cooperadas, representando 30% de um total de 121 (cento e vinte e um) cadastros. Ou seja, 70% são homens cooperados.

Nos primeiros anos de funcionamento, segundo relatos da ex-vice-presidente (2019), o número de mulheres cooperadas era muito inferior ao número apresentado na relação atual. No entanto, a Cooperativa demonstrou sua responsabilidade com a comunidade e com a possibilidade de melhorar a vida de mulheres em situação de vulnerabilidade da região, exercendo papel de ponte no acesso das mulheres ao projeto como oportunidade da formação profissional direcionada.

Seu modelo de gestão fundamenta-se no princípio da autogestão, sendo observado na ATA de fundação a primeira composição de seu Conselho Administrativo composto pela Presidência, Vice-Presidência, 1ª e 2ª Secretarias e a Tesouraria, assim como seu conselho fiscal. Seu principal objetivo é promover a comercialização justa dos produtos e serviços de seus cooperados e cooperadas. Para a resistência desse processo, com a intenção da autonomia e independência, a cooperativa se inseriu em espaços de debates sociais e políticos como fóruns, conselhos e colegiados.

Desse modo, a COOPERCACHO faz parte da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Desde sua fundação, apresenta atuação política no movimento de Economia Solidária perpassando o Fórum Potiguar de Economia Solidária, onde sua representação executou a função de Secretária Executiva por dois mandatos, a Rede de Educadores e Educadoras Populares em Economia Solidária e o Conselho Estadual de Economia Solidária do Rio Grande do Norte. A representação política da cooperativa nos

¹² Esse valor é ressarcido se o cooperado pedir desligamento da cooperativa. No caso da COOPERCACHO, o valor definido pode ser transferido em dinheiro, parcelado ou não, ou liquidado no processo de comercialização dos produtos.

espaços mencionados demonstra o seu interesse em fortalecer a pauta do trabalho nos debates sociais e institucionais, pensando além de seu quadro de cooperados.

É importante que não se romantize a existência de um empreendimento econômico solidário, como a COOPERCACHO, vendo nestes uma instituição que em 2023 vive unicamente os preceitos debatidos pela Economia Solidária, sustentando-se na produção, comércio e consumo justo, em que todos os seus cooperados e todas as suas cooperadas compreendem o que isso significa e tomam para si a pauta como resistência. Acontece de agricultores e agricultoras perceberem uma possível estabilidade de apoio na assessoria técnica e comercialização através da cooperativa, e, impulsionados por esta razão, darem as mãos no processo coletivo da autogestão.

A formação política crítica é um processo lento e cheio de atropelos. É possível que na vivência do trabalho coletivo ela se fortaleça, como afirma Singer (2005), e flua para a comunidade como a energia flui ao darmos as mãos na ciranda. Retomemos a crítica de Wellen (2014) como uma exposição da realidade que precisamos mudar, e a presença do associativismo e cooperativismos nos objetivos do PMM, como uma possibilidade de que a educação profissional estimule nas trabalhadoras a consciência crítica dessa realidade e que há esperança para superação.

No ambiente do Colegiado Territorial do Trairi, aconteceu a aproximação e o diálogo entre a COOPERCACHO e o IFRN/*Campus* Santa Cruz que findou na parceria para execução do Programa Mulheres Mil através do projeto TRAMAS. TRAMAS traz a combinação das palavras Trabalho, Mulheres, Arte e Sustentabilidade. Essa parceria foi importante para a implementação do Programa durante as etapas de estudo, diagnóstico e mobilização da região composta por “mulheres residentes em comunidades urbanas e rurais dos municípios circunvizinhos de Santa Cruz, local sede do Campus e os circunvizinhos” (IFRN, 2012).

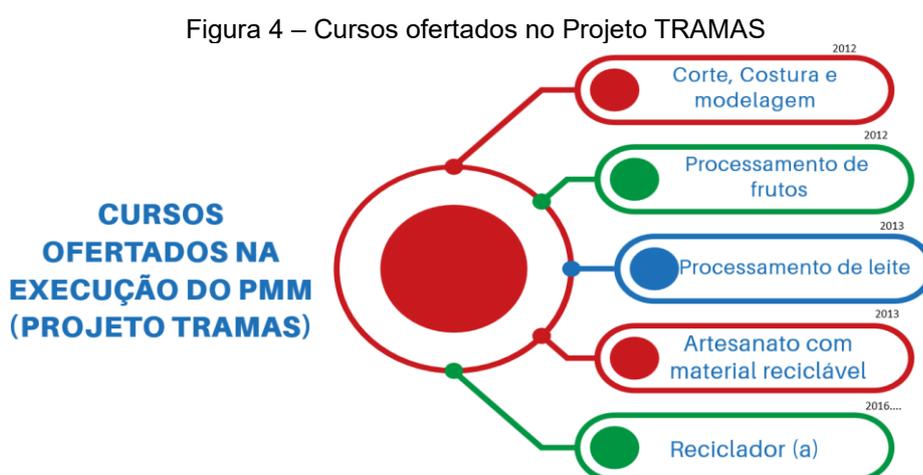
A COOPERCACHO participou desse processo articulando o acesso de diversas mulheres à educação profissional. Com sua iniciativa política, articulou mulheres de Jaçanã e de outros municípios da região, uma vez que, embora sua sede esteja no município de Jaçanã/RN, seus cooperados e cooperadas estão espalhados na região do Trairi. Fazendo uso de sua interação no Colegiado Territorial que reunia representações de todos os municípios do Trairi, demonstrou estar mais próxima da base dessas mulheres, conhecendo melhor as potencialidades produtivas da região.

A parceria entre o IFRN/*Campus* Santa Cruz e a COOPERCACHO foi, politicamente, determinante e auxiliou a coordenação do PMM na definição dos cursos

a serem ofertados por meio do projeto TRAMAS. Desta parceria, entre os anos de 2012 e 2014, foram construídos os cursos de Corte, Costura e Modelagem, Processamento de frutos¹³, Processamento de Leite e Artesanato com material reciclável, na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC) presencial, apresentando como direção pedagógica a articulação entre o trabalho e a educação, discutida por este trabalho como uma unidade.

O ingresso das mulheres aos cursos do projeto TRAMAS se dá por meio de um processo seletivo, elaborado seguindo a realidade institucional e a necessidade territorial identificada. O edital¹⁴ visitado coloca como prioridade a avaliação do perfil socioeconômico das mulheres inscritas, analisando características como grau de escolaridade, renda per capita, e as mulheres que se identifiquem como única ou principal responsável financeira da família, conforme expõe Brasil (2013).

De acordo com a descrição do projeto TRAMAS, submetido anualmente a Pró-Reitoria de Extensão, e a relação de matrículas disponibilizada pelo *Campus* Santa Cruz, não houve oferta de cursos para ingresso de turmas nos anos de 2014 e 2015, e entre os anos de 2016 e 2019, já na lógica do Pronatec, passou a ser ofertado apenas o curso de Reciclador. Nesse recorte temporal, a COOPERCACHO não esteve presente, encontramos em IFRN (2019) que, mesmo com a procura da coordenação, a cooperativa se retirou do processo. A Figura 04 apresenta um esquema visual dos cursos ofertados.



¹³ O IFRN/*Campus* Santa Cruz disponibilizou a relação de matrículas do período 2012-2019, em que a nomenclatura adotada é Beneficiamento e processamento de frutos e Beneficiamento e processamento de leite, mas optamos por omitir o termo *beneficiamento* em ambos para seguir a nomenclatura disposta nos Projetos Pedagógicos dos cursos.

¹⁴ Utilizamos como base o Edital Nº 25/2023 - DG/SC/RE/IFRN, pois não encontramos os editais anteriores no portal eletrônico do IFRN.

Fonte: Elaboração da autora (2023)

O ingresso da primeira turma aconteceu no ano letivo de 2012, na oferta do curso de Corte, costura e modelagem. No processo de formação das primeiras turmas (2012, 2013 e 2014), a Coordenação esteve em diálogo com a cooperativa dispendo de sua experiência como base científico-tecnológica para desenvolvimento da disciplina de Economia Solidária, que integrou a matriz curricular de três cursos.

O plano educacional dos cursos ofertados pelo projeto TRAMAS se fundamentam na organização curricular com três núcleos: o fundamental, articulador e tecnológico. Nessa proposta, o processo pedagógico norteia-se pela vinculação entre trabalho e educação onde,

Núcleo fundamental: compreende conhecimentos de base científica do ensino fundamental ou do ensino médio, indispensáveis ao bom desempenho acadêmico dos ingressantes, em função dos requisitos do curso FIC.

Núcleo articulador: compreende conhecimentos do ensino fundamental e da educação profissional, traduzidos em conteúdos de estreita articulação com o curso, por eixo tecnológico, representando elementos expressivos para a integração curricular. Pode contemplar bases científicas gerais que alicerçam suportes de uso geral tais como tecnologias de informação e comunicação, tecnologias de organização, higiene e segurança no trabalho, noções básicas sobre o sistema da produção social e relações entre tecnologia, natureza, cultura, sociedade e trabalho.

Núcleo tecnológico: compreende conhecimentos de formação específica, de acordo com o campo de conhecimentos do eixo tecnológico, com a atuação profissional e as regulamentações do exercício da profissão. Deve contemplar outras disciplinas de qualificação profissional não contempladas no núcleo articulador (IFRN, 2012).

A proposta de conhecer as práticas do associativismo está presente nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados como objetivo específico e como perfil esperado para as mulheres ao concluírem o curso. Nos cursos de Processamento de leite e de Reciclador, esses itens são acrescidos do termo economia solidária.

Quanto à presença desses termos na proposta curricular, identificamos componentes coerentes com os itens mencionados. Em alguns cursos, os elementos desta alternativa ocupam mais espaço, como no curso de Processamento de Frutos, que no núcleo articulador oferta as disciplinas *cooperativismo*, *comercialização e economia solidária*, *associativismo*, como exposto na figura a seguir:

Figura 5 – Matriz Curricular – Curso de Processamento de Frutos

MÓDULOS/DISCIPLINAS	Número de aulas semanal por período/mês								Carga-horária total	
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Hora/aula	Hora
MÓDULO I - NÚCLEO FUNDAMENTAL										
Língua Portuguesa	4									20
Matemática		4								20
Subtotal de carga-horária do Núcleo Fundamental										40h
MÓDULO II - NÚCLEO ARTICULADOR										
Informática Básica	4									20h
Cooperativismo	2									8h
Empreendedorismo: Aprender a Empreender	6									24h
Formação de Preço e Controle Financeiro			3							14h
Comercialização e Economia Solidária			3							12h
Associativismo				4						16h
Subtotal de carga-horária do Núcleo Articulador										94h
MÓDULO III - NÚCLEO TECNOLÓGICO										
Produção e conservação de polpas de frutas					4					16h
Fabricação de doces caseiros com frutas					4	4				32h
Legislação						2				8h
Alimentação Alternativa							3	3		24h
Gênero Feminino					2					08h
Meio ambiente (Agroecologia)				2						08h
Subtotal de carga-horária do Núcleo Tecnológico										96h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES										
Atividade de Integração com Gestores/Formadores - Capacitação na Metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia – ARAP	4									04
Atividade de Integração com Gestores/alunas/Formadores - Oficina: Metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia – ARAP	4									04
Atividade de Integração com Gestores/alunas: Mapa da Vida.	4									04
Palestra: Saúde da Mulher				4						04
Seminário: Ética e Cidadania				4						04
Seminário: Políticas Públicas					4					04
Subtotal de carga-horária das Atividades Complementares	16	16	14	10	10	6	3	3		24h
Carga-horária total do curso										254h

Fonte: IFRN (2012)

O Módulo II, o núcleo articulador, onde se encaixam as disciplinas destacadas, é programado com um total de 94 horas das quais as três disciplinas ocupam, juntas, 36 horas. Chamamos a atenção para a disciplina de meio ambiente no viés agroecológico, que dada a indicação, interpretamos como uma representação das práticas difundidas no debate da sustentabilidade.

As disciplinas deste caráter oscilam entre os núcleos articulador e tecnológico, de forma que nos faz pensar por que as disciplinas de base organizacional estão presentes no núcleo tecnológico subentendendo que cabem no conhecimento específico de um determinado curso e de outros não.

A oferta dos cursos não segue uma proposta estática. Para cada curso que encontramos no projeto TRAMAS, encontramos uma proposta curricular diferente, o que para nós demonstra, por um lado, uma atuação constante e participativa de seus executores, mas, por outro, nos faz refletir sobre como se justifica a clara distinção entre os projetos pedagógicos dos cursos ofertados, uma vez que o programa tem

como alvo o mesmo grupo de beneficiárias.

No caso do curso de Artesanato com material reciclável, com turma ingressante em 2013, conforme figura a seguir, não encontramos qualquer disciplina dedicada às práticas da economia solidária, mesmo que o objetivo se mantenha em todos os projetos pedagógicos.

Figura 6 – Matriz curricular – Curso de Artesanato com material reciclável

DISCIPLINAS	Número de aulas por mês						Hora
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Núcleo Fundamental							
Língua Portuguesa		6	6	8			20
Inglês Básico				16	4		20
Geografia e Cotidiano			20				20
Matemática				6	14		20
Espanhol				6	14		20
Subtotal de carga-horária do núcleo fundamental		6	26	36	32		100
Núcleo Articulador							
Qualidade no atendimento		6					06
Educação Física		4	4	4	4	4	20
Gênero e Educação			10				10
Economia Doméstica	12	4					16
Informática Básica			10	10			20
Subtotal de carga-horária do núcleo articulador	12	14	24	14	4	4	72
Núcleo Tecnológico							
Princípios da Cidadania e Direitos da Mulher		6					06
Relações Interpessoais		6					06
Segurança do Trabalho		10					10
Artesanato e Reciclagem						80	80
Subtotal de carga-horária do núcleo tecnológico		22				80	102
Total de carga-horária de disciplinas	12	42	50	50	36	84	274

Fonte: IFRN (2013)

É notável a expansão da proposta formativa do núcleo fundamental, destinado aos conhecimentos básicos, que na Figura 06 aparece apenas com português e matemática. Em uma análise geral, a estrutura da matriz curricular indica uma inclinação para os temas transversais como direitos e saúde da mulher, mas sem espaço para a comercialização ou organização das trabalhadoras com disciplinas dedicadas.

Ao tratar de temas transversais, nos referimos a um fio condutor de fundamentos, princípios e valores que priorizam determinados cenários e discussões que possibilitam o caráter crítico para formação humana, considerados na ementa estrutural dos módulos que conduzem a ação pedagógica, são um espelho das referências dos agentes executores e dos educadores no ambiente da sala de aula. Esses temas não ocupam espaço como disciplinas dedicadas na composição curricular, mas representam a intenção formativa e os impactos como resultados na vida das participantes. Brasil (2013) indica como exemplo desses temas a saúde e

direito das mulheres, proteção ambiental e inclusão digital, dentre outros.

No primeiro plano de trabalho do projeto no IFRN/*Campus* Santa Cruz, é mencionado o curso de Auxiliar de Cozinha, mas de acordo com o relatório de matrículas, a partir dos dados migrados da antiga plataforma Q-Acadêmico para o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), disponibilizado pelo *Campus*, não foi identificado ingresso neste curso. Encontramos neste relatório a informação de que, entre os anos de 2011 e 2019, ingressaram 332 (trezentas e trinta e duas) participantes, identificando 3 (três) desligamentos e 5 (cinco) abandonos, com uma taxa de conclusão de 97,6%.

A descrição do projeto para o ano de 2019 demonstra o esforço para um novo contato com a cooperativa, sendo posto em suas metas a parceria para um seminário temático sobre Economia Solidária. No entanto, não foi possível o resgate desse diálogo por indisponibilidade da Cooperativa (IFRN, 2019).

Para compreender como a execução do projeto TRAMAS contribuiu, no âmbito do Programa Mulheres Mil, para a autonomia na vida das mulheres vinculadas à COOPERCACHO como nosso caso particular, vamos agora apresentar a análise dos resultados postos como discurso no processo da entrevista.

4.2 RESULTADOS SOCIAIS DA CIRANDA

Este subcapítulo destina-se à análise dos dados obtidos por meio da entrevista. A preparação para interação social com as entrevistadas tem como recurso teórico Caria, Biltes e Cesar (2012) e para o tratamento dos dados a técnica de análise utilizada se apoia em Bardin (1977).

As mulheres entrevistadas residem no município de São Bento do Trairi/RN, a 16 quilômetros de Santa Cruz/RN, onde está localizado o *Campus* do IFRN, e de 28 a 50 quilômetros de Jaçanã, a depender da rota. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o município tem 3.792 habitantes. As três participantes estão na faixa etária entre 35 e 50 anos, todas residentes na zona rural e egressas do curso de Artesanato com Material Reciclável, mas não atuam na área de produção artesanal, buscando a sobrevivência na agricultura, na agropecuária e no serviço de faxina.

Consideramos relevante apresentar a dinâmica em que as entrevistas aconteceram, expor a realidade da sensibilidade do momento de interação e como as

mulheres se expressaram como avaliadoras de sua formação.

As mulheres alvo do PMM são mulheres em vulnerabilidade, com baixa escolaridade, que experienciam violências e exclusões em suas vidas, que moldaram a forma de valorizar sua própria história, condicionando-as a acreditar que sua fala, a partir de sua realidade, não tem valor para a pesquisa. Apesar das apreensões, encontramos na voz dessas mulheres um conhecimento particular que apenas o contato poderia nos proporcionar. Percebemos, assim, a importância de que, ao ler este trabalho, as participantes compreendam o valor de sua opinião, entendendo como ela se encaixa na ação avaliativa de um processo vivenciado, e que elas se reconheçam no sentido de seus discursos e, de mãos dadas à ciência, façam a ciranda girar.

Está presente no processo de análise as mediações que constituem o sentido do trabalho e que fazem parte do discurso em defesa do seu aspecto humano e digno apoiados na concepção diretiva definida para essa categoria. Os elementos que buscamos identificar na proposta desta análise referem-se à interpretação das categorias construídas no desenvolvimento da pesquisa, sabendo que essa base política é definida na intenção de sustentar o trabalho como atividade de interação entre as pessoas e a natureza, estimulamos através de perguntas os sentidos do discurso, suas apreensões e contribuições para uma autonomia concreta.

As três mulheres entrevistadas são cooperadas a COOPERCACHO por meio da Associação dos Produtores Rurais do Sítio Camelo, uma vez que a adesão a COOPERCACHO pode ser realizada através do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou, no caso de associações, com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

As mulheres da referida Associação foram identificadas por meio da relação de cooperados e cooperadas disponibilizada pela COOPERCACHO, e o contato mediado pela Presidente da Associação e sua filha, utilizando aplicativo de mensagens WhatsApp. O dia de encontro para realização da entrevista foi definido pelas mulheres, de acordo com sua disponibilidade. Solicitaram como ponto de encontro a casa da Presidente, a senhora Fátima Dantas, no Sítio Camelo, comunidade rural do município de São Bento do Trairi/RN, decisão que foi respeitada. E assim, consideramos relevante apresentar a dinâmica em que as entrevistas aconteceram, além de expor a realidade da sensibilidade do momento e como as mulheres se expressaram como avaliadoras dos efeitos do PMM em suas vidas.

Durante as entrevistas todas riram bastante, brincavam entre si e com a

pesquisadora, envolvendo o diálogo da entrevista. Percebeu-se que estas reações associadas ao falar agradável representavam, de alguma forma, lembranças afetivas conectadas à participação no Programa. Como o movimento da energia partilhada na ciranda. Discutimos então um resultado que remete à temporalidade.

Mesmo demonstrando estar à vontade com a presença da pesquisadora, junto às falas chegava também o receio, a insegurança da resposta. Subsidiadas pela literatura estivemos alerta quanto as diferentes reações e surpresas que o diálogo poderia produzir, além da hierarquia implícita entre as entrevistadas e a pesquisadora. Supomos ser diferente nos casos em que a entrevistada teve acesso à escola por mais tempo, e progrediu por diferentes níveis como a conclusão do Ensino Médio ou o ensino superior, por exemplo.

Ao nos debruçar sobre as respostas das entrevistas, fazemos uso da análise de conteúdo como técnica para nossa investigação, retomamos a construção dos termos na discussão teórica da pesquisa, seguindo um protocolo que direciona e estrutura este processo, a saber: que sentidos expressam as palavras que constroem o discurso das entrevistadas quando atribuídos à articulação dos elementos constitutivos do trabalho na vida destas mulheres? Como estes discursos conversam com os significados da economia solidária na constituição do trabalho digno e se expressam como contribuições para sua autonomia?

4.2.1 Trabalho

A categoria operacional *Trabalho* foi construída ao longo da pesquisa, apoiada na concepção defendida pelo movimento de economia solidária, afirmando-o como atividade natural, humana e de humanização, incorporando uma relação afetiva, de prazer e condizente com o desenvolvimento físico, social e emocional do ser, envolvendo a criatividade, a necessidade e as relações, conscientes das mediações da atividade em sua vida e em sociedade.

Com o passar do tempo, o trabalho foi socialmente se reconfigurando e se distanciando do seu sentido ontológico, referenciando a sua sobrevivência no sistema econômico vigente ao seu valor de troca, considerando a definição de trabalho de Marx (1974) abordada no roteiro direcionada às subcategorias de trabalho organizado e trabalho associado/cooperado.

Nos resultados da entrevista, intencionamos, através da primeira pergunta “o

que é trabalho para você?”, estimular a manifestação dos sentidos do trabalho. Identificamos a presença de definições acompanhando os seguintes termos: *ocupação, gasto de energia, um esforço, distração, ocupação, desenvolvimento, uma atividade que fazemos para sobreviver.*

O significado desses termos pode variar conforme o lugar ocupado na vida de cada mulher, logo, a nossa análise busca identificar e relacionar os sentidos dos termos a partir das definições postuladas em França (2008), que inferem a realização de atividades e produção da vida.

Nesse caso, ao surgir o termo **ocupação**, percebemos que a concepção de trabalho está atrelada à realização de uma atividade que demanda tempo, realizada para preencher um determinado período, como dar-lhe uma utilidade.

De acordo com Franzoi (2008), o termo ocupação não afere distinção de sentido do termo profissão no contexto das atividades laborais, sendo possível sua referência ao preenchimento de um determinado tempo ou um status social de um espaço imaginário e subjetivo na divisão social do trabalho. No discurso das entrevistadas, percebe-se em suas expressões o sentido de dedicação do tempo envolvendo também uma forma de dar sentido e caracterizar o indivíduo socialmente como parte da população útil, aferindo identidade social e pertencimento a um grupo de caráter idôneo com a realização do trabalho, configurando um sujeito que produz suas condições de vida a partir de sua própria existência.

No entanto, ao surgir o termo **esforço**, as mulheres inferem a este tempo útil uma atividade penosa, que demanda concentração e uma dedicação não espontânea, complementando e nos remetendo ao caráter nocivo da exploração do trabalhador na realização do trabalho. Indicaram também essa categoria como um meio de sobreviver, de modo que a organização do desenvolvimento tem um objetivo maior do que o caráter social, que implica a elas a necessidade instintiva de produzir as condições de vida. Como um efeito de causalidade, as mulheres atribuíram a concepção de trabalho àquele realizado não apenas tomando o dinheiro como centralidade, mas como manutenção da vida, intencionando o bem-estar de si e do outro. Por exemplo, as atividades domésticas, ainda muito reservadas à figura feminina do lar.

Pensando o trabalho como atividade para além da geração de renda, buscamos olhar para o PMM abrangendo as possibilidades de resultados, possibilitando nas respostas outras contribuições do processo formativo.

Como expressão recorrente, temos a autovalorização promovida no processo de aprender e entender a importância da existência e do trabalho. Não apenas no valor afetivo e identitário, mas também avaliou-se o acesso a conhecimentos que vieram a fortalecer as práticas laborais. Por exemplo, a precificação relativa ao serviço ofertado como uma ferramenta de trabalho, sendo mencionada a contribuição da disciplina de matemática.

Outras contribuições mencionadas permeiam entre o processo de aprendizagem do desenvolvimento técnico do trabalho, como também da influência comportamental e subjetiva das mulheres nas relações do trabalho e sua identidade social como trabalhadora. Um currículo formativo que integra disciplinas de conhecimento aplicado aos processos de trabalho, levando em conta a trabalhadora como sua própria chefe (que decide o valor justo pelo seu trabalho).

A característica do trabalho coletivo, associado à palavra **grupo**, como elemento constitutivo da organização, surge como um conforto ao martírio da sensação de estresse e desconforto causada pela atividade laboral, mas também como um ato de solidariedade para compartilhar com as companheiras a possibilidade de renda e transformar a necessidade em um momento prazeroso e de descontração.

Com as aulas de ética aprendi a ser mais educada nas faxinas e percebi que isso ajudou a fazer mais faxinas, chamo as amigas pra fazer comigo quando posso, acho que o trabalho quando feito em grupo termina mais rápido, e também ajuda a desestressar (Entrevistada 01).

As mulheres entrevistadas não desenvolvem trabalhos na área técnica do curso que participaram no PMM. A renda, assim como as demais condicionalidades de vida, é alcançada através de faxinas, criação, consumo e venda de animais de pequeno porte, e da agricultura familiar. Houve menção aos aspectos das relações sociais como mais uma contribuição proporcionada pelo PMM, referindo-se ao comportamento aceitável na comunicação e postura, fazendo da sua presença agradável e oportunizando a recorrência da prestação de serviços de faxina.

Na elaboração das perguntas, incorporamos a intenção de captar a relação das mulheres com a funcionalidade da COOPERCACHO, para entendermos como o PMM pode ter promovido ou fortalecido a presença delas neste Empreendimento Econômico Solidário, haja vista que promover as práticas da economia solidária direcionadas ao trabalho é um dos objetivos da execução da política.

Identificamos no discurso das entrevistadas a presença de uma característica central da construção e funcionamento de uma cooperativa como organização dos trabalhadores na perspectiva solidária, a **autogestão**. O conceito não surgiu a partir da presença do termo, mas no discorrer da caracterização das atividades, como a participação nas reuniões da cooperativa, mostra uma atuação que faz naturalmente parte da rotina de decisões e responsabilidades das cooperativas. Para algumas delas, isso se intensificou após o PMM, compreendendo a importância do diálogo e da informação, sendo parte deste modelo de gestão como membros iguais da organização. As entrevistadas reportaram a importância desta participação, percebendo-a como uma estratégia para que os projetos externos, assim como a identidade, relação e frutos do trabalho coletivo estejam ao alcance de todos e todas.

Esse cenário participativo que encontramos nos conta uma história que, felizmente, não se enquadra na denúncia de Bonumá (2015) ao apontar que mesmo registrando um número expressivo na composição dos EESs as mulheres não participam dos momentos de decisão; essas mulheres estão inseridas nas decisões da COOPERCACHO e reconhecem a importância e as melhorias que a defesa pela autogestão representa na organização do trabalho ainda que não verbalizem o termo.

Captamos dos elementos dispostos nessa categoria, a partir dos discursos das egressas, o reconhecimento desta como atividade humana de produção da vida, considerando todas as esferas de desenvolvimento, seja como um produto ou serviço. Esse reconhecimento, combinado com valorização do trabalho e de si mesma, promove o sentimento de pertencimento ao coletivo e a percepção da trabalhadora como característica central da atividade, configurando a estrutura do cooperativismo em seus princípios, pertencimento à comunidade e o projeto político que constrói a cooperativa no perfil de Empreendimento Econômico Solidário.

Com essa análise, observa-se, a princípio, a concepção inumana da categoria, para a estranheza do trabalho, mas ao surgir a característica da organização coletiva e o reconhecimento do seu potencial humanizador, afetivo e consciente, nos é apresentada a influência do processo participativo na qualificação promovida através do projeto TRAMAS. Ele contribui para o reconhecimento da possibilidade do trabalho coletivo como uma ressignificação da atividade e das relações do trabalho, considerando-o para além de uma mercadoria, de uma ferramenta cujo único propósito é gerar riqueza. O sentido e a escolha das palavras na construção do discurso nos aproximam do conceito do trabalho postulado por Marx (1974),

entendendo-o como uma atividade consciente e independente do fator dinheiro. Assim, seguimos para a próxima categoria analisando a presença das características da economia solidária e como se manifestam.

4.2.2 Economia Solidária

Pressupondo uma realidade na qual muitos trabalhadores e trabalhadoras praticam em seu dia a dia, alguns princípios da economia solidária, mesmo não a conhecendo por este termo, optamos por direcionar as perguntas desta categoria abordando elementos que constituem a atividade do trabalho nos princípios postulados na referência teórica da nossa categoria, seguindo o fio condutor que associa o respeito ambiental, a solidariedade, a emancipação e a reafirmação do lugar da mulher na sociedade e sua relação com a natureza.

O conceito de trabalho a partir de Marx (1974) exprime a relação do indivíduo humano e a natureza como fonte da vida. Assim, temos na prerrogativa da sustentabilidade ambiental a preocupação e responsabilidade como perfil na defesa do trabalho, sendo considerada um fator importante nas atividades produtivas, como um ato de respeito à natureza que nos permite a vida, como a fonte da matéria-prima e como ferramenta de trabalho percebendo um equilíbrio ecológico.

Observando a postura descrita nas entrevistas, percebemos uma relação de causalidade na destinação dos resíduos como elemento presente no dia a dia e que estabelece uma relação com a **consciência ambiental**. A relação de causalidade emerge ao afirmarem não haver preocupação com o tratamento antes do ingresso no curso, utilizando o verbo **aprender**, o qual interpretamos como indicativo de apreensão de um novo conhecimento. Depois do curso, essas mulheres compreendem que a melhor forma de descarte é a coleta seletiva, no entanto, esta opção não é viável na zona rural do município de São Bento do Trairi/RN, onde residem as entrevistadas. Posto isso, foram apresentadas a elas alternativas com o objetivo de amenizar o impacto no meio ambiente, como queimar ou enterrar, e assim o fazem para que os animais não tentem se alimentar e conseqüentemente adoçam, como afirma a entrevistada 03: *“Aprendemos a importância de separar o lixo e como fazer isso, mas no sítio não passa carro fazendo coleta, então temos que queimar. Na minha casa eu fiz um buraco para fazer isso”* (Entrevistada 03, 2023).

Mesmo compreendendo que as duas alternativas são prejudiciais ao solo, as

mulheres precisam fazer uma escolha, e nisso escolhem por definir um local específico para a queimada, de forma a delimitar o espaço, pensando na preservação dos animais e da terra produtiva destinada à agricultura. Percebemos então a promoção de uma consciência coletiva de sustentabilidade dentro das condições possíveis na comunidade, entendendo a natureza como mantenedora da vida.

O segundo elemento abordado refere-se ao sentimento de **valorização** de si e do seu trabalho, compreender sua atividade como uma contribuição **importante** na produção da vida de sua família e da sua comunidade. Achamos relevante destacar a reprodução das respostas das entrevistadas 02 e 03, a saber: *“Agora eu acho o meu trabalho importante, antes eu não achava, não entendia”* (Entrevistada 02, 2023). *“Em casa o trabalho eu faço por mim, na casa dos outros eu trabalho pelo dinheiro, mas os dois são importantes”* (Entrevistada 03, 2023).

Nos destaques, observamos o reconhecimento do trabalho para além da atividade vinculada ao lucro, mas como atividade que dignifica o ser e que está presente em todas as esferas da vida. Há então a monetarização das atividades domésticas impostas às mulheres no discurso da divisão sexual do trabalho.

Ao discorrer sobre **solidariedade**, o termo carregado de valores a quem compete o alicerce simbólico da luta deste movimento, identificamos o significado desta concepção em torno do auxílio na atividade do trabalho e também no apoio à vida. Esse entendimento nos remete ao postulado na discussão da economia solidária ao desconfigurar a individualidade promovida pelo capital, apostando e defendendo uma organização coletiva e o pertencimento à comunidade: *“Falaram sobre a importância de ajudar as pessoas, de fazer o que a gente pode pelas pessoas e também que se eu precisar, eu sei que minhas amigas vão me ajudar”* (Entrevistada 02, 2023).

Quanto ao entendimento sobre a emancipação das mulheres, é perceptível a contribuição do tema transversal dos direitos e deveres das mulheres para a formação cidadã das egressas, de forma que apreenderam o direito em suas diversas dimensões, como o direito sobre a renda gerada por seu trabalho, o direito de tomar as próprias decisões, evidenciando sua autonomia na vida pessoal, e ser ouvida nas relações de organização do trabalho; sentir que sua existência importa e que pode decidir sobre ela. Na fala da entrevistada 03, destacamos: *“Eu não sabia o que eram direitos, mas já tinha consciência do que era errado, só não sabia que era sério assim de ser oficial”* (Entrevistada 03, 2023).

O que ocorre com muitas mulheres em situação de violência é não perceber ou não ter conhecimento sobre como proceder. A entrevistada 03 relata que tinha consciência de que essa situação não era justa, mas apenas com as aulas e palestras durante a formação do PMM conheceu que aquele sentimento há muito alimentado estava presente na Legislação. O encontro das mulheres com a informação favoreceu para que se enxergassem e se apoderassem de sua existência: *“Falaram sobre o valor das mulheres, e nos ensinaram que a gente precisa se valorizar mais. Me sinto importante”* (Entrevistada 02, 2023).

Esse relato sobrevém de um processo acolhedor onde a exclusividade do recorte de gênero, mesmo com a diversidade, com diferentes histórias de vida, compartilhar a mesma experiência de exclusão e determinação da subjetividade e suas relações com o trabalho mostrou influenciar no ingresso e permanência das mulheres, nas interações sociais entre a turma e que, supõem elas, fez a diferença na elaboração e execução do currículo. Acreditam que não teria sido abordado o tema sobre direito das mulheres, assim como não haveria conforto e segurança para compartilhar suas vivências. Esse cenário de igualdade fortaleceu o empoderamento das mulheres, combinando os elementos discutidos no ambiente coletivo de formação. *“O curso não seria o mesmo se tivesse homens. Não teríamos falado dos direitos, contado da nossa vida”* (Entrevistada 01).

Essa categoria nos transmitiu a compreensão da **humanização do trabalho** através dos elementos expostos no discurso das entrevistadas, incorporando a essa ideia a visibilidade da mulher e seu lugar na sociedade, o reconhecimento da existência da outra pessoa na luta pela comunidade e da natureza como ferramenta de trabalho e fonte de vida que precisa ser respeitada, convergindo com os preceitos assumidos por Singer (2000; 2002; 2005) e reafirmados pelo FBES como necessários para se debater a mudança social. Ao tratar dos elementos, as entrevistadas assumem esse papel dentro das condições de sua realidade e da solidariedade com as companheiras.

Combinando as percepções expostas pelas entrevistadas, articulamos seus significados apresentando como síntese desta categoria a compreensão da importância dos elementos em suas vidas como possibilidades de mudanças e reconstrução da subjetividade como mulher, trabalhadora e membro de uma comunidade, emergindo no diálogo o PMM estímulo para a materialização dessa concepção.

4.2.3 Educação

Na categoria operacional Educação, buscamos oportunizar a avaliação da política a partir da voz das mulheres. De forma geral, existe uma política que pensa no recorte de gênero e se propõe como possibilidade de mudança na vida das mulheres. Observamos os critérios de avaliação em cada resposta, visto que a participação pode impactar cada mulher de formas diferentes, a depender das suas necessidades, expectativas e o reconhecimento de resultados como causalidade de sua vivência no PMM.

No escopo da política, e nos demais documentos decorrentes desta, o PMM é apresentado como uma formação profissional que vai além do tecnicismo. Ela adota a mulher como um ser completo, enxergando suas necessidades e potencialidades nas diferentes esferas que compõem seu desenvolvimento pleno.

Colocando essa ideia em perspectiva, temos manifestado como respostas das mulheres entrevistadas uma avaliação positiva, considerando um dos critérios o componente curricular direitos das mulheres. A informação nem sempre chega às comunidades rurais, e para que se tome conhecimento da temática, as mulheres precisam que esta discussão seja parte da formação. Saber que o dinheiro como resultado do seu trabalho é um direito seu, assim como seu bem-estar, segurança e garantia da vida digna como responsabilidades do Estado, é o primeiro passo para existência e resistência das mulheres em sua plena cidadania, como prevê o PMM.

Observamos o sentido das respostas direcionado a apreciação e fortalecimento da autoestima, a qual interpretamos como uma das bases para o reconhecimento de sua subjetividade, se entender e se considerar relevante para a sociedade e perceber a diferença que faz para si, em seu núcleo familiar e na comunidade através da sua relação e desenvolvimento do seu trabalho, e de sua organização. Nesse sentido, destacamos o seguinte trecho: *“Hoje vivo melhor, mais tranquila. Dei mais importância à associação, somos mais unidas. O PMM ajudou muito a entender que os direitos são iguais e a valorizar nós mulheres”* (Entrevistada 02, 2023).

Na avaliação também indicou-se como mudanças causadas em suas vidas pelo PMM o aspecto comunicativo e comportamental. Observamos que, o entendimento do ser social na interação e nas suas relações se mostrou importante para a configuração do perfil profissional almejado, possibilitando as condições necessárias para a luta pela sua autonomia. O uso dessa categoria Educação nos proporcionou

conhecer a importância do Programa Mulheres Mil em suas vidas a partir de uma visão geral. Considerando sua fonte de renda o trabalho como atividade independente da profissão do curso.

Ao articular as análises de discurso realizadas na direção das categorias operacionais, encontramos um resultado geral que nos afirma a unidade trabalho-educação como uma construção em movimento que, na perspectiva da economia solidária, agrega valores não monetários como trincheiras para a luta da classe trabalhadora.

Neste capítulo abrimos espaço para as mulheres chegarem à ciranda, com suas vivências, histórias e sentidos, nos dando a oportunidade de desvendar através da análise dos resultados a práxis do trabalho na perspectiva solidária.

É preciso registrar que a análise das categorias intencionou a identificação de elementos apresentados pelas entrevistadas como contribuições para o perfil de autonomia pretendidos com a existência do PMM e promovidos pela qualificação ofertada. No entanto, é um processo consciente da evolução dos sentidos contidos em cada elemento exposto, incorporando a experiência de vida e a expansão dos saberes pós-qualificação, assim como a vivência no ambiente da COOPERCACHO, mas que em uma relação de causalidade nos revela o PMM como impulsionador desse processo.

O capítulo construído deu forma à etapa empírica da pesquisa, nos possibilitando a coleta e análise dos dados, introduzidos pela análise documental da execução do PMM no IFRN/Santa Cruz, apresentando a importância da parceria com COOPERCACHO para que a execução da política se aproximasse da realidade das mulheres do território do Trairi. Observamos que, mesmo a matriz curricular do curso não apresentando disciplinas dedicadas às práticas da economia solidária, os resultados nos remetem a estas como resultados promovidos na qualificação ofertada no âmbito do Programa, nos possibilitando responder ao nosso objetivo nas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Mulheres Mil se desenhou com a sua formulação e implementação a fim de representar uma política de qualificação profissional para mulheres, direcionada à superação da extrema pobreza, reconhecendo a relação trabalho-educação para exercício da cidadania e promoção da qualidade de vida. Sua estrutura demonstra uma proposta formativa que compreende núcleos de conhecimento articulados, abordando temas técnicos, sociais e políticos, além dos conhecimentos básicos para elevação da escolaridade. O PMM foi implementado como experiência-piloto no contexto e em coincidência com a criação e a expansão dos Institutos Federais, com fomento externo canadense. Conforme explicitamos, foi incorporado como uma iniciativa pública sob diferentes perspectivas de alocação orçamentária e de execução, demonstrando ser um programa já consolidado, resguardando-se as devidas proporções em relação ao desenho e à proposta original.

No contexto descrito, as práticas de economia solidária são apresentadas como alternativa de organização, comercialização e construção social da subjetividade como objetivo para a potencialização da mobilidade profissional e econômica, incluindo, não exclusivamente, o conhecimento e desenvolvimento de práticas que remontam ao trabalho humanizado e justo. Esta confluência fundamentou a construção da pesquisa.

Importante lembrar que o processo científico não é neutro, assim, retomamos e reforçamos o envolvimento afetivo, os vínculos e a militância que regam a experiência pessoal e acadêmica vivenciada até então, e que tornaram a expandir a discussão da economia solidária para o campo da educação profissional um objetivo ambicioso e diário.

Como exercício acadêmico e político da produção científica, a escolha do tema de dissertação emerge de uma vivência militante no movimento da economia solidária e se justifica pela contribuição para o conhecimento acerca da qualificação profissional como iniciativa institucional pela superação da pobreza das mulheres. Almejamos torná-la um recurso para análises mais amplas do PMM e assim fortalecer a ciranda pela existência e resistência das trabalhadoras, esperando um novo amanhecer.

O desenvolvimento da pesquisa nos possibilitou conhecer o desenho da política no texto de seus formuladores, os documentos legais que promulgam metas e objetivos que abarcam uma representação generalizada do estado de extrema

pobreza, definindo as mulheres em vulnerabilidade social como público-alvo e assumindo a qualificação profissional como um impulsionador de sua autonomia, pressupondo a certificação como um passo para a mobilidade socioeconômica no caminho da superação da pobreza.

A concepção de trabalho que fundamentou a pesquisa partiu da compreensão de que o trabalho possui uma dimensão ontológica, como atividade humana que não se limita a geração de renda, mas que seja justo e digno quando este for o objetivo, a autogestão como principal característica da organização coletiva, a visibilidade e reconhecimento do lugar da mulher na estrutura social, respeitando sua existência e dando as mãos à sua resistência, correspondem então a mão que representa nosso primeiro objetivo específico. Contudo, a totalidade do trabalho como dimensão ontológica e histórica é muito mais profunda e densa da aquela que orientou a implementação do PMM, na prática.

Na próxima mão da ciranda, flui a análise do PMM em articulação com a economia solidária em Santa Cruz/RN. A trajetória política do PMM transcorreu nos projetos piloto, em 2007, como experimentação, executando 13 subprojetos nas regiões do Norte e Nordeste do Brasil. Em 2011, seus resultados satisfatórios transformaram o PMM em política afirmativa com abrangência nacional incorporada ao Plano Brasil Sem Miséria. E, na tentativa de fortalecer e expandir o acesso do seu público-alvo, em 2014 foi integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, como Pronatec Mulheres Mil, viabilizando a articulação com outras políticas assistenciais.

Compreendemos que, o disposto no texto da política não garante que os resultados esperados sejam alcançados em sua plenitude, os efeitos produzidos manifestam a presença de referências e intenções na particularidade dos agentes implementadores, porque como já mencionamos, entre o discurso oficial, as concepções dúbias nas linhas dos documentos que orientaram a implementação e mesmo o próprio movimento de alocar no PMM no âmbito do PRONATEC, como já ocorreu, não dariam conta de apresentar o Programa como uma iniciativa que garante a superação da vulnerabilidade social e a emancipação das mulheres atendidas e beneficiadas.

Nessa direção, o projeto TRAMAS representa o esforço do IFRN/*Campus* Santa Cruz em reunir forças e ferramentas necessárias para que sua execução oportunize às mulheres uma chance de visibilidade e qualidade de vida, sendo um

importante passo para sua emancipação como cidadã e trabalhadora.

A parceria entre o Instituto e a COOPERCACHO foi determinante para a implementação do Programa por meio do projeto TRAMAS. No entanto, os temas que remetem às práticas da economia solidária não estiveram presentes com a mesma intensidade em todos os cursos ofertados durante a parceria, conforme encontramos nos projetos políticos pedagógicos. Assim, essa parceria se mostrou mais intensa nas ações de mobilização, promovendo a informação e facilitando o acesso das mulheres ao projeto do que na elaboração da programação curricular e estrutural dos cursos.

Nos propomos a investigar os resultados sociais do PMM como terceiro objetivo específico, e para que este resultado seja parte da ciranda, fizemos o uso da análise de conteúdo dos dados coletados na entrevista, que proporcionou o acesso a um conhecimento muito particular de cada mulher, com suas vivências e influências. A característica do vínculo com a COOPERCACHO definiu nosso público, mas a intersecção do perfil das participantes englobou a residência na zona rural e o curso do qual participaram, a saber: artesanato com material reciclável. Logo, temos esse objetivo cumprido.

Exposto o acúmulo pretendido nos objetivos específicos traçados, fechamos a roda da ciranda analisando as contribuições do Programa Mulheres Mil para a autonomia das mulheres, utilizando como referência e suporte analítico a concepção de trabalho postulada pela economia solidária.

Para alcançar nosso objetivo geral, articulamos os elementos expostos nos resultados das entrevistas buscando compreender as concepções apreendidas a partir do discurso, observando como tomam seu lugar na construção do significado do trabalho, mostrando-se mais evidente a partir do uso das categorias operacionais como a organização analítica dos dados.

Como resultado, ecoa na voz das mulheres um discurso no qual emergem os elementos discutidos no movimento dialético do nosso texto, nos proporcionando a oportunidade de enxergar que o PMM não contribuiu diretamente na dimensão econômica se posto o curso de artesanato com material reciclável ofertado no projeto TRAMAS como referência, uma vez que as mulheres não atuam na produção artesanal como fonte de geração de renda.

Mas, apesar do curso vivenciado não dedicar disciplinas ao modo de produção e de organização como práticas da economia solidária, o PMM contribuiu significativamente para a autonomia das entrevistadas, fortalecendo o conhecimento

e reconhecimento de si, seu lugar na sociedade, incorporando a si e ao seu trabalho o significado de humanização, somando-se a crença no trabalho coletivo como um dos impactos da participação no curso, que materializa a atuação na autogestão da organização cooperativa e acrescenta às participantes o sentimento de pertencimento e de valorização.

Esse resultado expressa a importância dos temas transversais dentro do projeto de curso e suas intencionalidades para formação, enxergando a mulher para além da mão de obra, fortalecendo as práticas de trabalho e organização já vivenciadas, e promovendo a construção da subjetividade percebendo-se como sujeitas de direito, consolidando sua participação e crença nas possibilidades de que o trabalho associado e cooperativo representa para um novo amanhecer.

Assim, sugerimos como desdobramento dos resultados desta dissertação a investigação e identificação de projetos, no âmbito do PMM, onde estas práticas ocupam um lugar real na formação das mulheres, tornando possível a superação da pobreza por meio da vivência das trabalhadoras na dignidade e no trabalho justo, contribuindo também com o campo da economia solidária na dimensão acadêmica.

Dos vínculos e da militância, as vivências e as experiências nos mostraram e nos fizeram compreender e fortalecer as relações do cuidado, da solidariedade e das sensibilidades humanas que, por muitas vezes, perdem espaço para as urgências da rotina produtivista que nos é imposta. Com a pesquisa, conseguimos aflorar novos aprendizados e novas visões, como a importância social do campo de avaliação das políticas públicas e de, neste processo, a produção do conhecimento dialogar com a comunidade para além dos muros institucionais, reconhecendo a ciência como uma construção coletiva de forma que os seus resultados estejam ao alcance de todos e todas.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo. Educação Popular e o Centro de Formação em Economia Solidária – CFES/SUL. *In: 36ª Reunião Nacional da ANPeD*, Goiânia, 2013.
- AMBROSINI, Tiago Felipe. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n. 47, p. 378-391, 2012.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANDRADE, Priscila Maria de. **A Economia Solidária é feminina? análise da política nacional de economia solidária sob a perspectiva de gênero**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- ALTUNA, Rafael. URTEAGA, Eguzki. Los inicios de la experiencia cooperativa Mondragón. **Revista de Estudios Cooperativos**, p. 101–131, 2014.
- ALVES, Cândida Beatriz. **Divisão Sexual do Trabalho e Inconsciente Político: Histórias de Mulheres em Formação Profissional**. 2017. 184 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Processos de desenvolvimento humano em Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- ARAÚJO, Alyane Almeida de. A discriminação da mulher no mercado de trabalho. *In: BRASIL, Deusimar Freite et al (Org.). Autonomia econômica das mulheres: dados contribuições e estratégias para a inserção e permanência das mulheres do Rio Grande do Norte no mundo do trabalho*. Natal: Caule de Papiro, 2018.
- ARAÚJO, José Newton Garcia de. Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 1, p. 79-93, 2020.
- ARAÚJO, Sandyevea Francione Silva. **Estudo do fenômeno ilha de calor urbano através da utilização da placa Arduino em Santa Cruz RN**. 2021, 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Física) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Santa Cruz, 2021.
- ARAÚJO, Sandyevea Francione Silva. AZEVEDO, Márcio Adriano de; TERTO, Daniela Cunha. Programa Mulheres Mil: uma estratégia para a superação da pobreza. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rep/article/view/7361>.
- ARCANJO, Maria Antonia Silva de. OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. **Perseu Abramo**, n. 13, ano 11, 2017.
- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma Contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. *In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. CARVALHO, Maria do*

Carmo Brant de (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas públicas e programas sociais**. IEE/PUC: São Paulo, 2001.

ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. *In*: KRUPPA, Sônia M. Portella (Org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005 (p. 31-41). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/economia-solidaria-e-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 13 de agosto de 2022.

AVENA, Biagio M.; LOVATTI, Regina Cele Cotta. IFBA, 100 mulheres, mil: educação profissional, cidadania e valorização. *In*: OLIVEIRA, Mônica Maria Montenegro de; FURTADO, Raimundo Nonato Oliveira (Org.). **Artigos e Relatos**. 2013.

AZEVEDO, Márcio Adriano. **Avaliação de políticas públicas como pesquisa científica e o Programa Escola Ativa: 20 anos depois**. Curitiba: CRV, 2018.

AZEVEDO, Márcio Adriano de. DUARTE, Tathiane Torres. ARAÚJO, Sandyeva Francione Silva. O programa Mulheres Mil como política pública de educação profissional: levantamento e descritores das produções acadêmicas em nível *stricto sensu* (2013-2021). **VÉRTICES**, v. 24, n. 2, p. 601-621, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16989/16156>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

BARATA-MOURA, José. **Totalidade e contradição acerca da dialética**. 2. ed. Edições Avante, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0Bwm3dl13n5jIMDQwNTBIOTEtZGUzOC00OGZhLWJkNjAtMjFmNTU0ZGQxMmZk/edit?resourcekey=0-Qo0Cb_36oyyXon75XELU4w

BICALHO, Thiago Eduardo Freitas *et al.* Mulher e identidade profissional: processos educativos, relações sociais e o mundo do trabalho. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 21, p. 1 – 16, e12656, dez. 2021.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2016.

BONUMÁ, Helena. **As mulheres na Economia Solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. 2015, 97 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Por um olhar epistemológico para a avaliação em políticas públicas: história, teoria e método. **Revista AVAL**, v. 4, n. 18, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Economia Solidária. I Plano Nacional de Economia Solidária: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília: CNES, 2015. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4DA189CA014E079A96245953/Plano%20Nacional%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf>.

BRASIL. Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005. Institui o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005.

BRASIL. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011a.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1827.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm

BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pronatec Brasil sem miséria. Mulheres Mil. Brasília: ME, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/185.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Brasília: ME, 2013. Disponível em: <https://map.mec.gov.br/attachments/download/7217/Guia%20Metodologico.pdf>.

BRASIL. PARECER CNE/CEB nº 17/97. Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2004. 104 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/arquivo1planonacionaldepoliticaspараasmulheres.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres_III/texto_base_3_conferencia_mulheres.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2013.

BRASIL. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011b.

BRASIL LOCAL. Carta das Mulheres da Economia Solidária presentes na IV Plenária do FBES. **Brasil Local Rondônia**, 08 de abril de 2008. Disponível em: <https://brasillocalrondonia.blogspot.com/2008/04/carta-das-mulheres-da-economia-solidaria.html>. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e gerência. *In*: BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. p. 49-134.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

BORDALO, Karina Barbosa. O trabalho na concepção de Marx. *In*: **XI Congresso Nacional de Educação**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

CALBINO, Daniel. BARRETO, Raquel. DINIZ, Ana Paula. Economia Solidária e Políticas Públicas: uma aproximação possível, mas desejável? **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 8, n. 9, p. 129-154, jan./jun. 2011.

CAMPELLO, Tereza. MELLO, Janine. O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil Sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. *In*: CAMPELLO, Tereza. FALCÃO, Tiago. COSTA, Patrícia Vieira (Org.). **O Brasil Sem Miséria**. ed. 1. Brasília, 2014.

CARDOSO FILHO, Milton José; PEREIRA, Samara Cristina Silva Pereira. o projeto mulheres mil no piauí: as mulheres reescrevendo sua história através do vestindo a cidadania. *In*: OLIVEIRA, Mônica Maria Montenegro de; FURTADO, Raimundo Nonato Oliveira (Org.). **Artigos e Relatos**. 2013.

CARIA, Telmo H. BILTES, Raquel. CESAR, Filipa. Saber profissional metodológico na condução de entrevistas em Ciências Sociais. *In*: **IV Colóquio Internacional sobre Grupos Profissionais: Educação, Trabalho e Conhecimento**, Universidade do Porto, 8 e 9 de março de 2012.

CARVALHO, Keila Lúcio de. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

CASACA, Sara Falcão. Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho. **SOCIUS Working Papers**, Anexo 9, n. 4, 2009.

CIAVATTA, Maria. Trabalho-Educação: Uma Unidade Epistemológica, Histórica e Educacional. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, jan - abr, 2019.

COHN, Amélia. Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. v. 12. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1995.

COSTA, Silvio. Concepção Marxista de Estado. *In*: COSTA, Silvio. **Comuna de Paris**: o proletariado toma o céu de assalto. Goiânia/São Paulo: Editora da UCG / Anita Garibaldi, 1998. p. 109-144.

CORCETTI, Elizabeth. SOUZA, Susane Petinelli. LORETO, Maria das dores. O “Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 911-943, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/VffLFnwNYs9mYt4BbsYVNrL/?format=pd>.

COSTA, Jussara Carneiro. PEREIRA, Jaira Alana Claro. CRUZ, Albertina Félix da. Economia Solidária e divisão sexual do trabalho: prováveis pontos de encontro. *In*: Economia solidária e divisão sexual do trabalho: prováveis pontos de encontro. FAZENDO GÊNERO - Corpo, Violência e Poder 8. **Anais [...]**, Florianópolis. 2008. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST13/Costa-Pereira-Cruz_13.pdf Acesso em: 1 nov. 2022.

COSTA JÚNIOR, Luís Fernando da. SULZBACH, Mayra Taiza. Karl Polanyi, Paul Singer et al.: do contramovimento Owenista à Economia Solidária. **Guaju**, Matinhos, v. 5, n. 2, p. 114-126, jul./dez. 2019.

COSTA, Patrícia Vieira da. *et al.* A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil Sem Miséria. *In*: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira (Org.). **O Brasil Sem Miséria**. ed. 1. Brasília, 2014.

DAGNINO, Renato. Como é a universidade de que o Brasil precisa? **Avaliação, Campinas**, Sorocaba, v. 20, n. 2, p. 293-333, jul. 2015.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel das políticas públicas no Brasil: reflexões necessárias. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 22, n. 2, abr./jun. 2021.

EID, Farid. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? **Org & Demo**, v. 8, p. 47-66, 2007.

ESTEVES, Egeu Gomes. ANDRADA, Cris. **Sonho, história, loucura? Economia Solidária**: um movimento de resistência no mundo do trabalho. *In*: RASERA, Emerson. PEREIRA, Maristela de Souza. GALINDO, Dolores (Org.). Democracia participativa, Estado e laicidade: psicologia social e encontros em tempos de exceções. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017.

FARIA, Maurício Sardá. **AUTOGESTÃO, COOPERATIVA, ECONOMIA SOLIDÁRIA**: avatares do trabalho e do capital. 2005, 411 f. Tese (Programa de Pós-Graduação

em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERREIRA, Rogério F. **O economicismo**. Estudos de Gestão, 1994.

FIGUEIREDO, Ivanilda; NORONHA, Rodolfo. A vulnerabilidade como impeditiva/restritiva do desfrute de direitos. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, n. 4, p. 129-146, jul/dez. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/297597887_A_vulnerabilidade_como_impeditivarestreitiva_do_desfrute_de_direitos.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. SILVA, Pablo Melquisedeque Souza. A política de reforma agrária nos Governos FHC e Lula e seus rebatimentos na Região do brejo. *In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Uberlândia, MG. 15 a 19 de outubro de 2012.

FRANZOI, Naira Lisboa. Ocupação. *In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, João César França (Org.). Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. 2. ed. Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação. **Trabalho & Educação**, n. 9, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9031/6492>.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil**: inovações em processo. Instituto Paulo Freire: São Paulo, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o Projeto de Outra mundialização. **Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. FERRARINI, Adriane. VERONESE, Marília. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, 2018.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles. SANTOS, Magda Gisela Cruz dos. SANTOS, Franciele Soares dos. A atualidade das contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels para a crítica das reformas neoliberais na educação no Brasil. **Revista Labor**, v. 1, n. 25, p 52-75, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/68009>.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; REIS, Márcia Gonçalves. A participação das mulheres no Programa Nacional de Educação Profissional. **Caderno Espaço Feminino**, v. 25, n. 1, 2012.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 1651. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2021.

I CONAES. Iª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Anais**. Brasília: SENAES/MTE, 2006.

IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional em Corte e Costura na modalidade presencial**. Santa Cruz/RN, 2012.

IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional em Artesanato com Material Reciclável na modalidade presencial**. Santa Cruz/RN, 2013.

IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional de Reciclador (a) na modalidade presencial**. Santa Cruz/RN, 2019.

II CONAES. **IIª Conferência Nacional De Economia Solidária**. Documento Final. Brasília: SENAES/MTE, 2010. Acesso em www.mte.gov.br/conaes

III CONAES. **IIIª Conferência Nacional De Economia Solidária**. Texto de referência – Conselho Nacional de Economia Solidária. Brasília: SENAES/TEM. 2014. Disponível em: ANEXO I - Texto de Referência.pdf (mte.gov.br).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1969.

KRUPPA, Sônia M. Portella. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. *In*: KRUPPA, Sônia M. Portella (Org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005. p. 13-21. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/economia-solidaria-e-educacao-de-jovens-e-adultos>.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil**. 2004, 393 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

LAVILLE, Jean-Louis. A Economia Solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 7-47, 2009.

LAVILLE, Jean-louis. Mudança social e teoria da economia solidária. Uma perspectiva maussiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 36, p. 60-73, mai/ago 2014.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas públicas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, 2006.

MALASSIS, Louis. Educação e desenvolvimento rural. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás. QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Editora Nacional, v. 46, 1972.

MANCE, Euclides André. **Fome Zero e Economia Solidária**: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil. Curitiba: Gráfica Popular, 2004.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

MARQUES, Gláucia. *et al.* Metodologia feminina de fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária. *In*: SANCHEZ, Fábio José Bechara (Coord). **Economia feminista e solidária**: fortalecendo a autonomia econômica das mulheres. São Carlos: Diagrama Acadêmico, 2021. Disponível em: <https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/economia-feminista-e-solidaria-1.pdf>.

MARSI, Luca. El pensamiento “economicista”, base ideológica del modelo neoliberal. **História Actual Online (HAOL)**, n. 14, p. 175 – 190, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, v. 1. Coimbra: Centelha - Promoção do Livro, SARL, 1974.

MARX, Karl; ENGELS; Friedrich. **O manifesto comunista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASTRODI, Josue. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 03-16, Set./Dez. 2019.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, p. 1-16, v. 34, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOLLO, Maria De Lourdes Rollemberg. A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências. **Revista Crítica Marxista**, n. 37, p. 47-66, 2013.

MORAIS, Crislene Rodrigues da Silva. LIMA, Norma Maria de Oliveira. (Org). **Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária**: Polo I- Campina Grande. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

MORAIS, Crislene Rodrigues Da Silva. *et al.* O perfil dos especialistas da educação de jovens e adultos e economia solidária do semiárido paraibano: busca e diversidade. **Anais I CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/9040>.

MOURA, Abdalaziz. **Uma filosofia da Educação do campo que faz a diferença para o campo**. 1. ed. Recife: Via Design Publicações, 2015.

MOURA, Eliana Peres; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. Educação além da Escola: acolhida a outros saberes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 629-648, maio/ago. 2010

NASCIMENTO, Cláudio. Educação como elemento estruturando da Economia Solidária. *In*: KRUPPA, Sônia M. Portella (Org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005. p. 57–65. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/economia-solidaria-e-educacao-de-jovens-e-adultos>.

NERI, Marcelo Cortes. **A nova classe média**. Centro de Políticas sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CABRAL NETO, Antonio. Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 42, n. 28, 2012.

NOVAES, Henrique T. Os limites das políticas públicas de economia solidária diante da ofensiva do capital financeiro: notas sobre o Brasil e outros países da América. *In*: IPEA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. n. 25. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. p. 80-89.

OLIVEIRA, Lusandra Almeida de. VIERIA, Cristiane Maria. FELDENS, Dinamara Garcia. O avanço do Programa Mulheres Mil com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. **Ciências Humanas e Sociais**. v. 3, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/2585/1750>.

PEDROSA, Fernanda Gomes. **Política de Educação Profissional e Tecnológica: análise da modalidade PRONATEC Brasil Maior na Perspectiva de seus implementadores**. 2016, 148 f. Dissertação (Mestrado em políticas públicas e desenvolvimento) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2016.

PIOZZI, Patrícia. Robert Owen em New Lanark: um laboratório do futuro? **Pro-Posições**, v. 10, n. 1, 1999.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: As origens da nossa época**. ed. 2. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PROUDHON, Pierre-Joseph. A propriedade é impossível. *In*: TEIXEIRA, Aloisio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**. Editora Record, 2002.

PRADO, Douglas Silva do. **Escolas Normais no Brasil no período Imperial (1835-1889)**. 2020, 87 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira face ao atual Plano Nacional de Educação. **Relatório técnico de pesquisa**, Rio de Janeiro, 2021.

ROCHA, Ananda Figueiredo. Educação Profissional brasileira e participação feminina: uma análise histórica. **Revista Criar Educação**: Edição Especial, II Congresso Ibero-Americano, 2016.

ROCHA, Rita de Cássia. **O Programa Nacional Mulheres Mil no contexto Políticas Públicas de Educação Profissional no Brasil**. 179 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação Profissional) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ROCHA, Rita de Cássia. SILVA, Lenina Lopes Soares. Reflexões iniciais sobre políticas públicas de Educação Profissional e Gênero no Brasil no século XXI. *In*: III Colóquio Nacional A produção do conhecimento em Educação Profissional (**Anais**), Natal, 2016. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/01/Artigo-34.pdf>.

RUGGERI, Andrés (Org.). **Las empresas recuperadas**: autogestión obrera em Argentina y América Latina. Buenos Aires: Editorial de La Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2009.

SANTOS, Vinicius Correia. Concepções históricas da Economia Solidária. *In*: **XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 22, mar. 2022.

SCARENO, Renan Costa Valle. Economia Solidária e as configurações do trabalho. *In*: **VII Jornada Internacional Políticas públicas**. Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2015.

SETTI, Gabriel Augusto Miranda. **Relações e identidades entre FHC e o pensamento neoliberal (1995-2002)**. 2006. 170 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SGUISSARDI, Valdemar. Fórum Social Mundial: um outro mundo é possível. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 75, 2001.

SILVA, Noelma. Mulheres, trabalho e educação: entre a dominação e o discurso democrático. **Revista de Estudos em Educação e Diversão**, v. 2, n. 5, p 1-21, 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>.

SILVA, Sandro Pereira. **Economia Solidária e Finanças de Proximidade**: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017.

SILVA, L.; VALE, M. P. ALBUQUERQUE, T. Avaliação participativa nas políticas públicas. **Carpe Diem**: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX, v. 9, n. 1, 2010.

SILVA, Lenina Lopes. AZEVEDO, Márcio Adriano. **Reforma Educativa a partir dos Anos 1990**: Implementação na América Latina e Caribe, e particularidades Brasileiras. Natal: Holos, 2012.

SILVA, Lenina Lopes Soares. AZEVEDO, Márcio Adriano de. ROCHA, Rita de Cássia. Confluências entre o Programa Mulheres Mil e o III Plano Nacional de Políticas para Mulheres: uma trama des(fiada) pela educação profissional e a educação continuada. *In*: V Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional - A Produção do Conhecimento em Educação profissional: Regressão Social e Resistência da Classe Trabalhadora (**Anais**), Natal - RN, 2019.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; SCHIOCHET, Valmor. Economia Solidária no Plano Brasil Sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Mercado e Trabalho**, n. 54, 2013. Disponível em: bmt54_econ02_economiasolidaria.pdf (ipea.gov.br)

SILVA, Sandro Pereira. CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento da economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Relatório de pesquisa, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%3a1ria%20no%20Brasil_2016.pdf.

SILVEIRA, Pedro Guerreiro Lopes. **As metas do milênio das Organizações das Nações Unidas**: uma aplicação da análise estatística multivariada. 2013, 54 f. Monografia (Bacharelado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SINGER, Paul. SILVA, Roberto Marinho A. da. SCHIOCHET, Valmor. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil Sem Miséria. *In*: CAMPELLO, Tereza. FALCÃO, Tiago. COSTA, Patrícia Vieira (Org.). **O Brasil Sem Miséria**. 1. ed. Brasília, 2014.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. *In*: KRUPPA, Sônia Maria Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005. p. 13-20. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/economia-solidaria-e-educacao-de-jovens-e-adultos>.

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. *In*: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2013. p. 55-67.

SOUZA JUNIOR, Justino. Omnilateralidade. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil. LIMA, João César França (Org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

SOUZA, Letícia Pulcides. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 2, n. 2, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Resolução 01 de 2011**. Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, denominado Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária. Campina Grande, 2001.

VERONESE, Marília Veríssimo. Subjetividade, trabalho e Economia Solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [online], n. 89, p. 153-167, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/416>.

VIEIRA, Rafaela. Estados e movimentos sociais: para qual direção caminham os diálogos entre o governo federal durante a gestão PT e as organização da classe trabalhadora? *In*: V Simpósio Internacional Lutas sociais na América Latina (**Anais**). 2013.

VITULLO, Gabriel E. **Ascensão, auge e decadência do neoliberalismo na América Latina**. Natal, 2006.

WELLEN, Henrique. Os impactos da “Economia Solidária” para a classe trabalhadora. *In*: MONTAÑO, Carlos (Org.). **O canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

WU, Xun. *et al.* **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Perfil Socioeconômico

Idade: Estado civil: Município:

Zona Rural ou Urbana: Vínculo com a COOPERCACHO:

Curso: Ano:

Quadro 01: Roteiro de entrevista

CATEGORIA OPERACIONAIS	PERGUNTAS
TRABALHO	1. O que significa trabalho para você? De que forma este trabalho te transforma? 2. Se o Programa Mulheres Mil contribuiu para teu trabalho gerar renda, pode dar exemplos? 3. Além da geração de renda, você destaca outras contribuições do PMM para o seu trabalho? 4. Se você participa ou já participou das atividades da COOPERCACHO, pode me falar quais as contribuições ou relações do PMM nesse processo?
ECONOMIA SOLIDÁRIA	5. Me conta como o programa influenciou o seu trabalho nos seguintes aspectos: Respeito a natureza; Valorização do trabalho digno; Solidariedade; A emancipação das mulheres. 6. Você pode falar um pouco sobre a diferença que sentiu estudando numa turma formada por um coletivo de mulheres? Na dimensão pessoal; Na dimensão familiar; Na dimensão profissional; Na dimensão social; Na dimensão política.
EDUCAÇÃO	7. De forma geral, como você avalia a importância que o Programa teve na sua vida?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Campus Natal Central

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Convidamos você para participar da pesquisa “Economia Solidária e o Programa Mulheres Mil: a vida passa em busca de um novo amanhecer” orientada pela pesquisadora **Dra. Daniela Cunha Terto**, coorientada pelo pesquisador **Dr. Márcio Adriano de Azevedo** e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, o (a) sr. (a) será submetido(a) ao seguinte procedimento: **entrevista semiestruturada**, cuja responsabilidade de aplicação é da pesquisadora **Sandyeve Francione Silva Araújo**, estudante do Curso de Mestrado em Educação Profissional do IFRN, Campus Natal Central. As informações coletadas serão organizadas em banco de dados em programa estatístico e analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e inferencial. Essa pesquisa tem como objetivo geral: “Analisar as contribuições do Programa Mulheres Mil para a ampliação da autonomia profissional das mulheres vinculadas à COOPERCACHO, a partir do trabalho na perspectiva da Economia Solidária”. E como objetivos específicos: Identificar as concepções e princípios que fundamentam a Economia Solidária e sua perspectiva de trabalho; Analisar a execução do Programa Mulheres Mil em articulação com a Economia Solidária no IFRN Campus Santa Cruz; Estabelecer dimensões analíticas para os resultados sociais das mulheres vinculadas a COOPERCACHO egressas do Programa Mulheres Mil.

O benefício desta pesquisa é a possibilidade de contribuir para a produção do conhecimento científico.

Os riscos que o participante da pesquisa estará exposto são de exposição. Esses riscos serão minimizados mediante: garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, pois não será necessário a identificação do nome deste nem de outros dados como telefone ou e-mail pessoais; para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, o questionário será aplicado pela discente **Sandyeve Francione Silva Araújo** e somente ela e o pesquisador responsável poderão manusear e guardar os dados; sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, considerando que não serão divulgados dados que identifiquem o participante; garantia que o participante se sinta a vontade para responder aos questionários; e anuência das instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados na forma digital, em pen-drive protegido com senha, e guardados por no mínimo cinco anos sob a responsabilidade da pesquisadora responsável (Profª Dra. Daniela Cunha Terto), em armário fechado com chave, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central, a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável. Cabe ressaltar que

os cuidados com a pesquisa seguem todas as orientações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei Nº 13.709/2018).

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para a pesquisadora **Sandyeva Francione Silva Araújo** do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, *Campus* Natal Central, no endereço, Av. Senador Salgado Filho, n. 1559, Tirol, 59015-000 -Natal – RN, pelo telefone (84) 98755-2725 e e-mail: sandyevasilva15@gmail.com.

Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-IFRN)** – Av. Rio Branco, 743, salas 73 e 74, Cidade Alta, Natal – RN, CEP 59025-003, fone: (84) 4005-0950/ (84) 4005-0951, horário de atendimento: 8h às 12h de segunda-feira a sexta-feira.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Sandyeva Francione Silva Araújo**.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Consentimento Livre

Concordo em participar desta pesquisa

“

Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido (a) e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

, / / .

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante



Sandyeva Francione Silva Araújo (Aluno-pesquisador) - Aluna do Curso de Mestrado em Educação Profissional, da Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, *Campus* Natal Central, no endereço Av Senador Salgado Filho, n. 1559, Tirol, 59015-000 -Natal - RN. Tel. (84) (84) 4005-0757.

Profª Dra. Daniela Cunha Terto (Orientadora da Pesquisa – Pesquisadora Responsável) - Curso de Mestrado em Educação Profissional, da Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, *Campus* Natal Central, no endereço Av Senador Salgado Filho, n. 1559, Tirol, 59015-000 -Natal - RN. Tel. (84) (84) 4005-0757

Profº Dr. Márcio Adriano de Azevedo (Coorientador da Pesquisa) - Curso de Mestrado em Educação Profissional, da Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, *Campus* Natal Central, no endereço Av Senador Salgado Filho, n. 1559, Tirol, 59015-000 -Natal - RN. Tel. (84) (84) 4005-0757

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-IFRN) - Av. Rio Branco, 743, salas 73 e 74, Cidade Alta, Natal – RN, CEP 59025-003, fone: (84) 4005-0950/ (84) 4005-0951, horário de atendimento: 8h às 12h de segunda-feira a sexta-feira.

ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA

RIO GRANDE DO NORTE



COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CACHO DE OURO - COOPERCACHO

“Um Empreendimento da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Trairi/RN”

Rua João Pinheiro da Silva Nº 47, Centro, CEP: 59.225-000 Jaçaná/RN.

Agroindústria de Castanha

CNPJ: 13.668.531/0001-07 Inscrição Estadual: 20.250.094-2

Contatos: coopercacho@gmail.com ou (84) 3295-2232

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, EXPEDITO ALEXANDRE DE PONTES, CPF: 369.307.764-91, representante legal da COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CACHO DE OURO – COOPERCACHO, inscrita no CNPJ: 13.668.531/0001-07, localizada na Rua: João Pinheiro da Silva nº 47, centro, Jaçaná/RN, CEP: 59.225-000. Venho através deste documento, conceder a anuência para a realização da pesquisa intitulada: Economia Solidária e Programa Mulheres Mil: a vida passa em busca de um novo amanhecer, tal como foi submetida à Plataforma Brasil, sob a orientação do(a) Dr. Márcio Adriano de Azevedo, vinculado ao Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte a ser realizada na cidade de Jaçaná, Rio Grande do Norte.

Declaro conhecer e cumprir as resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 466/12 e a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades, como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu cumprimento no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão usados nesta pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue abaixo:

- 1) O cumprimento das determinações éticas da Resolução 466/12 CNS/MS e da Resolução 510/16 CNS/MS;
- 2) A garantia do participante em solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Liberdade do participante de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalidade ou prejuízos.
- 4) Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Jaçaná/RN, 15 de fevereiro de 2023

Expedito Alexandre de Pontes

CPF nº.: 369.307.764-91

Presidente da COOPERCACHO